



Religião e Política

A Liga Eleitoral Católica e a participação
da Igreja nas eleições de 1954

Renato Augusto Carneiro Junior

RENATO CARNEIRO JR.

Religião e Política

A Liga Eleitoral Católica e a participação
da Igreja nas eleições de 1954

Coleção Teses do Museu Paranaense

Volume 5



Este livro foi diagramado e produzido pela EDIÇÃO POR DEMANDA, uma encomenda do autor, que detém todos os direitos de conteúdo, comercialização, estoque e distribuição dessa obra.

Diagramação: Equipe da Edição por Demanda

ISBN: 978-85-67310-04-6

C289 Carneiro Júnior, Renato Augusto
Religião e política : a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954. – Curitiba : SAMP, 2014.
238 p. – (Teses do Museu Paranaense ; v.5).

ISBN 978-85-67310-04-6

1. Política. 2. Religião. 3. Estado. 4. Igreja. 5. Eleições.
6. Liga Eleitoral Católica - LEC. I. Título.

CDD (20.ed.) 322.1

CDU (2. ed.) 322

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

RENATO CARNEIRO JR.

Religião e Política

A Liga Eleitoral Católica e a participação
da Igreja nas eleições de 1954

Primeira Edição

CURITIBA
2014

Sociedade de Amigos do Museu Paranaense

A Copel incentiva a arte, a cultura e a memória do povo paranaense

Crescer, evoluir e desenvolver o Estado e a sua gente são valores praticados pela Copel que encontram equivalência em valores como educação, ética, crença no trabalho e desenvolvimento das artes e da memória.

Por isso, a Copel tem imenso orgulho em patrocinar a coleção Teses do Museu Paranaense, uma série de livros que trazem luz ao conhecimento gerado por um dos Museus mais antigos e atuantes do país.

Além de valorizar o trabalho de pesquisa, o acervo histórico e a própria história do povo paranaense, ao patrocinar esta coleção a Copel contribui ao compartilhar com o público o conhecimento da sua terra e da sua gente.

Para a Copel não basta gerar, transmitir e distribuir energia e ser a responsável por tornar o Paraná o único Estado 100% digital do país com sua rede de fibras ópticas, o nosso compromisso é também fomentar e proporcionar eventos e produtos que valorizem o trabalho de autores, artistas e esportistas paranaenses.

É gratificante patrocinar, através da Lei Rouanet, um projeto desta importância para o Paraná e para o Brasil.

Boa leitura

Créditos

Governador do Paraná

Beto Richa

Secretário de Estado da Cultura

Paulino Viapiana

Diretora-Geral da SEEC

Valéria Marques Teixeira

Coordenadora do Sistema Estadual de Museus

Christine Vianna Batista

Diretor do Museu Paranaense

Renato Augusto Carneiro Junior

Capa

Raquel Cristina Dzierva

Editoração

Roberto Guiraud - Designer

Fotos e Ilustrações

Acervo do Museu Paranaense e da família Ney Braga

Foto da capa

Primeiro Congresso Eucarístico Provincial, na praça Rui Barbosa, Curitiba, em 25/11/1953 - Estúdio DUNGA - Repórter fotográfico. Acervo da Casa da Memória, Fundação Cultural de Curitiba

Sociedade de Amigos do

Museu Paranaense – SAMP

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



Apoio



Patrocínio



Realização

Ministério da
Cultura



Este livro foi impresso com recursos da Lei Rouanet.

Sumário

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

1 - ESTADO, IGREJA E OPINIÃO PÚBLICA	25
1.1 - O Estado-Gerente	31
1.2 - A Igreja da Neocristandade	42
1.3 - A Opinião Pública e a sua Formação	48
2 - IGREJA E POLÍTICA	59
2.1 - A Igreja Católica no Brasil (1889 - 1945).....	60
2.2 - A Igreja na redemocratização do Brasil	70
3 - A LIGA ELEITORAL CATÓLICA – LEC	79
3.1 - A estrutura estatutária da Liga Eleitoral Católica, em 1952	90
3.2 - O Regimento Interno da Liga Eleitoral Católica	103
4 - A IGREJA NO PARANÁ.....	115
4.1 - Organização da Arquidiocese de Curitiba com Dom Manuel D’Elboux	123
4.2 - A ofensiva religiosa dos católicos da Arquidiocese.....	128
5 - A POLÍTICA NO PARANÁ	139
5.1 - A Prefeitura Municipal de Curitiba entre 1952 e 1954	142
5.2 - Resultados da LEC em Curitiba e no Paraná	150

CONCLUSÃO.....	180
BIBLIOGRAFIA.....	186
ANEXOS.....	192
ANEXO 1.....	192
Manifesto CNBB (setembro de 1954)	
ANEXO 2.....	195
Relação de candidatos da LEC no Paraná, em 1954	
ANEXO 3.....	200
Mapa Geral e Relação do TRE-PR sobre candidatos eleitos	
ANEXO 4.....	213
Informações sobre a Arquidiocese de Curitiba, 1954	
ANEXO 5.....	218
Movimento anti-católico na Arquidiocese de Curitiba, 1954	
ANEXO 6.....	231
Entrevista com Orlando de Oliveira Mello	
ANEXO 7.....	234
Discurso de João Lacerda Braga	

Apresentação

Renato Carneiro Jr.
Diretor do Museu Paranaense

O Museu Paranaense, fundado em 1876, sendo uma das instituições museológicas mais antigas em funcionamento no Brasil, possui uma história de grande relevância científica, com publicações, principalmente nas décadas de 1940 a 1960, de artigos científicos nos campos da zoologia, entomologia, botânica, geografia, arqueologia e antropologia, entre outras.

Com o tempo, a instituição perdeu este lugar de destaque, assumido pela Universidade Federal do Paraná, onde vários departamentos foram criados ou fortalecidos a partir da ação de pesquisadores ligados ao Museu Paranaense, mais fortemente, mas não apenas, nos anos em que esteve à frente da instituição o médico e professor José Loureiro Fernandes.

No entanto, o Museu Paranaense não deixou de fornecer subsídios para se "fazer ciência" em pesquisas de campo ou no fornecimento de fontes para a elaboração de trabalhos acadêmicos em diversos níveis, desde monografias de conclusão de curso a dissertações, teses e artigos científicos. Nossos arquivos, biblioteca e o acervo museológico em geral têm contribuído há gerações para se conhecer mais da cultura, da história e até da pré-história dos que viveram e vivem neste pedaço de território brasileiro a que hoje chamamos de Paraná.

Assim, ao lançar esta coleção de livros com teses e dissertações geradas a partir de nosso acervo, ou com a participação de pessoas ligadas ao Museu, queremos fazer uma homenagem àqueles que buscaram entender mais o que é esta sociedade paranaense e que ainda têm seus estudos inéditos, por força de um mercado editorial que não privilegia a produção local. A coleção **Teses do Museu Paranaense** traz ao público, no formato impresso e em edição eletrônica, os estudos que permitiram qualificar a equipe do Museu, atual ou mais antiga, como um importante grupo de pesquisadores no interior da Secretaria da Cultura do Paraná, mostrando seu valor e esforço.

Agradecemos à Sociedade de Amigos do Museu Paranaense, e aos apoiadores, como a Companhia Paranaense de Energia - COPEL e à Ambiotech Consultoria, pelos recursos destinados a esta publicação ao Ministério da Cultura, a partir da Lei Rouanet, do Ministério da Cultura do Governo Federal.

Apresentação da obra

Renato Carneiro Jr.
Doutor em História do Brasil

Este livro é o resultado da pesquisa que realizei para o Mestrado na Universidade Federal do Paraná, entre 1998 e 2000, sob orientação de minha amiga Marion Dias Brepohl de Magalhães. Ambos somos parte de um grupo de estudantes que iniciou o curso de História na UFPR na segunda metade dos anos 1970, quando a ditadura civil militar ainda se impunha em nosso país. Este grupo manteve-se relativamente unido através de décadas, mesmo depois de sairmos dos bancos universitários e tomado rumos diversos.

Todos nós participamos, mais ou menos próximos, da conjuntura do final da ditadura brasileira e da Guerra Fria, das mudanças culturais e tecnológicas que se transformaram o mundo na segunda metade do século XX. Mantivemo-nos em contato também com alguns professores, dentre os quais o saudoso Carlos Roberto Antunes dos Santos. Juntos a outros criamos, lá pelo início dos anos de 1980, a Associação Paranaense de História, APAH, buscando um espaço local para a renovação da ciência que nos unia, com a realização de cursos, seminários e a publicação da *Revista História Questões & Debates*, ainda hoje presente no cenário intelectual brasileiro. Tivemos o prazer de conviver na APAH com várias outras gerações mais novas de historiadores formados na mesma universidade.

Alguns de nós continuaram a trilhar o caminho da pesquisa e ensino da história; outros, como eu, foram buscar a sobrevivência no serviço público ou na iniciativa privada. Minha decisão de retornar aos bancos da Pós-graduação foi estimulada e apoiada por vários desses companheiros de longa data.

A definição do tema, na relação entre religião e política, deu-se por interesses que cultivo desde que vim para Curitiba, em 1977, para viver em um seminário católico, e passei a me interessar mais pela história da Igreja e de sua relação com a cultura brasileira. A escolha da Liga Eleitoral Católica como assunto da pesquisa foi incentivada por João Lacerda Braga, secretário regional da LEC nos anos 1950, que me repassou diversos documentos citados no livro e outros que passaram a integrar o acervo documental do Museu Paranaense.

Meus agradecimentos, então, a meus amigos historiadores e, em especial, a minha esposa e colega de turma, Cíntia, que tem me acompanhado, incentivado e apoiado desde fevereiro de 1978, quando tivemos nosso primeiro dia de aula no curso de História da UFPR.

Introdução

Quanto à opinião pública, não estamos submetidos a ela, mas temos o dever de formá-la onde pudermos, para harmonizá-la com os ensinamentos de Nosso Senhor.

WEST, Morris. A eminência, 1999, p.32.

Esta pesquisa iniciou-se com o desejo de compreender o relacionamento entre Igreja e Estado. Desta forma, seria necessário estabelecer o que é uma e outro, buscando sua diferenciação. Fica claro que, por serem de naturezas diferentes, é possível estabelecer suas relações mesmo que, aparentemente, a Igreja cuidasse das vidas espirituais de seus fiéis, enquanto ao Estado coubesse o cuidado a todos os cidadãos, seu bem-estar e segurança materiais. Diferentes planos se impunham: sobrenatural e secular. Quão próximos se fariam um do outro, para permitir um inter-relacionamento? Os católicos seriam cidadãos diferentes dos demais? O que os tornaria diferentes? Haveria, de fato, uma intromissão da Igreja Católica em assuntos que lhe eram alheios? Religião conviveria com Política, ou deveriam manter-se em planos separados?

Para responder a estas questões, uma visão da história, tanto da Igreja em Roma, quanto da que se estabeleceu no Brasil, se faz necessária, para apreender as práticas e estratégias de convivência entre a instituição-Igreja e a instituição-Estado.

Desta forma, este livro propõe-se a rever a história da Igreja no Brasil, da Proclamação da República à década de 1950. Dentro do contexto político brasileiro, serão analisadas as estratégias de participação política da Igreja na retomada de seus privilégios e na condução dos destinos do país. Mais especificamente, será analisada a Igreja Católica no Paraná, entre 1945 e 1954, enfocando a formação da Liga Eleitoral Católica neste estado e a participação que a instituição teve na eleição de Ney Braga para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A Liga Eleitoral Católica, mais conhecida como LEC, foi uma associação civil de âmbito nacional criada em 1932 por Dom Sebastião Leme, no Rio de Janeiro, junto à estrutura do Centro Dom Vital, do qual se tratará mais adiante. Seu objetivo era mobilizar os eleitores católicos para que votassem em candidatos de todos os partidos que se comprometessem com a política social da Igreja e na defesa de seus interesses nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte e de 1934 para a Câmara Federal e assembleias constituintes estaduais. Foi dissolvida pela instauração do Estado Novo, em 1937, mas voltou a organizar-se depois da redemocratização do país, após a II Grande Guerra.

É interessante notar que existe uma razoável bibliografia sobre a atuação da Liga Eleitoral Católica na década de 1930, mas que nada, ou quase nada, pode ser lido acerca de sua reestruturação em 1952, na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Quando muito se encontram citações de que o trabalho das

Ligas foi retomado em 1945 e em 1950, com novas arregimentações eleitorais de católicos nos moldes estabelecidos em 1934. Não se pode ignorar os esforços de recriar uma estrutura que tantos frutos havia dado no passado, mesmo que as condições e objetivos que a Igreja perseguia fossem diferentes. As ameaças que ela entendia necessário combater talvez fossem as mesmas nos dois períodos, mas os católicos não admitissem na mesma intensidade a orientação de seus líderes religiosos sobre como e em quem votar. Precisaria a Igreja deste método para fazer valer, mais uma vez, sua posição junto ao Estado e à sociedade civil?

Outro aspecto a salientar é que para além de sua relação com o Estado, em especial com a instância do Executivo, é necessário levar em conta as interrelações da Igreja com os partidos políticos. Isto porque, quando se escreve sobre o período entre 1945 e 1964, o chamado período populista, enfoca-se principalmente o papel dos partidos e sua atuação junto à sociedade, mas pouco se fala das instituições desta mesma sociedade interagindo com os partidos. Sabe-se que a Igreja teve uma atuação forte na assistência social, na educação e na organização dos setores da classe média urbana, através da Ação Católica Brasileira, mas ignora-se a atuação da LEC nesta época. É esta lacuna que se pretende preencher.

Quanto aos conceitos teóricos, o que pauta esta pesquisa são aqueles referentes ao Estado-Gerente, o que provê o bem-estar de seus cidadãos, bem como o conceito de Neocristandade e o que sua prática representou para a instituição-Igreja. No plano de

inter-relacionamento entre as esferas pública (do Estado) e privada (da Religião), será analisado o conceito de opinião pública e sua formação, a partir de Jürgen Habermas.

Por Estado, toma-se o conceito expresso no livro de Châtelet e Pisier-Kouchner,¹ sendo tratado neste estudo como a organização formal das coletividades em uma área territorial, abrangendo tanto o poder soberano que este representa, quanto à organização jurídico-administrativa que define as regras de convivência social, incluindo ainda o aparelho governamental, que toma as decisões do dia a dia destas coletividades.

O conceito de Igreja que se utiliza neste trabalho é aquele que compreende não apenas a hierarquia eclesiástica – aqui entendida como os diversos níveis de cargos ou funções dentro da Igreja, que inclui religiosos, padres, párocos, bispos, arcebispos, cardeais e o papa – mas também o conjunto dos fiéis que se dizem ou se reconhecem católicos agindo, no período e conjuntura em questão, profundamente influenciados pela liderança dos bispos e padres. Não se pode, no entanto, deixar de analisar a Igreja Católica enquanto instituição, carregada de valores e preocupada com sua sobrevivência e crescimento, por serem estes fatores importantes à compreensão de sua atuação junto à sociedade e ao Estado. Estes conceitos serão melhor desenvolvidos no capítulo em que se tratar da Igreja da Neocristandade.

¹ CHÂTELET, François e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **As concepções políticas do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p.77.

Por opinião pública entende-se a forma de manifestação, expressa ou difusa, da sociedade civil através dos meios de comunicação (por exemplo, na imprensa e nos meios eletrônicos, rádio e televisão) e nos debates em diferentes lugares em que a opinião privada, íntima ou representativa de um segmento social, se faz pública, como as universidades, sindicatos, associações ou confissões religiosas, ou na própria imprensa, bem como nos poderes legislativos de diferentes instâncias. Em outras palavras, pode ser encarada como a média das opiniões privadas, agora expressas em uma esfera pública, ou ainda, uma mediação entre a sociedade civil e o Estado. Outros momentos em que se manifesta privilegiadamente a opinião pública ocorrem durante a realização de pleitos eleitorais ou plebiscitários. O conceito será melhor trabalhado no capítulo específico sobre a opinião pública e a sua formação.

Por fim, é necessário também definir o que se entende neste trabalho por sociedade civil. Utilizou-se aqui a definição de Bobbio:

*(...) entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolve à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras, sociedade civil é representada como o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver (...).*²

² BOBBIO, Norberto. Sociedade Civil. In: **Dicionário de política**. Brasília, EdUnb, 1997. v.2. p.1210.

Fontes e sua tipologia

O trabalho do historiador é o que se baseia não apenas em teorias e conceitos, mas na busca de fontes documentais, iconográficas, bibliográficas e tudo aquilo que lhe possa trazer uma visão do passado que ele investiga, com olhos postos no presente, como o “Anjo da História” de Walter Benjamin, na tentativa de reconstrução de um tempo que já se foi e do qual só restam escombros.

Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes documentais diversas, além da bibliografia sobre a Igreja Católica, sobre a criação da CNBB, sobre política, entre outras.

Inicialmente, documentos produzidos pela cúpula da Igreja no Brasil, reunida no Palácio São Joaquim, sede da CNBB, quando de sua criação em 1952. Logo em sua Assembleia de Instalação foi encetada a reestruturação da Liga Eleitoral Católica que, entre os anos de 1932 e 1937, tantos serviços prestara à Igreja, na defesa daqueles pontos considerados fundamentais pela hierarquia para uma ordem social cristã.

Como os contextos político, social, econômico e institucional da década de 1950 eram muito diversos daqueles de 1930, é de se perguntar qual a intenção dos bispos na recriação da LEC. De fato, estatutos e regulamentos, roteiros de reuniões, programas de rádio, estratégias de abordagem junto aos fiéis nas missas, eram oferecidos aos dirigentes leigos e eclesiais para que fizessem novamente valer a presença da Igreja no processo eleitoral daqueles anos.

Alguns destes documentos foram conseguidos junto ao antigo secretário da Liga no Paraná, João Lacerda Braga, que os guardara por anos.

Cumpria, então, averiguar como estas orientações haviam sido refletidas pela Igreja no Paraná. Para tanto, empreendeu-se pesquisa junto aos Boletins Eclesiásticos da Cúria Metropolitana de Curitiba, entre os anos de 1948 e 1957. Neste período, além dos documentos, portarias e decretos do arcebispo local, foram analisados os números do movimento das paróquias da capital, que relatavam ano a ano a quantidade de batismos, casamentos, comunhões, extrema-unções, revelando a frequência dos fiéis nas igrejas e permitindo antever a força de influência que esta instituição teria no cotidiano dos católicos, cujos números eram conhecidos através dos censos demográficos oficiais e dos levantamentos feitos em alguns anos pelos párocos em suas igrejas.

Algumas lacunas foram preenchidas pela consulta aos jornais da época, entre os anos de 1953 e 1954, aqueles mais próximos da primeira eleição direta para prefeito da capital. Os periódicos consultados, da coleção microfilmada da Biblioteca Pública do Paraná, abrangeram os jornais “Gazeta do Povo”, “O Dia”, “Diário da Tarde”, todos de forte oposição ao Governo do Estado, que finalmente fez eleger o seu candidato àquele pleito, o neófito Ney Braga. O jornal “O Estado do Paraná”, principal órgão da situação política, trouxe importantes contribuições no que diz respeito à maneira como os políticos governistas viam algumas das questões expostas nos outros diários. Todas estas publicações permitiram, mesmo as de

ataque ao governo de Bento Munhoz da Rocha Netto, avaliar a influência da Igreja e dos governos estadual e municipal nas eleições, através de artigos e notícias, dos quais se tratarão mais adiante.

Memórias e discursos de alguns dos personagens envolvidos nas eleições, como do governador Munhoz da Rocha, do candidato do Partido da Democracia Cristã, João Cid Portugal de Macedo e de Ney Braga, que estabeleceu uma forte corrente política de mais de 40 anos no Paraná, ajudaram a compor o mosaico dos acontecimentos entre a Igreja e as eleições de 1954 e de diferentes visões sobre as mesmas.

Finalmente, documentos do Tribunal Regional Eleitoral permitiram conhecer os números da eleição, inclusive com detalhes sobre sua organização, como, por exemplo, saber quais foram os candidatos apoiados pela LEC e qual o seu desempenho nas urnas.

Quanto à estrutura do livro, no primeiro capítulo serão tratadas as questões teóricas que orientam a pesquisa. Nele estarão colocados os conceitos de Estado-Gerente, Igreja da Neocrisandade e de Opinião Pública, que serão utilizados para explicar o contexto do ressurgimento da LEC na década de 1950.

O segundo capítulo revisará a bibliografia existente sobre Igreja durante o período entre a Proclamação da República, com a separação entre Igreja e Estado, e o fim do Padroado Real, até 1954. Com base em diversos autores, será revista a história da Igreja e de sua influência no Estado.

No terceiro capítulo será estudada a criação da LEC e sua trajetória, entre 1932 e 1952, analisando os estatutos e regimentos, bem como as considerações dos bispos tendo como base os documentos enviados por ocasião da reestruturação da Liga Eleitoral Católica na criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O quarto capítulo tratará da Igreja no Paraná, desde a criação da diocese de Curitiba até a década de 1950. Em subcapítulos, serão revistos os esforços de Dom Manuel D'Elboux para organizar sua arquidiocese e os movimentos gerados para reagrupar os católicos em torno da liderança do seu arcebispo, inclusive com a realização do 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná.

O quinto capítulo enfocará a política no estado, em especial na capital paranaense, na época da eleição para a Prefeitura Municipal de Curitiba e para os cargos de senador e deputados estaduais e federais. Nele serão revisados os papéis dos partidos e entidades da sociedade civil, bem como as manifestações de membros da Igreja, leigos ou ligados à hierarquia, quanto ao pleito e sua importância para a vida civil e eclesiástica. Será analisado o contexto das eleições de 1954 para a Prefeitura Municipal, segundo os jornais da época e a visão de alguns personagens envolvidos. Ainda, como um subcapítulo, serão trabalhados os números das eleições, inclusive no que diz respeito aos candidatos apoiados pela Liga Eleitoral Católica no Paraná. Para tanto, serão estudados, neste ponto, os resultados das eleições confrontados com as orientações da LEC aos fiéis da Igreja.

Após a conclusão, alguns anexos trarão informações transcritas de artigos de jornais, dos Boletins da Cúria Metropolitana de Curitiba, de informações do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, bem como o registro da íntegra de entrevistas e discursos de personagens ligados à Liga Eleitoral Católica e à Igreja, na década de 1950.

1

ESTADO, IGREJA E OPINIÃO PÚBLICA

Neste capítulo procura-se estudar, sob o ponto de vista de algumas concepções teóricas, o relacionamento entre Igreja e Estado, tendo como instância mediadora a opinião pública, elemento de legitimação e pressão da sociedade civil, junto ao Estado. O que se procura demonstrar é a utilização e importância que a Igreja deu à formação da opinião pública na década de 1950, de forma semelhante à de 1934, para conseguir manter ou ampliar sua posição junto às instâncias dos poderes Executivo e Legislativo.

Para tanto, serão estudados o Estado em sua conformação de provedor do Bem-Estar, a Igreja em seu contexto do século XIX e XX, principalmente na América Latina, e o conceito, a partir de diversos autores, do que seja a opinião pública e como se dá sua formação. Neste particular, o autor de referência é Jürgen Habermas em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*.

Uma questão que se coloca é quanto à necessidade da Igreja se fazer representar na sociedade civil e o que ela pensou conseguir através da formação da opinião pública. As origens de tal empenho encontravam-se nas situações de confronto que a instituição teve de enfrentar em tempos relativamente recentes de sua história.

Desde o fim do século XVIII, estendendo-se ao início do XX, viu-se a Europa sacudida por ondas de reação à Igreja e o que ela havia representado e defendido no Antigo Regime. Verdadeiras marés de anticlericalismo foram levantadas em países como a França, Espanha, Itália, Alemanha, Áustria, Hungria e também na América.

Buscavam superar tudo o que se ligasse à antiga ordem e a Igreja viu-se como alvo principal, ao lado da nobreza, em vários casos. Procuravam criar uma sociedade laica, não-confessional, subtraindo-a ao domínio dos padres, tidos como corruptos e coniventes com a situação até então. Muitas vezes esta oposição, que se fazia sobretudo no campo das ideias, tomava as ruas gerando violências morais e físicas, como o que se passou na França e na Espanha. Ataques violentos pela imprensa socialista contra os sacerdotes provocaram processos, condenações (nem sempre comprovadas) e agressões em praça pública. Até o corpo do falecido papa Pio IX havia sido ultrajado por um ataque feito quando era transportado durante a noite do Vaticano para San Lorenzo, em Verano, em 1878.

Em Madri, à expropriação de bens da Igreja e fechamento de conventos, sucedeu-se a morte de cerca de 100 religiosos, entre os dias 15 e 17 de julho de 1834. Em Barcelona, Saragoça e em outras cidades espanholas, nos meses de julho e agosto de 1835, foram massacrados mais de 200 membros da Igreja e destruídos 25 conventos. Muitos anos mais tarde, em 1909, nos grandes tumultos que aconteceram na capital catalã, por ocasião da guerra de Marrocos e da convocação de reservistas, a população enfurecida destruiu 32 escolas católicas, 14 igrejas e 8 conventos, enquanto que nenhuma fábrica, nenhum banco, nenhum quartel foi molestado.

Também em Paris, em 1871, na instalação da Comuna, confiscaram-se os bens da Igreja e se executaram, numa resposta ao

fuzilamento de rebeldes pelas forças de repressão, 74 reféns, entre eles 30 eclesiásticos, inclusive o arcebispo da cidade.

No México e nos Estados Unidos, problemas semelhantes aconteceram e a tomada de bens e perseguições contra religiosos se deram entre o fim do século XIX e início do XX. No Brasil, teve-se o célebre conflito chamado de “Questão Religiosa”.

Os bispos de Olinda e do Pará, respectivamente, D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antonio Macedo Costa, decididos a erradicar dos seminários e irmandades a Maçonaria, em consonância com o disposto na condenação da encíclica *Quanta Cura* e do *Syllabus* às crenças e seitas secretas, mandaram que fossem excluídos todos os maçons das confrarias. Como não fossem atendidos, suspenderam alguns sacerdotes e interditarão as capelas de irmandades, em 1873.

Como no regime do padroado cabia recurso ao Imperador sobre questões eclesiásticas, os bispos foram intimados, depois de uma ampla campanha pelos jornais, pelo tribunal, a anular as interdições. Ao recusarem ao governo o direito de intervir em questões espirituais, foram presos e conduzidos ao Rio de Janeiro, onde não apresentaram defesas, por não reconhecerem ao tribunal competência para julgá-los em assuntos que reputavam de fé. Não puderam evitar sua condenação, em 1874, a quatro anos de trabalhos forçados, pena comutada por D. Pedro II, para prisão simples em fortalezas do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 1875, por sugestão do Duque de Caxias,

os bispos foram anistiados pelo Imperador, que se considerou “vencido, mas não convencido”.³

Por toda a parte, a Igreja era acoçada pela opinião pública em campanhas contra seus representantes, seus bens e suas tradições. Nas palavras de Giacomo Martina em seu livro *História da Igreja*:

*(...) Jornais, revistas, academias, bancos, grandes indústrias, casas editoras, forças políticas estão em mãos de elementos hostis à Igreja. Os grandes nomes da arte, da ciência, da literatura distinguem-se com muita frequência por sua hostilidade a ela. O idealismo outrora dominante (...) foi substituído pelo positivismo, de várias cores, mas sempre irreligioso. Era como se uma mão, invisível por que escondida, tivesse organizado e desferido um ataque universal à Igreja.*⁴

Tinha o anticlericalismo quatro objetivos principais: os bens eclesiais que deveriam ser expropriados; os religiosos, que por comporem um grupo isolado da sociedade circundante deveriam ser eliminados; a instituição do matrimônio civil, em oposição ao controle religioso da constituição familiar e a reforma da escola. Não bastava, porém, uma escola com controle civil: era preciso que a educação das novas gerações fosse realmente laica, com a eliminação do ensino religioso obrigatório nos níveis fundamental e secundário.

³ Sobre o assunto: VILLAÇA, Antonio C. **História da questão religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

⁴ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero aos nossos dias. São Paulo: Loyola, 1996. v. III. p.291.

Para se precaver contra este tipo de campanha, que gerava desgaste junto à população, e para fortalecer suas posições junto ao Estado, que detinha o poder econômico e político, foi que a Igreja utilizou-se dos recursos à sua disposição, principalmente daqueles ligados aos leigos inseridos em diversas instâncias da sociedade, para fazer com que a opinião pública estivesse favorável a seus projetos.

A Igreja precisava do Estado para fazer o atendimento que ela acreditava necessário a seus fiéis, no tocante aos recursos de assistência social. Por esta razão foi que ela se mobilizou para levar aos meios de comunicação de massa – e através deles atingir os não-católicos e os seus próprios fiéis menos praticantes – a influência que ela já tinha pela ação de seus sacerdotes e bispos no dia a dia das paróquias e movimentos de leigos.

1.1 - O Estado-Gerente

Depois do estabelecimento, a partir dos primeiros anos do século XX, das políticas públicas que redundaram no chamado Estado do Bem-Estar, o *Welfare State*, os governos passaram a dedicar partes substanciais de seus orçamentos públicos à questão do atendimento social de suas populações. Principalmente na Inglaterra, Estados Unidos e Suécia, o direito à educação, saúde, renda mínima, habitação e alimentação não passava mais pela benemerência ou caridade de instituições religiosas, mas foi sendo incorporado, pouco a pouco, aos direitos políticos e civis dos cidadãos. Mais ainda, reconhecia-se como uma sociedade avançada aquela em que seus cidadãos reivindicavam sua parcela de bem-estar no desenvolvimento econômico a que esta sociedade havia alcançado.

O Estado atendendo à população não chegava a ser uma inovação, pois, desde o Antigo Regime, alguns governantes europeus providenciavam uma atenção assistencial a seus governados. Mas com a Revolução Industrial e o espírito do nascente capitalismo, tal procedimento passava a contrariar a *caritas* protestante: era preciso desencorajar os preguiçosos e os ineptos, pois todos deveriam conquistar seu bem-estar a partir de seu merecimento na luta dentro de uma sociedade de livre concorrência e não por uma concessão identificada com os tempos passados, de uma sociedade senhorial. Ser pobre era um fato derivado de um demérito religioso ou cultural, nunca uma consequência do modelo econômico e social.

A corrente política liberal em ascensão não admitia qualquer restrição à total liberdade de contratação de mão de obra. Para que uma ação de atendimento social se fizesse, seria necessário que o beneficiado abdicasse de seus direitos políticos e civis – Lei dos Pobres, de 1834, Inglaterra – sendo tratado, não mais como um cidadão, mas como um indesejado, de quem o Estado se precaveria como um elemento nocivo ao desenvolvimento da sociedade e de seu espírito modernizante.

Foi contra este tipo de sociedade liberal que muitos setores políticos se opuseram, entre eles, os socialistas e mesmo a cúpula da Igreja, ainda que tardiamente, no pontificado de Leão XIII, o qual denunciaria a exploração do homem além de toda a caridade cristã, através da encíclica *Rerum Novarum*, de 1891.

Seria preciso que o próprio capitalismo assumisse outra estratégia que incluísse a intervenção do Estado na economia e na vida social, para que ultrapassasse as contradições já apontadas por Marx, que poderiam levá-lo a se autodestruir em favor de um modo de produção socialista. Era necessário que o Estado pudesse gerenciar os conflitos entre capital e trabalho, reconhecendo que superar as condições de desfavorecimento das camadas despossuídas era tarefa que não cabia apenas a um esforço individual dos trabalhadores, uma vez que as razões de sua situação não se encontravam em um desvio de sua personalidade que o impulsionasse ao ócio, ou mesmo em uma conjuntura econômica passageira, mas que era parte mesma da estrutura do

capitalismo. Deveriam se assegurar condições de sobrevivência contra os infortúnios da falta de trabalho, da doença e da velhice.

A resposta à grande crise de 1929 veio trazer um grande acréscimo nas despesas públicas para fazer frente ao desemprego disseminado e à alta inflação, que liquidou com empresas e atrasou países. Em muitos destes, a saída se deu pela via totalitária do fascismo e do nazismo, em que todo um aparato corporativo foi desenvolvido para garantir a manutenção dos empregos. Em outros, como o Estados Unidos, a opção foi através dos conceitos explicitados por Roosevelt no *New Deal*, que mais tarde foram consolidados na teoria do *Welfare State*, defendida por John Keynes. Eram necessários, para superar a crise profunda, a regulamentação dos sindicatos industriais, investimentos em obras públicas, intervenção na produção e estabelecimento de setores de serviços especializados na assistência social às populações carentes.

Com as crises econômicas, entre o fim dos anos 1960 e os anos 1970, a sobrecarga fiscal que financiaria as crescentes despesas no setor tornou-se inviável, trazendo grandes dificuldades para a manutenção deste modelo.

Mais que fruto de problemas econômicos, a crise do *Welfare State* diz respeito ao próprio papel do Estado. Oferece trabalho

com os conceitos de Marx, Stuart Mill e Tocqueville, mostrando a fragilidade histórica de se associar democracia com capitalismo.⁵

Châtelet e Pisier-Kouchner, no livro anteriormente citado, utilizam uma concepção de Estado como a de um gerente da sociedade civil. Não sendo dono do poder a ele concedido (que emana da própria população), cabe ao Estado assegurar a representatividade de seus governados, expressando seu consenso e mantendo a independência e segurança da nação. Diferencia-se do Estado-Partido, de cunho autoritário que rompe com os valores clássicos herdados dos regimes liberal-democráticos. São exemplos deste último tipo os governos estabelecidos por Stalin, por força do Partido Comunista, por Hitler, pelo Partido Nacional-Socialista e Mussolini, pelo Partido Fascista, entre outros.

O Estado-Gerente se fundamenta por três atributos. O primeiro deles é o *humanismo*, entendendo-se a partir deste conceito que o Estado age “(...) no sentido de que reconhece uma essência comum a todos os homens, quaisquer que sejam suas condições, seus vínculos, suas singularidades, essência da qual decorrem direitos fundamentais.”⁶ O segundo atributo é o que identifica o Estado-Gerente com a garantia do *pluralismo político*, por reconhecer que administra uma diversidade de desejos e interesses que muitas vezes são conflitantes na sociedade. O terceiro valor é o *reformismo*.

⁵ OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o *Welfare State* keynesiano: fatores de estabilidade e organização. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. pp.355-386.

⁶ Châtelet & Pisier-Kouchner, p.81.

É através deste último que o Estado mantém sua autoridade numa sociedade sujeita ao progresso técnico e científico e às consequências éticas que ele traz. Estes autores analisam estes três atributos em diferentes formas de organização do Estado. Quanto ao que diz respeito mais de perto aos interesses deste livro, enfatize-se o que eles compreendem por *humanismo*, classificado em três diferentes tipos: cristão, republicano e socialista.

Mesmo que separado da Igreja – normalmente o Estado-Gerente é um Estado laico – a religião foi uma das importantes fontes na qual ele se formou. Foi no cristianismo, ao longo de séculos, que se forjaram os princípios de valorização da pessoa humana e militantes de direita ou de esquerda faziam sua profissão de fé na humanidade, aderindo a partidos dos mais variados matizes. Mesmo quando tentam fazer coexistir o nacionalismo e o humanismo, é no valor do ser humano que centram o seu discurso ideológico. Nacionalismo é a sobreposição do coletivo, da nação, sobre os valores individuais, numa relação em que os direitos do povo sobrepujam-se aos das pessoas.

Mas, se o cristianismo primitivo pode ser considerado a raiz dos direitos da pessoa, a Igreja Católica, ao institucionalizar-se, fundamentou seu poder na máxima que a crença num só Deus deveria ser acompanhada da estrita intolerância contra os que pensassem ou agissem de forma diferente, sendo, portanto, radicalmente contra a pluralidade. Não é por outra razão que o Estado moderno só pôde existir a partir do movimento iniciado por Lutero na Reforma, que permitiu a

fissura necessária no sistema monolítico arquitetado pela Igreja. Pensadores do Estado como Hobbes e Locke, no contexto da Revolução Gloriosa inglesa e de tantas outras guerras por motivos religiosos, perceberam que a paz social e o bem comum só poderiam existir quando fossem refreadas as convicções religiosas, de foro íntimo, geralmente pouco inclinadas a admitir diferenças de pensamento.

Só mais recentemente, a partir dos anos 1960, com o Concílio Vaticano II, foi que a Igreja Católica reconheceu a saudável pluralidade da convivência entre diferentes – chegando mesmo a rever as diferenças que a separavam historicamente dos judeus, dos luteranos, dos cristãos ortodoxos e dos crentes em outras religiões. Reconheceu igualmente que a Igreja não se liga de forma particular a nenhum tipo de Estado, de cultura, de sistema econômico e social, condenando, no entanto, as formas totalitárias de governo, em que não se respeite os direitos fundamentais da pessoa.

No século XX, a Igreja mostrou-se vinculada, por circunstâncias históricas, a regimes ligados mais à direita ou mais à esquerda do espectro político. No lado mais liberal, emprestou durante anos seu apoio, direto, como instituição, ou indireto, pela participação de seus membros, sem a chancela de Roma, aos diversos partidos de cunho democrata cristão na Europa e na América Latina. O fascismo também exerceu uma atração irresistível a muitos clérigos e católicos em seus primeiros anos, nas décadas de 1920 e 1930, principalmente no que diz respeito à sua forma de organização da sociedade do trabalho em corporações profissionais, antiga aspiração da Igreja

calcada na Idade Média. Tal conformação ligava-se aos ensinamentos conservadores da ordem estabelecida, pregando o conformismo e a paciência por parte das classes trabalhadoras, pois, afinal, seus governantes saberiam o que era melhor para elas.

Por outro lado, um pensamento mais de esquerda também teve seus esforços reconhecidos por parte da Igreja. Assumindo uma linha mais “progressiva”, alguns setores empenharam-se na defesa dos direitos dos mesmos trabalhadores e marginais da sociedade, aos quais os segmentos mais conservadores pediam paciência e esperança.

Após a separação do Estado, a Igreja conservadora entendeu sua missão no sentido de restaurar sua autoridade junto aos poderes político-administrativos, em “uma aliança – de fato ou de direito – entre o poder espiritual da hierarquia eclesiástica e o poder temporal do Estado.”⁷ Isto foi encetado para que a Igreja pudesse cumprir seus deveres para com seus fiéis, aumentando o número dos crentes que se dispunham a aceitar seu caminho de salvação: a aproximação da Igreja com o Estado facilitaria essa ação salvadora, criando condições para um equilíbrio maior entre os indivíduos e a sua coletividade, através de “uma política cristã”. Esse é o caso da democracia cristã: agir com um forte sentido moral de forma que o funcionamento do Estado fosse calcado no balanceamento entre as necessidades coletivas e as do indivíduo. E equilíbrio aqui é uma palavra-chave: a maior ameaça vista pela Igreja desta corrente político-doutrinária é

⁷ Châtelet & Pisier-Kouchner, p.88.

justamente a anarquia capaz de romper a função reguladora entre o poder temporal do Estado e o poder espiritual expresso pelo Vaticano e seus representantes na hierarquia espalhada pelo mundo.

Desta forma, a democracia cristã é, ao mesmo tempo, “reacionária” – reagindo às ameaças que visam romper tal equilíbrio – e “progressiva”, ao negar aos excessos totalitários de um Estado ou partido que se julga superior a tudo: a maior autoridade vem de Deus. Nem a autoridade do povo, superior à do Estado, que em seu nome governa, não está acima da Dele.⁸ A ação da política temperada pela religião tende a buscar o equilíbrio de valores aparentemente contraditórios como propriedade e trabalho, desigualdade social e igualdade moral, disciplina e liberdade, conservação do *status quo* e a necessidade de mudanças no todo social. Mas a base de todo este arcabouço é a ordem que aí está. Qualquer alteração deve ser feita num ritmo lento e “natural”, para que se acomode em uma nova ordem e não dê espaço para a anarquia e a desordem social. Essa foi a proposta inicialmente sintetizada por São Tomás de Aquino, cujo sistema (o tomismo) é o inspirador desta corrente doutrinária.

A corrente católica à esquerda vê a religião como um compromisso político: o fiel deve ser um testemunho das mudanças que o Evangelho propõe. A mudança social é seu objetivo e ele não teme a anarquia, mas a ordem injusta que submete o humano às forças do mal, que ele identifica com a ganância, com a fome, com o sofrimento e com

⁸ Châtelet & Pisier-Kouchner, p.90.

a indiferença. Se o homem, filho de Deus, nasceu para ser feliz, qualquer obstáculo para que isso se dê só pode ser identificado como influência dos que se opõem a Deus. Todo homem não é apenas responsável por si só, pois sua salvação não se dará individualmente, toda a coletividade depende de sua ação. Essa é a concepção encontrada em Santo Agostinho: a Cidade Terrestre anseia como um todo pela Cidade Divina e todo homem sendo interiormente livre é igualmente responsável por seus semelhantes.

Se a primeira corrente pode se satisfazer com a caridade compensatória dos mais abastados para os menos favorecidos – e nisso os recursos do Estado são fundamentais – para o cristão de uma visão mais progressista não basta *fazer para* é preciso *viver como*, denunciando as injustiças e as causas das desigualdades. Se a Igreja instituição for vista por este como uma aliada do poder constituído e, portanto, de certa maneira cúmplice da situação de injustiça, ela mesma deve ser objeto de denúncia para que corrija seu rumo e volte a ser o espaço de reunião de fiéis em torno das palavras de seu fundador, que sempre se manteve distante do poder temporal. O cristão de uma visão mais engajada crê que a transformação da sociedade passa pela transformação íntima do indivíduo:

*Decerto, a revolução é, antes de mais nada, espiritual, pois “o espírito deve guardar a iniciativa e o domínio de suas metas, que vão do homem através do homem e não ao bem estar.” Todavia, ele pode aqui embaixo romper com a “desordem estabelecida” e conservar na mente a ideia de que a liberdade não é jamais um dado e sim uma conquista. A burguesia não poderia se apropriar do cristianismo: em nome do humanismo, o anticapitalismo é o evangelho dos pobres.*⁹

Quem melhor estabelece uma classificação para esta divisão entre as diferentes visões de cristianismo presentes na sociedade é Jean-Marie Donégani, em seu artigo na "Revista Francesa de Sociologia Política", de abril de 1984.¹⁰ Ele identifica, através de entrevistas, três tipos de identidade cristã, que se ligam a igualmente três visões de mundo e que correspondem às figuras da Santíssima Trindade. A primeira diz respeito a uma fé *teocêntrica*, à submissão a um Deus-Pai todo poderoso, que estabeleceu a ordem e a harmonia de todas as coisas. Esta é a cosmovisão conservadora, compartilhada pela direita cristã, muito mais apolítica que o segundo modelo.

A segunda é a visão *crístocêntrica*. Cristo nasceu homem, sendo irmão dos demais humanos, fraternidade esta que leva a um compromisso à igualdade coletiva entre todos: um irmão não deve ter mais que os demais. Esta é a atitude da esquerda cristã, horizontal

⁹ Ibidem, p.94.

¹⁰ Apud COUTROT, A. Religião e política. In: RÉMOND, R., **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. p.338.

em oposição à verticalidade anterior, que não é marcada pela devoção e obediência à ordem estabelecida, mas ao engajamento e entusiasmo pela mudança que pode trazer justiça a todos.

A terceira atitude é aquela ligada ao Espírito Santo. Segundo Donégani, esta seria uma corrente menos rigidamente definida, com ênfase em práticas antigas de oração e desenvolvimento da espiritualidade. É o caso dos movimentos carismáticos dentro da Igreja Católica atual, ou dos pentecostais, a partir das confissões evangélicas. São menos politizados que os anteriores, propondo-se a ser uma espécie de renovação espiritual, vinda para desmobilizar o caráter socialista da fé cristocêntrica, com forte apelo esquerdizante. Não é à toa que os movimentos desta natureza surgem, se fortalecem e espalham-se pelo mundo a partir dos Estados Unidos. A vinda da Renovação Carismática Católica na década de 1980, através dos padres redentoristas americanos, é uma resposta às indagações geradas pela Teologia da Libertação da América Latina.

Mas, nas décadas de 1940-50, eram poucos os esforços da hierarquia da Igreja no Brasil no sentido de uma Igreja popular, mais próxima da visão da esquerda cristã. O que existia era o posicionamento de algumas dioceses no sentido de fortalecer a Ação Católica que, principalmente nos movimentos de juventude, acabava tendo uma inserção social mais profunda. Na próxima unidade será vista a organização da Igreja na época, detalhando-se a visão da Neocristandade, típica, segundo Scott Mainwaring, do período entre 1916 e 1955.

1.2 - A Igreja da Neocristandade

(...) como o sublinha Nietzsche - as religiões continuam a ser uma força constitutiva de nossas civilizações, seja sob a forma de instituições, seja como hábitos mentais que movem os agentes políticos, sem que esses tenham disso um conhecimento claro ou mesmo uma simples consciência; e que como tais, as religiões se insinuem nas práticas, nos sentimentos e nas ideias.

François Châtelet e Évelyne Pisier-Kouchner¹¹

Situando a discussão sobre a Igreja da Neocristandade, alguns são os autores que tratam do assunto. Aqui será analisado Scott Mainwaring, em *Igreja Católica e Política no Brasil*. Tomar-se-á emprestado também alguns elementos da dissertação de Hans Henze.¹²

O objetivo da Igreja é manter viva a Palavra de Deus, propondo aos homens e sociedades as condições à salvação prometida por Cristo. Para anunciar a transcendência, a Igreja precisa articular-se com o tempo presente para fazer ouvir sua voz. Longe de se constituir num todo homogêneo, diferentes setores articularão uma ou outra resposta a este desafio. De acordo com as condições históricas e sociais, cada um destes grupos exercerá sua hegemonia entre os demais.

¹¹ Op. cit. p.95.

¹² HENZE, Hans Herbert M. **O Centro Dom Vital: Igreja, sociedade civil e sociedade política no Brasil**. (1939-1945). Niterói: UFF, 1995. Dissertação de mestrado.

Há que se entender o caráter da Igreja Católica, bastante diferente da Protestante, por exemplo. Para início, não se pode sequer falar de uma Igreja Protestante, mas de uma grande variedade de confissões, cada uma com sua maneira de interpretar a Palavra e agir de acordo com essa concepção. Desde o cisma de Lutero, no século XVI, cada uma das subdivisões evangélicas e mais recentemente pentecostais, exerce seu apostolado segundo grande multiplicidade de consciências ou interesses.

Na Igreja Católica preservou-se a unidade confessional, independente das concepções pessoais ou de grupos que acreditavam que outro caminho deveria prevalecer. Acostumados à unidade, os católicos (principalmente sua hierarquia) são presos a compromissos mais “frouxos” do ponto de vista da doutrina religiosa, mais apegados a uma tradição que vive em constante revisão, uma vez que são necessários limites mais elásticos para manter num mesmo modelo diferentes concepções de mundo e de salvação. Desta forma, competem fraternalmente (às vezes nem tanto) por tornar de todos uma ou outra posição política ou pastoral. Em última análise, a preocupação máxima da Igreja, de manter sua unidade multissecular, não afasta as disputas por posições de hegemonia, o que se dá, por certo, dentro da dimensão de longa duração da Igreja, que não investe seus esforços em propostas de curto prazo, mas na continuidade de uma instituição bimilenar. Mesmo quando não existe, o consenso é a forma como a hierarquia católica externa suas opiniões, ainda que suas ações apon-tem posteriormente para caminhos diversos.

Uma autora que trabalha com o período das décadas de 1920-30 é Tânia Salem,¹³ enfocando o papel do Centro Dom Vital na criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Para tanto, ela analisa o papel da Igreja Católica no contexto político da época citada, enquanto estuda os papéis assumidos pelos intelectuais ligados a Dom Sebastião Leme no fortalecimento da religião católica depois da Proclamação da República. Sua proposta é estudar os “(...) acontecimentos políticos relevantes na conjuntura nacional que conduziram a uma reavaliação do papel da Igreja enquanto agente de sustentação social e política e, de outro lado, ao acirramento dos embates pedagógicos.”¹⁴

Hans Henze critica o artigo de Tânia Salem, no momento em que ela ressalta o importante papel de Dom Sebastião Leme na reação católica, ao identificar na figura do prelado uma liderança que teria feito a Igreja “(...) “ressurgir das cinzas”, em uma conjuntura totalmente desprovida de bases anteriores, onde o empenho de um único homem torna-se suficiente para promover mudanças profundas em todo um corpo clerical acometido de “letargia”.¹⁵

Em nossa opinião, o que Henze deixa de analisar é que, longe de ser apenas uma iniciativa pessoal de Sebastião Leme, esse esforço de recristianizar a sociedade brasileira era uma profunda identificação

¹³ SALEM, Tânia. **Do Centro Dom Vital à PUC**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979. Monografia.

¹⁴ SALEM, p.2.

¹⁵ HENZE, p.37.

do episcopado brasileiro, do qual Leme se tornaria a figura mais proeminente, com as ideias em voga no Vaticano. Foi o mesmo movimento que criou a Ação Católica na França, cujas primeiras entidades surgiram ainda no ano de 1886 e, mais tarde, na Espanha, com a *Opus Dei*, de 1928. Eram as práticas do *Risorgimento* que teria em movimentos como o ultramontanismo e o Concílio Vaticano I, pontos altos de sua expressão.

Pio XI, tendo assumido o pontificado em janeiro de 1922, logo tratou de estimular que suas ideias de fortalecimento das posições da Igreja junto aos Estados e às sociedades fossem assumidas por toda a estrutura eclesiástica.

Esses princípios encontrariam um campo fértil em Dom Sebastião Leme que, em 1921, havia sido guindado a arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. Sebastião Leme da Silveira Cintra nasceu na cidade de Pinhal, interior de São Paulo, em 1882. Entrando no Seminário Menor Diocesano, em 1894, logo se mostrou um aluno aplicado. Dom Joaquim Arcoverde, bispo de São Paulo, o enviou para Roma para que completasse seus estudos, em 1896. Formou-se doutor em Filosofia pela Universidade Gregoriana em 1900, recebendo as ordens maiores em 1904, quando retornou para São Paulo.

Em dezembro de 1911 foi sagrado bispo, ocupando o cargo de auxiliar do cardeal Arcoverde. Por divergências de temperamento com seu superior, assumiu em 1916 a Arquidiocese de Olinda. Sua carta pastoral aos seus fiéis de 16 de junho deste ano é considerada um marco na história eclesiástica brasileira. Sua *praxis* foi além de

seus escritos: Leme desenvolveu centros de estudo de doutrina cristã e estimulou comissões pastorais, chegando a aumentar sua jurisdição, ao incorporar Recife à Arquidiocese de Olinda. Em 1921, foi nomeado por Bento XV arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, assumindo a administração da arquidiocese no dia cinco de agosto. Com o falecimento de Dom Joaquim Arcoverde, em 1930, Leme assume a púrpura cardinalícia, ficando como o único cardeal brasileiro até sua morte, em 1942, o que, de certa maneira, lhe dava ascendência sobre seus irmãos bispos.

Pode-se, então, falar em “posição da Igreja” a partir da estrutura fortemente hierarquizada que ela possui, mesmo que não represente o posicionamento de toda a assembleia de católicos, em especial dos leigos.

Esta análise possibilita que se fale em uma nova cristandade à medida que identifica certos sistemas de pensamento que impulsionavam a hierarquia da Igreja no século XX com os das épocas anteriores. Prendia-se mais a esta identificação que a uma situação de domínio efetivo da Igreja sobre a sociedade. O que se buscava era o restabelecimento de uma nova ordem social cristã, através da condução dos fiéis a uma *praxis* pública capaz de reconstruir evangelicamente a sociedade. Identificando no papa Pio XI (cujo pontificado foi de 1922 a 1939) um expoente deste pensamento, Giacomo Martina, ao historiar a Igreja contemporânea, afirmava:

*(...) Pio XI julgava possível, em pleno século XX, a realização de um Estado Católico, ou, em outros termos, pensava poder salvar ou reconstruir a cristandade, há muito tempo desaparecida. Por seu temperamento autoritário e por sua formação que tinha amadurecido no final do século XIX, no período de Leão XIII, o Pontífice pensava que esse ideal fosse reconhecido e respeitado não só se reconhecesse a liberdade da Igreja, mas que se atribuisse a ela um poder e um regime de privilégio especial (...).*¹⁶

Este conflito levaria a busca de uma mudança radical no pós-guerra, que só se efetivaria no Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, em 1958.

¹⁶ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja**: de Lutero a nossos dias. São Paulo: Loyola, 1997. v. IV – A era contemporânea. p.142.

1.3 - A Opinião Pública e a sua Formação

Vox populi, vox Dei.

Ditado popular

“Opinião” pode ser entendida por seu significado latino, *opinio*, de juízo sem certeza, não plenamente demonstrado, um juízo presumido. É a maneira de expressar uma apreensão da realidade relacionada ao foro íntimo de uma pessoa ou grupo familiar, ou de ligar-se a um posicionamento de um grupo social mais amplo, a *opinião pública*. Não pode ser encarada como um reflexo da verdade, mas como uma determinada percepção da realidade, sendo relativa a quem a exprime, nas circunstâncias dadas, sempre se supondo verdadeira.

Em se tratando da percepção que se possa, individual ou coletivamente, fazer da realidade, ou sobre determinado fato social, político ou natural, é indispensável questionar-se sobre o que ou quem condiciona o olhar e a interpretação do que é visto.

Mas algumas questões precedem a esta: é possível diferenciar substancialmente a opinião individual da coletiva? Existem, de fato, dois tipos diferentes de opinião? Onde termina um e começa o outro? A opinião individual precede a opinião coletiva?

Jean-Jacques Becker em seu artigo sobre este tema¹⁷ escreve sobre a diferença que existe entre a abordagem dos sociólogos e dos historiadores no entender a opinião pública. Segundo ele, os primeiros

recusam-se a aceitar a pluralidade das opiniões, aceitando apenas a tendência dominante em um dado conjunto social, num momento histórico específico. Pierre Bourdieu vai ainda mais longe: afirma que não existe opinião pública.¹⁸

Ele se refere especificamente aos processos de pesquisa de opinião, às quais ele questiona a validade. Seu artigo coloca três postulados: o primeiro diz que “toda pesquisa supõe que todo mundo pode ter uma opinião; ou em outras palavras, que a produção de uma opinião está ao alcance de todos”, o que ele nega ser possível. Segundo: uma sondagem de opinião pressupõe que todas as opiniões se equivalem, o que ele reputa como falso. Por fim, Bourdieu interroga-se sobre a existência, de fato, de um consenso sobre o que estas pesquisas deveriam perguntar, inclusive no que diz respeito ao entendimento das palavras.

Becker afirma que os historiadores, por outro lado, tenderiam a aceitar uma multiplicidade de opiniões privadas por trás da opinião pública. Para ele, a opinião pública padece do mesmo preconceito que enfrentou a história política a partir da Escola de Annales, que pode ser bem explicitada pelas palavras de Jacques Julliard:

¹⁷ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. Op. cit.. p.185-211.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. 5ª ed. p.137-151.

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual. Em resumo, a história política confunde-se com a visão ingênua das coisas, que atribui a causa dos fenômenos a seu agente mais aparente, o mais altamente colocado e que mede a sua importância pela repercussão imediata na consciência do espectador.¹⁹

Becker defende a utilização do conceito de opinião pública por identificar que ela representa uma “história em profundidade”, ou seja, ela permite apreender a forma como uma sociedade real de homens e mulheres enfrenta os acontecimentos. Mesmo que se trabalhe com insuficiência de documentação, ou que o conceito pareça escapar como areia entre os dedos do historiador, a opinião pública é um conceito válido para a história, pois estaria bastante próxima do estudo das mentalidades, se colocada na categoria de “estática”, no tempo longo, em oposição à “dinâmica”, mais afeta ao tempo curto e à reação do público a certo fato.

¹⁹ JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História**: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p.180-181.

Na verdade, Becker diz não ser possível estabelecer um limite claro entre os dois enfoques, pois nunca fica suficientemente claro onde começa uma e termina a outra “(...) já que o andamento das duas é o mesmo: “um vaivém constante do coletivo ao pessoal”, diz o historiador francês, citando George Duby.

Além destas ponderações, acrescenta-se que entender o conceito de opinião como sondagem de opinião, como faz Bourdieu, é um reducionismo, pois não leva em conta a imprensa e demais documentos ou mensagens veiculados na esfera pública, como correspondências, manifestos, propaganda oral etc., nos quais se incluem também aqueles elaborados pela Igreja.

Para entender melhor este conceito, convém historiar um pouco seu aparecimento no cenário intelectual e acadêmico, utilizando-se de Jürgen Habermas, em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública*, já citado.

A opinião individual estaria ligada à esfera privada, enquanto a opinião pública seria afeta à esfera pública. Mas, o que seria público? Existem alguns significados para esta palavra. Aqui serão enfocados dois, considerados principais para este estudo.

Trata-se, numa acepção, de um qualificativo que se fundamenta na oposição ao que é privado, normalmente associado à influência do Estado e ao poder que este exerce junto à sociedade civil. Tem-se assim: poder público, prédios públicos, servidores públicos, orçamento público, força pública (referindo-se à polícia), interesses públicos e homens públicos, ou aqueles envolvidos com a política.

Conota, pois, algo que é de todos, mas não necessariamente franqueado ao uso de todos, sendo possibilitado a uma parcela específica da sociedade, aquela mais próxima das coisas do Estado.

Pode referir-se, por outro lado, ao que é de domínio e conhecimento do todo social, portanto, mais amplamente, da própria sociedade civil, de onde derivam os termos recepção pública, conhecimento público, debate público, reputação pública e opinião pública. Nesse sentido, encontram-se igualmente as palavras publicidade, publicar e relações públicas, ou seja, dar conhecimento ou tornar público à sociedade e o nome da profissão e do profissional que tem como função atender ao verdadeiro sujeito desta esfera: o público.

Segundo Habermas, foi após o estabelecimento da sociedade burguesa, a partir do século XVIII, que se encontra propriamente a formação da esfera pública como se conhece hoje. Até então, público era o que se passava nas cortes e nos salões reais, portanto, distante do todo social. Com o Iluminismo e a decadência do *Ancien Régime*, quando se difundiu a noção de igualdade a partir do uso da razão, bem comum a todos os homens, foram criados os espaços destinados à socialização e à troca pública de opiniões privadas, entre os habitantes das cidades. Foram os *salons* franceses, os *coffee-houses* ingleses e as comunidades de comensais alemãs, geralmente frequentados por burgueses com alguma formação acadêmica.

Burgueses, então, não eram mais tratados aqueles que simplesmente moravam nos burgos e ali exerciam suas funções de pequenos comerciantes ou artesãos, mas os grandes detentores do

poder econômico que desconsideravam como sendo da burguesia seus pares menos afortunados ou sem a devida formação acadêmica.

Por outro lado, a chamada esfera privada é entendida por Habermas como o âmbito do mercado, onde se dão as trocas econômicas. Dela faz parte a esfera íntima, a da abrangência da família, que estando aí contida não se confunde com o todo, pois apesar de parecer una e indivisível, num primeiro momento, exclui as mulheres e os demais dependentes do poder privado do senhor da casa. Fundem-se aí o burguês, proprietário do seu lar e de coisas que lhe conferia poder privado e o cidadão, patrão-proprietário de homens. Interpenetram-se as opiniões privadas e públicas num mesmo personagem, em momentos distintos.

Inicialmente originárias de debates literários e artísticos, destinados a ilustrar, polir e demonstrar a qualidade do intelecto de seus usuários, as opiniões que ali se colocavam e difundiam iam pouco a pouco passando para o âmbito filosófico, moral e político. Os jornais e folhetins, que conseguiam destaque na difusão destas discussões literárias, iam também ganhando ares de formadores de opinião, na medida em que não apenas reproduziam o que recolhiam nestes ambientes, mas acolhiam as opiniões de literatos, intelectuais e burgueses em suas páginas. Segundo Habermas, não apenas informavam, mas também formavam a opinião do público.

Diferentes autores analisaram e criticaram o conceito de opinião pública. A crise que se observou em sua aceitação foi também, mais tarde, a da razão, uma vez que tais conceitos ao serem

apropriados pelos regimes totalitários levaram, em níveis jamais imaginados, a utilização da publicidade/propaganda na difusão de suas ideologias. A “indústria cultural”, amplamente analisada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt, transformou as criações intelectuais não em produtos da razão, mas das paixões, destinadas ao consumo e à geração de mais lucro apropriado da sociedade.

Se a opinião pública não tinha a coesão, a universalidade ou a incorruptibilidade que se acreditava no tempo dos enciclopedistas, as massas tampouco eram de todo desprovidas de força na defesa de suas crenças. Mesmo não sendo tão prestigiada como em outros tempos, a opinião pública tem ainda um papel relevante nas épocas atuais. É notório o grande interesse que suscitam as pesquisas de opinião às vésperas de eleições em diversos países. Tais estudos, ao mesmo tempo em que apreendem as tendências do eleitorado, chegam a determinar, de certa maneira, os resultados dos pleitos, na medida em que sugerem, às vésperas das eleições, os candidatos melhor posicionados na preferência dos eleitores, direcionando os indecisos para aqueles com mais chances de vitória. É notória também a importância da imprensa.

Becker escreve também sobre a fabricação da opinião. Ele diferencia a “manipulação” da opinião de seu “condicionamento”. A primeira seria “a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando

um atentado”.²⁰ Mas, para que seja coroada de êxito, a manipulação deve acompanhar as tendências mais profundas da opinião pública.

O “condicionamento” no curto prazo pode ser um resultado da propaganda, recurso amplamente usado pelos governos totalitários, mas do qual se pode duvidar da eficácia. A forte campanha dos nazistas não transformou o povo alemão em herói, nem a seus próprios olhos. Pode ser também um condicionamento advindo da própria realidade, num encadeamento de fatos vivido por um grupo sociocultural. Um exemplo disso seriam os fatos que se passaram na campanha do Contestado, quando toda uma população marginalizada foi sendo empurrada lentamente para a guerra contra o poder constituído. No prazo longo, o condicionamento confunde-se com as mentalidades coletivas, um lugar inconsciente e nebuloso no qual se enraíza a opinião pública quando reage diante de um acontecimento, para se usar uma imagem formulada por Becker.

Tenta-se por diversos métodos formar a opinião da população, para que esta endosse mudanças, ou não-mudanças, em políticas públicas, em atitudes de governo ou na condução das votações de leis e projetos.

Esta formação tem a ver com a educação, com os artigos e editoriais da imprensa, com a seleção de determinadas imagens e não outras nos noticiários da televisão, com a moda, com o consumo e com a difusão cultural em geral.

²⁰ BECKER, p.192.

Em termos de se saber quais são as instituições formadoras de opinião, temos aquelas do Estado e da própria sociedade civil: as escolas, as autoridades e servidores públicos, os partidos e associações políticas, os institutos culturais, as igrejas e confissões religiosas, os sindicatos, as entidades de classe, como a ordem dos advogados, os meios de comunicação de massa, como jornais, revistas, rádio, televisão, livros e suas editoras, jornalistas e empresários e suas entidades, como a federação das indústrias, do comércio, da agricultura etc. Em todas elas tem-se como ponto norteador a conquista da opinião pública para granjear simpatia na defesa de seus interesses particulares e assim tornar de todos os projetos de uma fatia da sociedade.

No Brasil, nesta última metade do século XX, diversos foram os exemplos da atuação da opinião pública: no movimento pela criação da Petrobrás (*O petróleo é nosso!*), com Vargas; na anistia de condenados pela justiça militar nos anos 70, com o Movimento Democrático Brasileiro – MDB e a esquerda; na campanha das “Diretas Já”, em 1983, com diversas entidades e partidos de oposição; na eleição presidencial entre Collor e Lula, pela manipulação do caso da filha ilegítima deste último, Lurian; com os “cara-pintadas” na retirada de Fernando Collor da Presidência da República.

A Igreja Católica lideraria alguns destes momentos em diversas épocas, como nas Marchas com Deus pela Família e Propriedade, em 1964, de tom anticomunista e no movimento contra a alta do custo de vida, entre 1977 e 1978, que se transformaria no Movimento Contra a Carestia que levou, em São Paulo, donas de casa a enfrentar

a proibição de manifestações nas ruas pela ditadura. Juntamente com representantes de outras religiões, a Igreja protagonizaria outro grande movimento popular, entre 1969 e 1980, contra a tortura de presos políticos, que produziria o documento “Brasil Nunca Mais”, no qual se denunciavam os crimes cometidos pelo Estado durante o Regime Militar contra os presos políticos e representantes de movimentos políticos e sociais.²¹

Em todos estes processos, as forças civis e políticas souberam manobrar através da imprensa, de comícios em praças públicas, em diversas manifestações em organismos da sociedade e da devida ressonância nas instâncias legislativas, para a criação de um clima favorável, uma predisposição social, à consecução de seus objetivos.

A Igreja soube da mesma forma, nas décadas de 1930 e 1950, utilizar-se de campanhas para levar seus fiéis a eleger os candidatos comprometidos com os princípios católicos expressos pela Liga Eleitoral Católica. Era preciso despertar a consciência política dos católicos e para isso toda uma estratégia foi montada pela hierarquia, apoiada pelos intelectuais e leigos da Igreja. Essa história precisa ser revista.

²¹ Sobre estes processos, vide KUCINSKI. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982. E ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

2

IGREJA E POLÍTICA

2.1 - A Igreja Católica no Brasil (1889 - 1945)

A Proclamação da República e a consequente deposição da Família Imperial, a 15 de novembro de 1889, trouxe, unilateralmente, mudanças nas relações do Estado com a Igreja. O regime republicano instalado em 1889 separou quase imediatamente a Igreja do Estado pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, em que se proibia a intervenção da autoridade federal e dos estados em matéria religiosa, concedia ampla liberdade de culto e abolia a instituição do Real Padroado.

Seu texto estipulava, ainda, que os seminários e demais templos e instituições católicas, bem como as cômguas, salários e benefícios recebidos por bispos, cômegos e outros padres fossem mantidos por mais um ano a contar daquela data. Seguiram-se a este, decretos do Governo Provisório instituindo o casamento civil e secularizando os cemitérios.

A liberdade não era total, no entanto: ficava mantida a Lei da Mão-Morta, de 9 de dezembro de 1830, que proibiu a alienação de terras e propriedades das ordens regulares da Igreja, sem autorização do novo Governo. Nos debates que se seguiram para a elaboração da Constituição republicana outras restrições ganhavam corpo na sociedade de então. Entre elas, a expulsão dos jesuítas e proibição das ordens religiosas, a exclusão do ensino religioso nas escolas públicas, a recusa de participação dos sacerdotes nas Assembleias Legislativas e a ruptura das relações do Brasil com a Santa Sé.

De fato, a Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 incluía o seguinte:

- liberdade de crença e de culto;
- casamento civil;
- secularização dos cemitérios;
- ensino leigo nas escolas públicas;
- proibição de qualquer subsídio do Estado ou qualquer relação de dependência ou aliança entre o Estado e qualquer igreja, ou de qualquer interferência na prática de qualquer culto religioso;
- perda de direitos políticos de quem se isentasse de algum dever cívico por motivo de crença religiosa;
- proibição de votar e de ocupar cargos eletivos aos membros das ordens monásticas, associações, congregações ou comunidades sujeitas a votos de obediência, regra ou estatuto que implicasse na renúncia à liberdade individual.²²

Apesar dos protestos do episcopado brasileiro, que perdia vantagens e benefícios pessoais em troca de sua liberdade enquanto instituição, os membros do novo governo, os intelectuais das escolas superiores e da imprensa, muitos dos quais de inspiração positivista, foram decisivos na implantação das medidas secularizantes.

²² New Catholic Encyclopedia. Verbete Igreja e Estado na América Latina. New York: Mac Graw Hill, 1967. v.3. citado por AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978. p.82-83.

No campo social, a Igreja estava ao lado das oligarquias rurais. Seu distanciamento das camadas populares, por força de sua representação estatal, fez com que assumisse posições dúbias em muitas questões, como a da escravatura, por exemplo. Não que inexistissem vozes em defesa dos escravos ou da população menos privilegiada, mas, como instituição, a Igreja não teve um papel mais pronunciado. Até no Vaticano, com a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, publicada no ano de 1891, viam-se movimentos quanto à análise da questão social e defesa do proletariado. No Brasil, porém, o episcopado e o clero não assumiam tal postura.

A Igreja perde por toda a parte seu poder, baseado anteriormente numa delegação implícita aos senhores de escravos que impunham à sua escravaria a religião católica fazendo-a batizar e participar, vez por outra, da missa e das festas religiosas. As elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo catolicismo. A franco-maçonaria oferece um quadro social substitutivo para as Irmandades e Ordens Terceiras.

*A Igreja não é vista mais como uma fonte possível de legitimação do poder do Estado mas como uma força política contrária aos interesses do Estado e da sociedade. ... A tendência é de rejeitar a Igreja como instituição social.*²³

O início da República assistiu ao espocar de revoltas e movimentos camponeses de cunho religioso. Foram o fruto da reação contra a aliança das oligarquias liberais com o capitalismo externo e a

expansão de uma agricultura voltada à exportação. Nesse contexto, aconteceram movimentos de caráter messiânico, como Canudos, na Bahia; Juazeiros e Caldeirão, no Ceará e Contestado, entre Paraná e Santa Catarina.

Foram revoltas camponesas diante da penetração do capitalismo no campo e da ruptura das antigas formas de relação de produção e de relações sociais. Todas essas revoltas buscavam na religião seu ponto de partida e sua força de aglutinação. A Igreja, porém, marcou sua distância de todo esse povo despossuído e explorado dentro desta nova ordem liberal. Ela foi a primeira a condenar o que chamou de fanatismo religioso dos seguidores de Conselheiro e a emprestar seu apoio à repressão do Estado. Não foi diversa sua atitude com o Padre Cícero de Juazeiro, suspenso de ordens até o fim de sua vida (1933), ou com o “monge” José Maria, do Contestado. O que a Igreja buscava era sua aceitação pelos detentores da nova ordem.²⁴

Com exceção das colônias de imigrantes alemães e italianos no sul do país, com uma profunda aliança entre os pequenos proprietários e as igrejas locais, onde a vida se desenvolvia em torno das capelas, no restante do país a ligação da Igreja se dava principalmente com o latifúndio. “O grande proprietário continua apropriando-se da religião e sendo o elo de ligação obrigatório entre a Igreja e a massa rural.”²⁵

²³ Ibidem.

²⁴ BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. p.276.

²⁵ BEOZZO, p.277.

A entrada de mais de cento e cinquenta novas congregações e ordens religiosas tanto masculinas, quanto femininas, da Europa e Estados Unidos, em menos de trinta anos, não atenuou esta separação entre a sociedade brasileira e a Igreja. Da mesma forma que a elite ligava-se a ideologias inspiradas nos positivistas franceses, este novo clero tampouco podia entender a religiosidade e as práticas herdadas da cultura luso-brasileira, por ele taxadas como ignorância e fanatismo.

Após o fim da Primeira Guerra, começou a Igreja a se fazer ouvida por um grande número de intelectuais neoconvertidos, a exemplo do que se passou na Europa. Neste grupo, reunidos no Centro Dom Vital, criado em 1922, sob a liderança de Dom Sebastião Leme, arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, estavam nomes como Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, monsenhor Hélder Câmara, Hamilton Nogueira, Gustavo Corção, Plínio Correia de Oliveira e Sobral Pinto, entre outros.²⁶

A estratégia do cardeal Leme, apoiada pelo papa Pio XI, era reorganizar a Igreja no Brasil, aumentando sua inserção na sociedade, reconquistando espaço e influência junto aos poderes da República. Seguindo o modelo da Ação Católica preconizado pelo papa, Leme tornou-se a figura central dos bispos brasileiros, encabeçando a reforma da Igreja no país e, indiretamente, dando início à unificação do discurso do episcopado, que geraria dez anos após sua morte

²⁶ MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a política no Brasil**. (1916-1985) São Paulo: Brasiliense, 1989. p.47.

(em 1942) a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, através do recém-consagrado bispo, Dom Hélder Câmara.

A partir do Centro Dom Vital foram criados vários movimentos populares, mais ligados à classe média urbana, como a Liga das Senhoras Católicas, a Congregação Mariana, os Círculos Operários, a Juventude Universitária Católica - JUC, e a própria Ação Católica Brasileira, entre outros movimentos estreitamente controlados pela hierarquia católica.

Outras ações compunham a estratégia de revalorização da Igreja no Brasil de Dom Sebastião Leme, além da participação de leigos católicos nas instâncias de poder. Após se manter neutro na queda da “Velha República”, pela Revolução de 1930, foi pelas mãos de Dom Leme que Washington Luiz saiu escoltado do Palácio Guanabara, encaminhando-se ao Forte Copacabana para sua prisão. Tal providência poupou a vida do Presidente e de seus auxiliares, que se recusavam a deixar o palácio, prestes a ser bombardeado pelas tropas revoltosas.

Mantendo-se próximo a Vargas, um agnóstico, Dom Leme começava a preocupar-se com os destinos do novo governo, que assumia com certa tendência esquerdizante.²⁷ Uma série de eventos foi realizada visando a mobilização popular para mostrar a força dos católicos.

O primeiro deles foi por ocasião da designação, por Pio XI, de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, em substituição

²⁷ BEOZZO, p.293.

a São Pedro, padroeiro do Império. Este fato foi utilizado por Leme para motivar uma visita de sua imagem ao Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1931. Após o encerramento da Semana Arquidiocesana de Nossa Senhora

*(...) chega a imagem conduzida de Aparecida em trem especial pelo Arcebispo D. Duarte. De tarde percorrerá em procissão as ruas do Rio, até a Esplanada do Castelo, onde, na presença de imensa multidão, do Presidente e do seu Ministério, do corpo diplomático convidado pelo Itamarati, o cardeal consagra o país à Virgem da Conceição Aparecida.*²⁸

Mais tarde, em 12 de outubro do mesmo ano, depois de intensas manifestações nas igrejas e na imprensa, foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, no alto do Corcovado, Rio de Janeiro. Com a presença de 45 bispos vindos de todo o Brasil, do Presidente e seu Ministério, Dom Leme entregou a mensagem do episcopado brasileiro a Vargas, com os pontos que a Igreja gostaria de ver contemplados na nova Constituição, por fim promulgada em 1934. E acrescentou: “(...) ou o Estado ... reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado.”²⁹

Tais reivindicações foram, mais tarde, condensadas em dez pontos, sendo apoiados pela estratégia de mobilização de eleitores e de representantes do povo eleitos através da Liga Eleitoral Católica.

²⁸ BEOZZO, p.297.

²⁹ VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o PDC. In **Cadernos CEDEC**. São Paulo: Brasiliense, 1978. p.12.

Os pontos eram os seguintes:

- 1 - Proclamação da Constituição em nome de Deus.
- 2 - Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
- 3 - Incorporação legal do ensino religioso, facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e Municípios.
- 4 - Regulamentação da assistência religiosa, facultativa, às forças armadas, prisões, hospitais etc.
- 5 - Liberdade de sindicalização de modo que os sindicatos católicos legalmente organizados tivessem as mesmas garantias dos sindicatos leigos.
- 6 - Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual das forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar.
- 7 - Decretação da legislação trabalhista, inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
- 8 - Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
- 9 - Decretação da lei de defesa da ordem social, contra quaisquer atividades subversivas respectivas às exigências das legítimas liberdades políticas.

10 - Combate a toda e qualquer legislação que contrariasse expressa ou implicitamente os princípios da doutrina católica.³⁰

Todos os pontos foram contemplados em 1934. Getúlio Vargas foi o governante brasileiro que mais atendeu aos interesses da Igreja.

*As relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, mas sem dívida assumiram caráter oficioso. Aos poucos a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens do governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República. Nascia uma era de harmonia entre Igreja e Estado, sobretudo porque o poder público procurava aplicar a Constituição de forma menos ofensiva ao catolicismo. (...) Era a constituição definitiva de “uma igreja livre no Estado livre”.*³¹

O custo desta política foi o apoio de Leme a Vargas, trazendo a Igreja para o lado do poder constituído, abdicando, mais uma vez, de organizar um projeto de atuação junto às massas subalternas.

Quando do Golpe de 1937, tendo Getúlio fechado o Congresso e extinguido os partidos políticos, a Igreja permaneceu junto a Vargas, apoiando-o, dentro do espírito tomista, de que ao governante cabia fazer o bem a seus governados.

Através da Circular Coletiva do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis, de 1942, assinada por Dom Sebastião Leme, Dom

³⁰ Ibidem.

³¹ MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In **História: Questões e Debates**. Curitiba: Associação Paranaense de História – APAH, Ano 10, n. 18 e 19, junho e dezembro de 1989. p.233.

João Becker, bispo de Porto Alegre e pelos arcebispos da Bahia, Cuiabá, Olinda e Recife, os bispos brasileiros conclamavam os católicos para que apoiassem com “disciplina e obediência” ao Chefe do Governo, ao entender que ele encarnava os princípios de nacionalismo, patriotismo e anticomunismo coincidentes com sua própria doutrina, ao mesmo tempo em que atendia a Igreja em todas as suas reivindicações. Getúlio conseguia, com o Estado Novo, libertar a sociedade brasileira dos perigos do liberalismo e do comunismo, no entender dos clérigos.

Este apoio deixou clara a posição conservadora da Igreja, num verdadeiro refluxo a algumas das teses de justiça social defendidas no final do século XIX, pela encíclica de Leão XIII, *Rerum Novarum*.

2.2 - A Igreja na redemocratização do Brasil

Como foi destacado, a estratégia da Igreja Católica de aproximação com o Estado e a retomada de sua influência na condução dos destinos do país passou por uma maior atenção da cúpula da Igreja no Brasil, não à multidão dos fiéis, mas às elites políticas e à intelectualidade. As manifestações de massa fizeram parte das alternativas da hierarquia católica enquanto demonstração de seu poder de influência, da sua força de arregimentação popular e foram rapidamente abandonadas quando tal efeito foi conseguido.

Restaram os movimentos mais voltados à classe média urbana, como a Liga Brasileira das Senhoras Católicas, fundada em 1910; o Centro Dom Vital, de 1922; a Congregação Mariana, de 1924; a Juventude Universitária Católica, de 1930 e a Ação Católica Brasileira, de 1935. Esses eram os mais importantes dentre as iniciativas de mobilização dos leigos, fortemente controladas pela hierarquia. A capilaridade destes movimentos ao agregar intelectuais, funcionários públicos, mulheres e estudantes, oriundos quase todos das camadas médias urbanas, foi o que garantiu o poder de influência do clero junto às instituições e ao Estado, da mesma forma que permitiu uma maior legitimação do Estado junto à sociedade.

Por todo o período em que a Igreja é definida por Scott Mainwaring como a da Neocristandade, a hierarquia combateu fortemente tanto o comunismo quanto o liberalismo, este último identificado com a modernização da sociedade. Essa fixação nos valores de sua

antiga tradição eram reflexos das posições do papado desde o século XIX, na condenação a toda e qualquer modernização de sua estrutura institucional. Com efeito, a Igreja no Brasil esteve, nesse período, quase sempre em concordância com a Santa Sé.

Em setembro de 1907, Pio X havia publicado a encíclica *Pascendi Dominici Gregis* condenando o modernismo na Igreja. A encíclica condenava, em uma primeira parte, a rejeição das provas clássicas da existência de Deus e a redução da revelação como algo próprio da experiência religiosa interna, subjetiva, bem como o método exegético que negava todo elemento ou fato sobrenatural da Bíblia.

Na segunda parte, a encíclica continha advertências severas destinadas a reprimir e prevenir qualquer infiltração modernista nos seminários e universidades. Em novembro deste mesmo ano, o documento papal *Prestantia Scripturae* comunicava a excomunhão a todo aquele que se opusesse à encíclica publicada dois meses antes.

A rígida posição do Vaticano só foi suavizada após as tímidas concessões proporcionadas por Pio XII e, principalmente, após a eleição do patriarca de Veneza, Cardeal Ângelo Roncalli, ao papado, sob o nome de João XXIII, em 28 de outubro de 1958.

No Brasil, após 1945, com o fim da II Guerra Mundial e a inevitável democratização da sociedade brasileira, viu-se a Igreja na urgente necessidade da sua atualização num mundo novo, em que o autoritarismo naufragara no que dizia respeito às correntes europeias, restando apenas os baluartes franquista, na Espanha, e salazarista, em Portugal.

O outro modelo autoritário estava mais à esquerda, na URSS, do stalinismo, nas diversas correntes do leste europeu (Albânia, Iugoslávia etc.) ou na China de Mao Tse-Tung, todas elas posições inaceitáveis para a Igreja. Era inevitável, portanto, a adoção de todo um movimento reformista em seu seio, para adaptar a hierarquia católica às novas realidades do país. Essa renovação precisava antecipar-se à do próprio Vaticano.

Seguindo a política de adaptar-se aos diversos tipos de governo temporal da sociedade, os bispos brasileiros viram que os seus esforços não seriam capazes de interromper o fluxo das mudanças que se anunciavam.

(...) Qualquer instituição que resistisse a tendências irreversíveis condenava-se a um declínio, como começou a perceber um grande número de líderes católicos. Por volta de 1945, o antimodernismo se tornara insustentável para uma instituição que tinha a pretensão de ser universal e que se preocupava especialmente em influenciar o Estado e as elites. Ao opor-se à secularização, a Igreja abandonava-se à sorte do lado de grupos de importância decrescente.³²

A Igreja brasileira enfrentava outro grande problema. Seu afastamento da grande massa da população ficava cada vez mais patente pelo esvaziamento de sua influência no Estado e pela competição cada vez mais acirrada com outras religiões e seitas. O protestantismo – fosse aquele que se introduziu no Brasil pelos imigrantes,

fosse o das missões americanas e inglesas – e o espiritismo tornavam-se verdadeiras opções religiosas aos brasileiros.

De um lado, tinha-se o crescimento cada vez mais rápido das confissões protestantes americanas nas camadas mais populares dos centros urbanos. Por outro, a adoção de práticas do espiritismo kardecista, ou mesmo de orientação afro-brasileira, por um número também crescente de cidadãos urbanos. Este particular era ainda mais grave, pelo grande número de católicos que aderiu ao espiritismo sem desligar-se totalmente do catolicismo, numa dubiedade pouco aceita pela hierarquia. Vide como exemplo, nos anexos, o levantamento dos movimentos anticatólicos feito pela Cúria Metropolitana de Curitiba, em 1954, sobre a presença de protestantes, espíritas, maçons e comunistas junto às paróquias da arquidiocese.

Estas e toda uma série de ameaças externas forçaram que acontecessem mudanças na condução das vidas dos fiéis católicos. Os novos governos que se seguiram no período democrático, entre 1945 e 1964, fizeram igualmente concessões à Igreja, mas, em razão dos variados interesses e da pressão de novos grupos no jogo democrático, não puderam reeditar os acordos tácitos entre Estado e Igreja tão entrosados e estáveis quanto o que se sucedeu com Getúlio Vargas nos períodos anteriores.

³² MAINWARING, p.53.

O Partido Comunista, fortalecido no pós-guerra, teve na redemocratização brasileira uma nova e fugaz oportunidade de legalização. Em 1946 era o quarto partido na preferência dos eleitores.

Apesar de sua curta atuação na legalidade (1945-1948), o PCB teve um estilo de recrutamento muito marcante. Após eleger 14 deputados e um senador à Assembleia Constituinte de 1945, o partido aumentou a sua força eleitoral nas eleições de 1947. Na Câmara Municipal do Distrito Federal, o PCB elegeu uma maioria simples de 18 dos 50 vereadores; e repetiu o mesmo na Câmara Municipal de São Paulo. Nas eleições estaduais de São Paulo o PCB também saiu bem. Três das cinco cadeiras abertas para complementar a bancada federal paulista foram conquistadas por membros do PCB (...). Ao todo, o PCB elegeu 46 dos 855 deputados estaduais em 15 dos 20 estados. Nessa conjuntura, (1947), o PCB estava em vias de se tornar um partido de âmbito nacional, pois já era a quarta força política do país, depois do PSD, UDN e PTB.³³

Desde muito tempo, a principal pregação da Igreja Católica residia na crítica ao comunismo, considerado por grande parte da hierarquia como o principal perigo contra a Igreja. Leão XIII, em 1878, já alertava aos católicos sobre os males que pretendiam os comunistas e socialistas contra a sociedade, contra a propriedade e contra a autoridade.³⁴ Mais tarde, Pio XI editava a encíclica *Divini Redemptoris*, de

³³ FLEISCHER, David. Dimensões do recrutamento partidário. In: FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EdUNB, 1981. p.57.

³⁴ Leão XIII. Encíclica **Quod Apostolici Muneris**. 28 de dezembro de 1878. Edição consultada: Vozes, 1951. Documentos Pontifícios nº 17.

1937, em oposição ao comunismo ateu.³⁵ Tais cuidados foram intensificados após 1945, quando a Convenção de Yalta, Crimeia, colocava toda a Europa Oriental sob o domínio da União Soviética, iniciando uma perseguição sem igual nos últimos séculos tendo como alvo a Igreja. Era intolerável, pois, o crescimento do comunismo nos países católicos.

Em 1946, a Igreja lançou mão, novamente, da estratégia da Liga Eleitoral Católica como forma de tentar barrar ou pelo menos minimizar a influência dos meios de comunicação seculares que iam contra seus interesses nas eleições que se estabeleceram para a nova Constituinte e para a Presidência da República. Mais uma vez, antes de estabelecer o apoio a um partido em particular – a despeito da criação do Partido da Democracia Cristã, que em teoria deveria contar com as bênçãos da Igreja, a exemplo do que acontecia na Itália e em outros países europeus – a hierarquia e o clero recomendavam publicamente os candidatos de qualquer partido que se comprometessem a defender os princípios cristãos, excluindo as agremiações políticas de cunho materialista, os comunistas e socialistas.

Sem a mesma força que havia demonstrado em 1934, de fato a Igreja logrou mais uma vez que o texto da nova Constituição não afrontasse alguns pontos tão caros a ela, como a indissolubilidade do matrimônio, a proibição do aborto, o ensino religioso facultativo nas escolas e outros, a exemplo do que ocorrera anteriormente.

³⁵ Pio XI. Encíclica **Divini Redemptoris**. 9 de março de 1937. Edição consultada: Leituras Catholicas, Escolas Profissionais Salesianas, agosto de 1937. nº 567.

Em 1952, pelos esforços de Dom Hélder Câmara, foi criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Seguidor das ideias de Dom Sebastião Leme, Dom Hélder pôde contar com o apoio do Núncio Apostólico Dom Carlo Chiarlo e do Monsenhor Montini (eleito, em 1963, papa Paulo VI) para finalmente dotar a Igreja Católica no Brasil da liderança capaz de facilitar as ações apostólicas visando sua modernização. Inaugurou-se, então, uma nova fase nas estratégias de participação da Igreja no poder temporal no Brasil. Agora havia um organismo centralizador da hierarquia que, apesar de subordinado ao Vaticano, respondia mais prontamente aos anseios dos bispos brasileiros.

Mais uma vez utilizou-se a estratégia de criação da Liga Eleitoral Católica. Em documentos emanados do Palácio São Joaquim, sede episcopal do Rio de Janeiro e da CNBB em sua instalação, recomendava-se aos cristãos a revitalização das práticas voltadas às eleições que se avizinhavam. Passava a ser oferecida aos leigos toda uma organização de círculos de reuniões, com temas definidos e bem estruturados, em que o ponto central era a conscientização política dos cristãos. As eleições de 1954, para prefeituras das capitais, duas vagas no Senado, para a Câmara de Deputados e para as Assembleias Legislativas, e de 1955 para Presidência da República, Governos Estaduais, demais prefeituras do interior e Câmaras Municipais, eram os alvos principais. Era preciso barrar o avanço daqueles que pensavam em alterar radicalmente o jogo político e garantir, ao mesmo tempo, a influência da Igreja na condução dos destinos do Estado. Para isto, seria necessário estimular candidatos que, imbuídos dos valores cristãos, estivessem dispostos a empreender reformas de modo a modernizar a sociedade brasileira.

Tal desejo de modernização, de atualizar-se no tempo presente, viria mais tarde a definir algumas correntes dentro da própria CNBB. Segundo Mainwaring,³⁶ por volta de 1955 havia três grupos bem definidos na CNBB: os *tradicionalistas*, os *modernizadores conservadores* e os *reformistas*. Os primeiros eram aqueles que continuavam a apoiar as estratégias utilizadas até então, de busca da hegemonia da Igreja e defesa de seus privilégios. Eram os que mais se opunham à modernização.

Os modernizadores conservadores eram aqueles que propugnavam uma maior abertura da Igreja ao mundo, visando deter os avanços do comunismo e do protestantismo pela adoção mais plena da doutrina social da igreja, onde não se podia ignorar os apelos de uma maior justiça social. Opunham-se, no entanto, a mudanças radicais e não definiam como se chegaria a este estado na sociedade brasileira.

Os reformistas compartilhavam os desejos de modernização com o grupo anterior, com uma maior participação pastoral da Igreja e sua maior inserção nas camadas mais populares. Indo mais além, sua preocupação não era pelo avanço do comunismo no Brasil, mas a permanência de estruturas sociais injustas, nas quais a pobreza, a ignorância e a falta de oportunidades eram comprometedoras de uma vida verdadeiramente cristã. Esse grupo, sob a liderança de Dom Hélder, iria inspirar diversas experiências de aproximação popular que marcariam forte presença política no Brasil da década de 1960, como o Movimento de Educação de Base – MEB e outros oriundos da reestruturação da Ação Católica.

³⁶ MAINWARING, p.56-57.

3

A LIGA ELEITORAL CATÓLICA - LEC

*A Palavra é a espada do espírito.*³⁷

Morris West

³⁷ WEST, Morris. **A eminência**. Rio de Janeiro: Record, 1999. p.70. A frase diz respeito ao moderno espírito de Cruzada.

A LEC foi criada em 1932, através do Centro Dom Vital, pelos esforços de Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca e Dom Sebastião Leme.

Os motivos que levaram a sua formação, no entanto, são bem anteriores a esta data. Dom Leme, sendo arcebispo de Olinda, havia publicado em 1916 uma Carta Pastoral em que exortava os católicos a assumirem a importância que deveriam ter frente às instituições políticas brasileiras, não se omitindo em face das decisões que afrontassem o espírito cristão. Não era possível que os interesses da maioria católica dos brasileiros fossem conduzidos por uma minoria não-católica. Tânia Salem, em seu estudo *Do Centro Dom Vital à PUC*, afirma:

O pressuposto primeiro em que se baseia a pastoral é o da identificação do Brasil como país essencialmente católico. Embora constituindo a quase totalidade da Nação, os católicos – acusados de se comportarem como um “grupo asfxiado e inoperante” – tiveram solapada sua posição de direito na condução dos destinos nacionais por uma minoria laica e descrente que encabeçava a república positivista. Mais que uma humilhação para a Igreja, essa situação é apontada como responsável pelos conflitos e desordens que assolavam a sociedade brasileira naqueles anos. Interpretando a fragilidade de nossa estrutura econômica, política e social como decorrente, em última instância, de uma crise de ordem moral, D. Leme adverte que somente a recristianização da sociedade seria capaz de restaurar a unidade espiritual do país, devolvendo-lhe seu equilíbrio e harmonia naturais.³⁸

³⁸ SALEM, op. cit. p.10.

Mais tarde, sendo conduzido a arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, em 1921, Dom Leme encontrou nesta cidade uma maior ressonância a suas ideias. Juntamente com Jackson de Figueiredo, expoente radical e autoritário, recém-convertido ao catolicismo, fundava, em 1922, o Centro Dom Vital. Jackson – que passaria a ser o braço direito de Leme junto aos intelectuais – o procurara em 1918. Impressionado pela vigorosa Carta Pastoral, já havia aceitado a missão de criar a revista “A Ordem” ainda em 1921. Ela se constituiria no maior meio de divulgação das ideias católicas e na trincheira de combate às posições não favoráveis à Igreja, declarando Dom Leme como figura-chave no movimento de restauração que se empreendia.

O Centro Dom Vital foi o núcleo da reação da Igreja Católica no sentido de recristianizar o Brasil. Para concretizar a visão de seus criadores, a instituição aglutinou, ao longo de sua existência, vários intelectuais.

Berenice Brandão define assim a opção pelo reduzido número de membros do Centro Dom Vital e sua atuação junto à sociedade intelectual da época da seguinte maneira:

Não acreditamos que os responsáveis pelo Movimento Católico Leigo tenham pretendido mais que isto. Como consequência do jogo de poder que caracterizava as eleições da República Velha era flagrante o desinteresse de setores mais amplos da sociedade pelas questões políticas. Desta forma limitavam-se os quadros sobre os quais se pretendia agir e reduzia-se em termos quantitativos e qualitativos, pois visava, sobretudo, os intelectuais. Na verdade, a escolha dos intelectuais era importante por ser uma forma indireta da Igreja atingir outros extratos

*da sociedade. Os escolhidos foram principalmente escritores, que podiam, através de suas obras, influir nas consciências individuais e inculcar-lhes opiniões que se traduzissem num apoio às oligarquias.*³⁹

O Centro Dom Vital, cujo nome era uma homenagem ao bispo que havia enfrentado com coragem o Padroado e o Império na Questão Religiosa, em 1872, ramificou-se em diversos outros organismos, todos frutos desta mesma cosmovisão que exigia a revitalização da Igreja frente à sociedade civil e ao Estado. Dele nasceram diversos movimentos que buscavam maior integração do leigo católico em todos os níveis da sociedade nacional, mas principalmente junto às camadas médias urbanas, sob a estrita orientação do clero. O Centro foi o responsável direto pela criação da Ação Católica Brasileira, dos Círculos Operários Católicos, dos movimentos de juventude (JUC, JOC etc.), da Liga Eleitoral Católica e, mais tarde, da PUC do Rio de Janeiro, entre outras organizações católicas. Não eram órgãos de atendimento social, mas sobretudo de organização política dos católicos.

Hamilton Nogueira, escritor e, mais tarde, político do Rio de Janeiro, assim definiu a revista católica, definição esta que serviria para os demais empreendimentos deste grupo de intelectuais católicos: “A Ordem foi uma revista de caráter político-religioso. Nós achávamos, naquela época, que o movimento religioso deveria ser paralelo ao movimento político de reação contra o liberalismo democrático.”⁴⁰

³⁹ BRANDÃO, Berenice C. **O movimento católico leigo no Brasil**. Niterói: UFF, 1975. Dissertação de mestrado. p.41.

⁴⁰ Apud SALEM, op. cit. p.15.

Entre 1924 e 1926, época em que Arthur Bernardes reformava diversos aspectos da Constituição de 1891, Dom Leme conseguiu o restabelecimento das relações entre o governo brasileiro e a Santa Sé, que se não haviam sido rompidas de direito, estavam estremecidas desde a Proclamação da República. Não logrou, no entanto, que fossem aprovadas as chamadas “emendas católicas” que introduziam o ensino religioso nas escolas públicas e reconheciam o caráter privilegiado da religião católica, visto que professada pela maioria da população brasileira.

Jackson de Figueiredo chegou a propor a criação de um partido político católico para defesa dos interesses da Igreja, a exemplo do que já ocorrera no Império, iniciativa logo descartada por Leme, que não queria ver os católicos organizados em uma parte, mas integrados ao todo. Com a morte prematura de Figueiredo em 1928, aos 37 anos de idade, tal projeto ficou afastado.

Dom Leme, elevado a cardeal do Rio de Janeiro, após a morte do cardeal Arcoverde, em 1930, não pretendia que os católicos se limitassem apenas a militar em um partido, pois isso os sujeitaria ao jogo político, além de incorrer no risco de perder prestígio e gerar oposições dentro da sociedade. Ele não consentiria na perda de apoio dos católicos que militassem ou preferissem os diversos partidos existentes, já que a intenção do religioso, que se confundia com a da maioria dos bispos brasileiros, era aumentar a influência da Igreja junto ao Estado e à sociedade civil. Dom Leme considerava que os fiéis deveriam integrar-se em todas as agremiações, excetuando-se

aquelas de orientação materialista e, portanto, fora dos princípios cristãos, para ser “fermento na massa”, ou seja, o elemento de mudança e transformação na sociedade. Desde que os candidatos se comprometessem com um programa mínimo cristão poderiam e deveriam ser apoiados pelos católicos. A LEC era um grupo de pressão junto à opinião pública, cujo objetivo, segundo seus estatutos, era formar a “consciência política dos católicos independentemente de filiações partidárias e a sua orientação doutrinária-eleitoral”.⁴¹

Essa era a ideia de criação da Liga Eleitoral Católica, que iria orientá-la em todos os momentos de sua existência, com exceção do que se passou no Ceará, onde a Liga constituiu-se em um partido de fato, lançando listas próprias de candidatos, em 1933 e 1934. Em todo o país, a LEC deveria ser suprapartidária e absolutamente neutra na escolha de quais candidatos seriam apoiados pela população católica. Todos os que se comprometessem com o ideário da LEC receberiam igual apoio.

A organização da LEC era feita através de juntas,⁴² em quatro níveis. Existia a junta nacional, com sede no Distrito Federal, Rio de Janeiro. A ela cabiam as decisões sobre a política nacional, sobre a publicidade e sobre o direcionamento dos esforços de organização frente às eleições. Para a LEC de 1932 foi indicado por Dom Leme

⁴¹ **Proposta de Estatutos da LEC.** Rio de Janeiro: CNBB, outubro de 1952. Tal proposta baseava-se nos antigos estatutos da década de 1930.

como presidente Pandiá Calógeras; como secretário-geral Alceu Amoroso Lima, também presidente do Centro Dom Vital e mais cinco membros, todos de estrita confiança do cardeal: Aníbal Porto, Jonatas Serrano, Heitor da Silva Costa, Plácido de Melo e Everardo Backhenser. A função da presidência era apenas honorífica, uma vez que todas as decisões eram submetidas a Dom Sebastião Leme.

Às juntas estaduais (bem como à do Distrito Federal) cabiam as medidas necessárias para se fazer publicidade das decisões da junta nacional, a qual se submetiam, bem como divulgar os candidatos aprovados pela LEC. As juntas regionais serviam como elemento de ligação entre as juntas estaduais e locais, resolvendo situações de conflitos regionais. Finalmente, as juntas locais constituíam a verdadeira base da LEC, devendo arregimentar, com a ajuda dos sacerdotes, os votos dos católicos. Cuidavam também do alistamento eleitoral, naquela época feito de forma descentralizada pelos partidos e entidades civis, que depois encaminhavam as fichas dos eleitores para a Justiça Eleitoral.⁴³ No caso da LEC, em 1954, no Paraná, utilizavam-se os

⁴² Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária-FINEP, 1984. pp.1818-1819.

⁴³ O novo sistema da Justiça Eleitoral foi constituído pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Além de criar a Justiça Eleitoral – que passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais – alistamento, organização das mesas, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos – este instrumento legal regulou as eleições federais, estaduais e municipais e instituiu a representação proporcional. Informação do *site* da internet do Tribunal Superior Eleitoral.

serviços das Filhas de Maria e dos Congregados Marianos, em escritórios abertos especificamente para este fim.

Os bispos participavam das juntas estaduais e regionais, na escolha e nomeação de seus dirigentes. Influíam diretamente nas decisões, aprovando ou rejeitando os candidatos, bem como exercendo censura sobre as publicações da LEC em sua região. Nas dioceses em que os bispos fossem reticentes ou resistentes à criação da Liga, o cardeal Leme pessoalmente intervinha, como figura mais proeminente do clero brasileiro, no sentido de convencê-los a aderir ao esforço de conscientizar os eleitores católicos para as causas defendidas pela Igreja.

A estratégia da Liga Eleitoral Católica era desenvolvida da seguinte maneira na década de 30, sendo igualmente seguida nas posteriores, em 1946 e na década de 1950: os partidos eram obrigados a divulgar suas listas de candidatos pelo menos dois meses antes das eleições. As juntas dirigiam, então, cartas aos que pleiteavam os diversos cargos de praticamente todos os partidos – excetuando-se os partidos socialista e comunista – pedindo que eles se posicionassem sobre os pontos definidos como essenciais aos interesses católicos.

Além da correspondência, um edital publicado nos jornais locais nas semanas que antecediam as eleições convidava os candidatos, independentemente de seu credo político, a aderir por escrito às propostas da LEC. Aqueles que assim o fizessem, receberiam também, através dos periódicos, o apoio da Liga, indicando que mereceriam o voto dos católicos. Por certo que os padres reforçariam esta orientação em suas

homílias e indicações nas missas e eventos religiosos. Utilizavam também os meios de comunicação de massa, como jornais e o rádio.

Preocupada em garantir a isenção partidária dos membros das juntas, a LEC chegou a proibir que estes se candidatassem por qualquer cargo político. Aqueles que desejassem participar das eleições deveriam se desincompatibilizar, entregando seus cargos aos bispos locais.

Rememorando os grandes princípios defendidos pela LEC nas eleições da Constituinte de 1933: respeito à permanência do nome de Deus no preâmbulo da Constituição; indissolubilidade do matrimônio e sua validade civil, enquanto celebrado religiosamente; instrução religiosa nas escolas públicas; regulamentação da assistência religiosa nos hospitais, prisões e nas forças armadas; pluralidade e liberdade sindical; isenção do serviço militar obrigatório para sacerdotes e religiosos; legislação trabalhista inspirada na justiça social cristã; defesa do direito à propriedade privada; defesa da ordem social contra atividades subversivas e supressão de toda e qualquer legislação que contrariasse os princípios da fé católica, como o aborto, divórcio etc.

Além desses, sem tanta ênfase, no entanto, a LEC defendia a instituição de uma política salarial que atendessem com justiça às famílias; um seguro que cobrisse os casos de incapacidade para o trabalho, por doença, acidente ou desemprego; a criação de cooperativas

de produtores e consumidores; a representação legislativa de trabalhadores nos conselhos nacionais de economia e trabalho.⁴⁴

Por fim, a LEC punha-se também contra a intervenção do Estado, que deveria se limitar à coordenação dos interesses gerais da sociedade. Opunha-se, mais que tudo, às doutrinas radicais. Foi por esta razão que Alceu Amoroso Lima, secretário-geral, negou a aproximação da LEC com a Ação Integralista Brasileira - AIB, quando Plínio Salgado pleiteava seu reconhecimento como partido católico, propondo-se a defender totalmente o programa e os interesses da Igreja na Câmara Federal. Amoroso Lima não comprometeu a LEC com os integralistas, mesmo reconhecendo pontos em comum entre ambos.

Francisco Iglésias, em seu artigo sobre Jackson de Figueiredo, escrevia sobre esta aproximação sedutora de setores da Igreja com o Integralismo,⁴⁵ que já era sentida mesmo antes da morte do escritor, aprofundando-se na década de 1930:

⁴⁴ FGV. op. cit. p.1819.

⁴⁵ Existia uma corrente dentro da Igreja Católica na segunda metade do século XIX, chamada de Integralismo, ou, por vezes, Integrismo. Suas premissas encontram-se ligadas ao *Syllabus* (1864), onde ficava patente que à modernização e laicização da sociedade, deveria a Igreja opor uma ordem em que os elementos e instituições da sociedade fossem perspassados também por uma dimensão espiritual, donde sairia o homem integral. Dessa corrente fizeram parte a bula *Rerum Novarum*, de Leão XIII, os movimentos de Ação Católica e a Democracia Cristã. A Ação Integralista Brasileira fazia uma releitura destes conceitos, trazendo-os para um viés de conotação mais próxima do fascismo em voga na Europa nas décadas de 1920 a 1940. Para maiores informações, vide TRINDADE (1974) e BOBBIO, MATEUCCI e PASQUINO, op. cit. p.637.

*Com a derrocada do sistema liberal e o agravamento das contradições geradas pelo capitalismo, marcados pelas revisões de formas políticas nos países que se mantêm fiéis ao regime tradicional pela adoção de outros, ora de extrema esquerda, como na União Soviética, ora de direita, como na Itália e em Portugal, além da doutrinação generalizada em todos os países, a Europa e o Brasil vêem-se forçados a um exame de consciência, a um balanço crítico, frente a opções. No campo católico, no qual se inscreve Jackson de Figueiredo, sente-se a forte tentação da direita: sobretudo pela experiência russa, o pensamento católico tende a uma posição extremada. Se não cai de todo no fascismo é pela prudência da hierarquia, que chega a condenar esse extremismo, por haver ele feito do Estado um absoluto. Em maior ou menor grau, porém, os católicos sentem a sedução da direita.*⁴⁶

Mantendo-se relativamente neutra quanto aos partidos de centro-direita, mantendo-se ferrenhamente anticomunista e antidivorcista, a LEC soube canalizar com habilidade os votos dos católicos.

O trabalho, pelo relatado em diversas fontes, deve ter sido intenso. As autoridades eclesiásticas insistiam sempre em seus pronunciamentos na identificação da consciência religiosa com o dever cívico do voto, o que demonstra a apatia que a Igreja observava no processo eleitoral. A par disto fizeram extenso alistamento – que se traduziu em mais de 60 mil novos eleitores no país, dos quais cinco mil apenas na capital federal.⁴⁷ Foi este eleitorado que fez valer a eleição dos candidatos aliados às teses da Igreja.

⁴⁶ IGLÉSIAS, Francisco. Jackson de Figueiredo. In: **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971. pp.109-110.

⁴⁷ BRANDÃO, op. cit. p.88.

3.1 - A estrutura estatutária da Liga Eleitoral Católica, em 1952

Como já foi abordado, a Liga Eleitoral Católica foi reestruturada junto com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, em 17 em outubro de 1952, na própria reunião que instalou a instituição que reuniria todo o episcopado brasileiro. Fruto da experiência de articulação do episcopado junto à realidade nacional, por intermédio da Ação Católica Brasileira – ACB, a CNBB aproveitaria desta a estrutura de departamentos nacionais, que passariam a ser denominados Secretariados Nacionais.

A CNBB criaria, então, alguns secretariados ligados ao Secretariado Geral: o de Educação; o de Ação Social; o do Ensino da Religião; o dos Seminários e Vocações Sacerdotais; o do Apostolado Leigo e a Liga Eleitoral Católica. Na primeira reunião ordinária em Belém, em 1953, criaria também o Secretariado Nacional da Defesa da Fé e Moral.⁴⁸

A Liga Eleitoral Católica ficaria diretamente ligada à Comissão Permanente, sob a Presidência do Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Logo se tratou de organizar, por meio de representantes leigos dos bispos das capitais, um documento que seria submetido a todas as dioceses, solicitando-se que se instalassem imediatamente as Juntas Estaduais e Regionais e, tão logo quanto possível, as Municipais e Locais.

⁴⁸ QUEIROGA, Pe. Gervásio Fernandes de. **CNBB comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977. p.175

O documento enviado pela CNBB era composto de duas partes: a primeira continha a *Proposta de Estatuto e Regulamento da Liga Eleitoral Católica*⁴⁹ e a segunda *Sugestões Tendentes a uma Concretização da LEC*, seguida de comentários que, destacava-se, não eram “... de autoria de leigos, mas da Comissão Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.”⁵⁰

A primeira parte era composta de um Estatuto com quatro capítulos, mais as Disposições Gerais, e de um Regimento Interno da Liga Eleitoral Católica, com oito novos capítulos. Ao todo eram 29 artigos nos Estatutos e 37 no Regimento. O Estatuto estava assim organizado:

Capítulo I - Da denominação, sede e fim

Capítulo II - Dos sócios

Capítulo III - Do patrimônio

Capítulo IV - Da administração e representação

Secção I - Das Juntas, Conselhos e Comissões em geral

Secção II - Das Juntas Nacional e Estaduais

Secção III - Das Juntas Regionais

Secção IV - Das Juntas Municipais e Locais

Disposições Gerais

⁴⁹ Seu cabeçalho indica um Regulamento Interno, enquanto no interior do documento encontra-se um Regimento Interno.

⁵⁰ CNBB. **Reestruturação da LEC**. Rio de Janeiro, s/d. Mimeografado. As citações a seguir, salvo exceções assinaladas, serão retiradas deste documento.

Dos artigos do Estatuto destacam-se alguns de maior interesse para este trabalho. Estes documentos deveriam ser registrados nos cartórios adequados para que cada Junta tivesse existência legal própria em seu nível institucional, desvinculando-se legalmente da estrutura mesma da Igreja.

A Liga Eleitoral Católica vinculava-se diretamente ao titular da diocese em que se localizava. O artigo 3º fixava a atuação de cada nível da Liga dentro dos limites das dioceses e Províncias Eclesiásticas, depois de devidamente aprovados os estatutos por parte dos arcebispos e bispos locais. O artigo determinava que a LEC tivesse por finalidades a formação da consciência política dos católicos, resguardando-se a isenção quanto a partidos e políticos em particular, propondo-se ainda a lutar pelas reivindicações cívicas derivadas dos princípios cristãos, ou seja, trabalhando junto aos parlamentares para que as orientações doutrinárias não fossem afrontadas por leis consideradas anticristãs.

No artigo 7º determinava-se que o patrimônio de cada sociedade seria composto de forma autônoma em cada diocese, sendo formado por contribuições de sócios, legados e subvenções que viesse a receber, que seriam aplicados na consecução de seus objetivos. O artigo 9º destinava os bens de cada junta, em caso de dissolução, para a mitra local que deveria destiná-los convenientemente.

O artigo 16 determinava a duração dos mandatos dos componentes da várias Juntas e Comissões em dois anos, que seriam prestados

gratuitamente à instituição. Do artigo 17 ao 23 estipulava-se as atribuições de cada nível da LEC. Atuando em uma estrutura descentralizada em seu funcionamento, mas devidamente articulada, no que se refere às decisões, a LEC funcionava exatamente como a instituição da qual derivava, a Igreja.

A Junta Nacional seria constituída por seis membros nomeados pela Comissão Permanente da CNBB, tendo como atribuições, mais adiante ampliadas e reforçadas pelo Regimento Interno, fazer o registro das Juntas Estaduais, manter sua orientação de acordo com os princípios da LEC para o cumprimento de sua missão, expedir regulamentos, normas e instruções para os vários serviços e comissões da Liga Eleitoral Católica. Os Estatutos ressaltavam em diversos artigos que todos os documentos oriundos da Junta Nacional só entrariam em vigor, nas dioceses, depois de aprovados pelo seu titular. Com isso, mantinha-se o respeito pela autonomia de cada diocese, próprio dos tempos de colegiado da CNBB, tão diferente do que se passava na época de Dom Sebastião Leme, que centralizava de forma mais enérgica a adoção de suas decisões para o conjunto do país.

A Junta Estadual compunha-se da Junta Regional – própria da sede da capital do estado em que se localizasse – acrescida de representantes das demais dioceses estabelecidas no estado. Na prática, no Paraná, só parece existir a Liga Eleitoral Católica em Curitiba, organizada sob a forma de Junta Estadual, ela própria encarregada de animar e fazer cumprir as determinações vindas da Junta Nacional, em consonância com as deliberações do arcebispo

Dom Manuel D’Elboux. Em nenhuma outra fonte pesquisada – jornais da época, Boletins da Cúria Metropolitana, ou mesmo através de entrevistas com o senhor João Braga⁵¹ – aparece no Paraná outra estrutura que não a da Junta Estadual.

Às Juntas Regionais⁵² caberia a instalação das Juntas Municipais e, a estas, a das Juntas Locais; às Juntas Locais, nas paróquias, competiria a inscrição de sócios. Quanto à questão do recebimento de donativos, subvenções e legados, esta era função das Juntas Regionais, que também deveriam autorizar operações de crédito, contratos e termos de responsabilidade, bem como a alienação de bens móveis e imóveis da instituição. Observa-se, assim, a pouca autonomia que detinha as instâncias mais próximas do controle dos leigos, uma vez que só às estruturas sob a direção mais direta dos titulares das dioceses baseadas nas capitais dos estados – em sua maior parte onde estavam as arquidioceses ou as dioceses mais importantes – era permitido movimentar recursos destinados ao desenvolvimento das atividades fins da entidade.

Depreende-se com isso que a estrutura municipal ou local era toda ela baseada no que as Juntas Nacional, Estaduais ou Regionais

⁵¹ João Lacerda Braga foi secretário da Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica, indicado em 1953 por Dom Manuel D’Elboux. Entrevista concedida ao autor, em 25 de novembro de 1998, em sua residência, em Curitiba.

⁵² A Junta Regional da LEC era a estrutura ao nível das dioceses sufragâneas; seus representantes comporiam a Junta Estadual, fato ressaltado pelo decreto episcopal de Dom Manuel D’Elboux, de 15/07/1953, de instalação da Junta da LEC da Arquidiocese de Curitiba. Não consta, no entanto, que tenha havido outras Juntas no Paraná.

pudessem produzir para apoiar o trabalho na base. Como já se referiu, no caso do Paraná, apenas o nível Estadual chegou a ser instalado. Mesmo ele, segundo depoimento, era bastante dependente da estrutura da arquidiocese, apoiada pelo trabalho voluntário e dedicado dos membros nomeados pelo arcebispo. Cabia ao presidente, secretário e tesoureiro manterem a animação e a permanência da LEC na imprensa, rádio, nas paróquias e em outras reuniões dos leigos católicos.

Por outro lado, como só seriam inscritos sócios da LEC no nível local, a ausência destas estruturas mais descentralizadas fez com que a participação dos leigos ficasse limitada a uns poucos nomes mais próximos do arcebispo. Nas paróquias, o que se nota é alguma participação nos movimentos de leigos, como o da Congregação Mariana e o das Filhas de Maria, espelhada em notícias em seus informativos. Tomem-se alguns exemplos.

«SALVE MARIA»

ORGAO OFICIAL DA FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA
D'A
ARQUIDIOCESE DE CURITIBA

ANO IV - SETEMBRO DE 1954 - Nº 33 (34)



**EXORTAÇÃO DO SANTO PADRE
AS FILHAS DE MARIA**

Na manhã do sábado, dia 17 de julho, o Santo Padre recebeu em audiência, na própria Basílica de São Pedro, as participantes da Peregrinação Mundial das Filhas de Maria, dirigindo-lhes uma exortação especial. Transcrevemos aqui uns trechos dessa exortação que oportunamente a Federação fará publicar e distribuir entre as Filhas de Maria.

**FORTALEZA ESPIRITUAL DE FE
ESCLARECIDA**

"Viveis, com efeito, num mundo constantemente esquecido de Deus e do céu, onde a única preocupação da multidão parece ser a satisfação das necessidades temporais, o bem estar, o prazer, a vaidade. Para guardar vossa liberdade em face dos apelos, frequentemente interessados, que de todos os lados se dirigem aos vossos sentidos, à vossa curiosidade e que sollicitam vossa atenção,

vosso tempo, vosso dinheiro, às vezes até vosso coração, urge edificar dentro de vós mesmas uma fortaleza espiritual, onde, no recolhimento e no silêncio, contínuas escutando com respeito a voz de Deus; em uma palavra, tende uma vida interior alimentada por uma fé sólida e esclarecida.

VIDA INTERIOR E AÇÃO DESTEMIDA

Esta tarefa bastaria para vos inclinar à vos unídes e a estudar juntas os ensinamentos da Igreja. Mas há ainda outras tarefas. E que em vossa Associação encontrarais não só a luz, mas também a força. Sentireis as numerosas e de pleno acordo com o ideal de vida cristã, não é, na verdade, um poderoso sistematizado na ação cotidiana? Pois não basta saber; é preciso empregar-se de fato e vencer o respeito humano. A atitude

tembro de 1939, Nossa Senhora da Luz do alto de seu altar, abençoava as homenagens de seus dedicados filhos, num templo mariano que com veneração e carinho, ergueram para Ela. E hoje, quando estão se realizando as novenas em preparação para um novo 8 de setembro, olhando com nossos antepassados o fizeram, para o rosto da Mãe tão cheio de meiguilho e gratidão pelas pobres homenagens que ainda Lhe prestamos, ficamos a pensar com que ternura não terá preparado Ela, lá no Céu, o lugarzinho para cada um dos nossos antepassados, que com amor, Lhe prepararam este trono aqui da terra!

Noticiário

No dia 3 do corrente celebrará seu 40.º aniversário de ordenação sacerdotal o Revmo. Padre Estanislau Cebula, DD, Diretor da Pia União de Santo Estanislau. No dia 12 será celebrada Missa em ação de graças e haverá uma festa em regozijo. A Federação Mariana Feminina

há associa-se às homenagens que serão prestadas a Sua Revma. pedindo a Nossa Senhora lhe retribuira em graças, todo o bem que tem feito às almas, sessas 40 anos dedicados ao serviço de Deus.

A Congregação de Nossa Senhora de São Julião, no dia 8, por ter transcorrido os 70 anos de vida religiosa de sua primeira diretora Mãe Maria Agate. Em ação de graças será celebrada uma Santa Missa às 8 horas no Colégio Nossa Senhora de São. Que Nossa Mãe Santíssima prepare a Mãe Agate uma bela missa curada lá no Céu por esses preciosos 70 anos, e pelo bem intencio que soube fazer às Filhas de Maria, são os nossos votos.

Pedimos às Presidentes que avisem todas as pessoas que fizeram sua inscrição eleitoral por intermédio da Federação, que vão procurar seus títulos na Rua Rutiliano Perretta, esquina de Visconde do Rio Branco.

A Liga Eleitoral Católica - Apela às Filhas de Maria VOTAR CONSCIENTEMENTE DENTRO DOS PRINCÍPIOS CRISTÃOS — TRABALHAR PELA ELEIÇÃO DO MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE BONS CANDIDATOS — RESAR PARA QUE O POVO BRASILEIRO POSSA ESCOLHER BEM SEUS DIRIGENTES.

Em 3 de outubro próximo vindouro serão realizadas em todo o Brasil eleições para a renovação da Câmara Federal e de parte do Senado Federal. No Paraná deverão ser eleitos, também, os deputados à Assembleia Estadual e em algumas municipalidades, os vereadores e prefeitos municipais.

No sistema representativo, onde os governos escolhem, através do voto, os seus dirigentes, mais do que nunca se aplica o velho ditado que diz: cada povo tem o governo que merece. Em épocas passadas os católicos muitas vezes escolheram mal, ou mesmo não escolheram, o que é tão reprovarável como escolher mal, resultando daí a aborrecido de

COMPARECER AO GRANDE COMÍCIO POPULAR DA LIGA EM 25 DE SETEMBRO

E TRABALHAR COM TODA ENERGIA PELO SEU COMPLETO ÊXITO.

No dia 25 de setembro, último sábado do mês, a Liga Eleitoral Católica fará realizar na Praça Tradentem, com início às 10h30 horas, um grande comício popular. Para o completo êxito deste empreendimento da L. E. C. contamos com a colaboração das Filhas de Maria, quer pelo seu comparecimento individual e pelo trabalho lúcido às pessoas de suas relações para que o assistam, quer pelas suas orações. Será uma manifestação

dos o Congresso Federal debater durante dias proleto relativo à instituição do divórcio em todo o país, tendo o objetivo, por serem alguns católicos votado conscientemente. Principalmente as Filhas de Maria, nesta circunstância, muito deverá a pátria brasileira, pois sabe-las, como parte integrante do Corpo Místico de Jesus, a responsabilidade de sendo eleitoras, votar consciente e cristãmente, e a todas, eleitoras ou não, o dever de trabalhar pelo esclarecimento do povo em que viveis, a fim de que, em 3 de outubro sejam eleitos os candidatos mais capazes de defender os princípios católicos.

COMPARECER AO GRANDE COMÍCIO POPULAR DA LIGA EM 25 DE SETEMBRO

E TRABALHAR COM TODA ENERGIA PELO SEU COMPLETO ÊXITO.

No dia 25 de setembro, último sábado do mês, a Liga Eleitoral Católica fará realizar na Praça Tradentem, com início às 10h30 horas, um grande comício popular. Para o completo êxito deste empreendimento da L. E. C. contamos com a colaboração das Filhas de Maria, quer pelo seu comparecimento individual e pelo trabalho lúcido às pessoas de suas relações para que o assistam, quer pelas suas orações. Será uma manifestação

FILHAS DE MARIA, A PARTIR DESDE

JÁ A L. E. C. ABRILHAR O VOTO TRABALHAR E A VOSSA COOPERAÇÃO. SALVE MARIA!

Figura 1 - Informativo "Salve Maria", da Federação Mariana Feminina, ano IV, nº 33, setembro de 1954. A última matéria do verso era uma exortação às Filhas de Maria para que apoiassem a Liga Eleitoral Católica, participando do comício de 25 /09/ 1954, que não houve, e votando conscientemente em seus candidatos.

Neste informativo apelava-se diretamente para a força que as mulheres pertencentes ao movimento dispunham para fazer prevalecer seu voto, caso se dispusessem a fazer sua parte na preservação dos valores católicos. O texto afirmava:

*No sistema representativo, onde os governados escolhem através do voto, os seus representantes, mais do que nunca se aplica o velho ditado que diz: cada povo tem o govêrno que merece. Em épocas passadas os católicos muitas vezes escolheram mal, ou mesmo não escolheram, o que é tão reprovável como escolher mal, resultando daí o absurdo de vermos o Congresso Federal debater durante dias projetos relativos à instituição do divórcio em nosso país, repellido sòmente, por terem alguns católicos votado conscientemente. Principalmente às Filhas de Maria, nesta emergência, muito deverá a pátria brasileira, pois cabelhes, como parte integrante do Corpo Místico de Jesus, a responsabilidade de, sendo eleitoras, votar consciente e cristãmente, e a tôdas, eleitoras ou não, o dever de trabalhar pelo esclarecimento do meio em que vivem, a fim de que em 3 de outubro sejam eleitos os candidatos mais capazes de defender os princípios católicos.*⁵³

Este documento mostra a importância que a Liga Eleitoral Católica atribuía ao papel da mulher na política, fato inédito no Brasil, à exceção do que tinha sido defendido pelos anarquistas.⁵⁴ Este tema será tratado mais adiante, no capítulo 5, sobre política no Paraná.

Outros movimentos tinham igualmente seus informativos. A Federação das Congregações Marianas de Curitiba, já em outubro de 1953, preparava seus seguidores para a eleição publicando notícias sobre a instalação da LEC.

⁵³ FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA. **Salve Maria**. Curitiba, ano IV, n° 33, setembro de 1954.

⁵⁴ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da sociedade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.



BOLETIM

Federação das Congregações Marianas de Curitiba.

CAIXA POSTAL, 645

ANO XII

OUTUBRO — 1953

N.º 10

Tiragem deste número 2.300

Com aprovação Eclesiástica

CONGRESSO EUCARÍSTICO

CONGREGADO MARIANO! ESTEJA EM PRONTIDÃO! O PARANÁ INTEIRO EM PESO, NOS DIAS DE 26 a 29 DE NOVEMBRO, GENÚFLEXO, RENDERA HOMENAGENS A JESUS NA DIVINA EUCARÍSTIA.

REZE E MAIS REZE PELO TRIUNFO COMPLETO DE JESUS-HÓS-TIA.

Prestigiemos a Liga Eleitoral Católica

Escreveu:— JOÃO LACERDA BRAGA — Secretário da Junta Estadual da Arquidiocese de Curitiba da L. E. C.

Conforme determinação dos Exmos. Srs. Bispos do Brasil, reunidos no Rio de Janeiro em outubro de 1952, ficou reestruturada a Liga Eleitoral Católica em todo o território nacional.

A. L. E. C. consta da Junta Nacional, com sede no Rio de Janeiro, de Juntas Estaduais formadas pelas Juntas das Dioceses dos Estados e de Juntas locais e paroquiais. Cada Junta deve ter um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro. Para atividades especializadas poderão ser escolhidos elementos para comporem diversas comissões, como a de alistamento eleitoral, de estudo e doutrina, de propaganda.

Sua Excia. Revma. D. Manuel da Silveira D'Elboux, amado Arcebispo de Curitiba, por decreto de 15 de julho próximo passado, nomeou os elementos que constituem a Junta Estadual da Arquidiocese de Curitiba.

São os seguintes:— Presidente: Dr. Orlando de Oliveira Mello — Tesoureiro:— Sr. José Luiz Demeterco — Secretário: João Lacerda Braga. Devemos notar que Sua Excia. escolheu Congregados Marianos para o importantíssimo trabalho da L. E. C.

Os trabalhos da Liga não visam apenas o pleito eleitoral. E' de seu programa pugnar pela formação civico-religiosa e moral do povo brasileiro.

Conforme os estatutos, são finalidades da L. E. C. :—

a) a formação da consciência política dos católicos, independente de filiações partidárias e a sua orientação doutrinária-eleitoral;

b) pugnar pelas reivindicações civicas decorrentes dos princípios cristãos, mediante o exercício de um apostolado permanente.

Conforme muito bem determinam

Figura 2 - Boletim da Federação das Congregações Marianas de Curitiba. Prestigiemos a Liga Eleitoral Católica.

Neste boletim, João Lacerda Braga escrevia apresentando a Liga para os Congregados, ressaltando a necessidade de que todos participassem dos processos eleitorais que se seguiriam, chamando a atenção para o quanto seria irresponsável e danoso aos interesses da Igreja a abstenção. Terminando seu texto, João Braga afirmava que era isso que desejava a hierarquia episcopal.

Desnecessário dizer da importância da atuação da Liga Eleitoral Católica. Precisamos que sejam eleitos os mais dignos, os mais honestos, os mais capazes, os que mais possam vivificar na política e nas cousas públicas os princípios cristãos. Para isto os Congregados devem empregar todos os seus esforços. Não se pode compreender hoje um católico, e muito mais um Congregado, que tendo mais de 18 anos não seja eleitor e não vote em tôdas as eleições tanto municipais, como estaduais e federais.

Congregados, para o bem de nossa pátria e nossa religião, prestigiemos a Liga Eleitoral Católica, unindo-nos para a vitória de nossos ideais.

E terminando pedimos as orações de todos os Congregados para os trabalhos da Liga. Com as preces fervorosas dos filhos diletos da Virgem a L.E.C. poderá empreender sua grande missão conseguindo todos os frutos segundo o desejam os Exmos. Srs. Bispos de nossa Pátria.⁵⁵

Algumas paróquias tinham seus próprios materiais de divulgação, como era o caso da igreja de Santa Terezinha, no bairro do Batel, em Curitiba. Feito de maneira mais artesanal que os anteriormente apresentados, dava notícias da Liga para os Congregados e demais membros da paróquia, sob a forma de uma entrevista com João Braga.

⁵⁵ BRAGA, João Lacerda. Prestigiemos a Liga Eleitoral Católica. In **Boletim da Federação da Congregação Mariana de Curitiba**. Ano XII, nº 10, outubro de 1953.



Figura 3 - Boletim “A Voz Mariana”, da Igreja de Santa Terezinha, Curitiba.

O secretário da Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica do Paraná comentava as atividades que estavam sendo empreendidas para que a Liga atingisse seus objetivos.

Iniciamos com visitas dominicais às paróquias, tendo já visitado diversas. A Liga pretende publicar em nossos jornais, O Estado do Paraná e a Gazeta do Povo, dois artigos aos domingos; bem como enviar sua mensagem de formação através de nossas emissoras, por cinco minutos cada dia. No próximo Boletim poderemos ter o prazer de publicar o programa da Liga em nossas emissoras. Estamos também trabalhando na elaboração de trêzes locais e paróquias e de nos

*trabalhando na instalação de Juntas Locais e Paroquiais e de postos eleitorais.*⁵⁶

Como foi escrito anteriormente, apesar desta notícia de que se estava providenciando a descentralização da estrutura da Liga Eleitoral Católica, levando-a para o nível local e paroquial, tal fato não se sucedeu, permanecendo sob a orientação da Junta Estadual no Paraná. As palestras nas igrejas eram realizadas por oradores, pouco propiciando para que o debate se estabelecesse e se difundisse.

Eram também distribuídos pequenos folhetos (8x12cm) nas saídas das missas ao longo de 1954. A seguir pode ser vista a reprodução de um exemplar deste tipo de material.

Na hora de graves responsabilidades em que serão escolhidos os dirigentes de nossa querida Pátria, impõe-se a todo brasileiro o dever de votar e votar bem. Nascidos num país tradicionalmente católico, cumpre-nos tudo fazer para defender, até com a própria vida, os sagrados princípios do Evangelho. Brasileiro! Se não és eleitor PROCURA OS POSTOS DA LIGA ELEITORAL CATÓLICA PARA INSCREVER-TE.

(Distribuição da Junta Estadual da L. E. C.)

Figura 4 - “Mosquitinho” usado para divulgação da LEC nas igrejas de Curitiba, em 1954.

⁵⁶ BRAGA, João Lacerda. Entrevista. In: **A Voz Mariana**. Curitiba, Ano I, nº 10, agosto e setembro de 1953.

Esta estratégia tinha prós e contras. Por um lado alcançava um número elevado de católicos divulgando maciçamente as notícias que interessavam à LEC e à hierarquia católica. Por outro, reduzia a força que a Liga Eleitoral Católica poderia contar para ser de fato um elemento conscientizador junto aos católicos, na medida em que se trabalhava mais com elementos típicos de cultura de massa, dos meios de comunicação, do que da formação de grupos de base. Mais uma vez, seriam antes utilizados elementos para formação da opinião pública dos católicos, através de um grupo de produção de conhecimento especializado – e a LEC era exatamente isto, uma estrutura especializada dentro da Igreja para os assuntos ligados à participação nas eleições – do que na formação da consciência dos católicos, como se propunha estatutariamente.

Por fim, as Disposições Gerais dispunham normas para reforçar a centralização do poder de representação da LEC junto aos católicos e à sociedade em geral. O artigo 27 estabelecia que as Juntas Estaduais agiriam em estreita colaboração com a Nacional. O artigo 28 declarava que a LEC registraria no Departamento Nacional de Propriedade Industrial o título “Liga Eleitoral Católica” e sua forma abreviada “LEC” para que só utilizassem a marca as entidades afiliadas, enquanto observassem as disposições estatutárias. O último artigo estabelecia que uma vez que se deixasse de assim fazê-lo, o registro dos níveis mais baixos seriam cancelados pelo nível imediatamente superior.

3.2 - O regimento Interno da Liga Eleitoral Católica

O modelo de Regimento Interno da Liga Eleitoral Católica oferecido pela CNBB à apreciação dos senhores bispos, contava com a seguinte disposição:

Capítulo I - Dos seus fins e meios

Capítulo II - Dos sócios

Capítulo III - Da administração (em 4 secções)

Capítulo IV - Das reuniões

Capítulo V - Dos provimentos dos cargos

Capítulo VI - Das comissões

Capítulo VII - Da atuação eleitoral

Capítulo VIII - Dos recursos

O primeiro artigo dispunha das ações que a LEC deveria se ocupar para que conseguisse atender seus objetivos estatutários. A Liga trabalharia principalmente na organização dos setores intelectuais visando fornecer elementos para análise e debates sobre a realidade da Igreja no Brasil. Desta forma, manteria sedes sociais na Capital Federal e nas demais capitais e em outras cidades brasileiras; promoveria pesquisas, conferências, semanas de estudo e congressos sobre assuntos político-sociais de seu interesse; organizaria bibliotecas especializadas; imprimiria folhetos, artigos, livros, boletins de divulgação da doutrina

político-social dos católicos; colaboraria com outras entidades que se propusessem à moralização da vida cívica brasileira, trabalharia no alistamento eleitoral; formularia reivindicações ao governo, partidos e parlamentares, ligadas à doutrina social católica; orientaria e esclareceria “o eleitorado católico, mantendo-se fora e acima dos partidos políticos.”

Estes objetivos de ação demonstram as linhas de atuação da LEC, principalmente no que diz respeito às estruturas sediadas na Capital Federal e nas demais capitais, uma vez que ali teriam condições de estabelecer maior contato com os diversos níveis político-administrativos e legislativos, exercendo influência e pressão. Fica claro, em uma primeira análise, que sua ação voltava-se mais ao atendimento das elites nacionais e estaduais que à coletividade dos fiéis católicos. Dos nove itens dispostos neste primeiro artigo, apenas dois diziam respeito à atuação com a base dos católicos: o que se referia ao alistamento eleitoral (item *g*) e o que dizia era que a LEC iria orientar e esclarecer o eleitorado católico (item *i*). Em ambos os casos, no entanto, percebe-se que a LEC atuaria *para* e não *junto* ao eleitorado católico. O artigo era assim disposto, na íntegra:

Art. 1º - A Liga Eleitoral Católica para satisfazer os fins estabelecidos em seus Estatutos:

manterá sedes sociais na Capital da República e dos Estados e em outras cidades do Brasil;

promoverá inquéritos, pesquisas, conferências, semanas de estudo e congressos sobre assuntos político-sociais;

fará estudos e exame crítico das leis e instituições relacionados com seus fins, formulando projetos e emendas para o seu aperfeiçoamento e apoiando as iniciativas e movimentos de opinião em seu favor;
organizará bibliotecas especializadas em assuntos de sua finalidade;
imprimirá circulares, folhetos, artigos, livros, boletins de divulgação da doutrina político-social católica;
colaborará com entidades que cuidem da moralização dos processos políticos e da incentivação da vida cívica da nação;
auxiliará, na medida do possível, o alistamento eleitoral;
formulará programas de reivindicações decorrentes da doutrina social católica a serem defendidos no plano federal, estadual e municipal;
orientará e esclarecerá o eleitorado católico, mantendo-se fora e acima dos partidos políticos.

O capítulo II dizia respeito aos direitos e deveres dos sócios da Liga Eleitoral Católica, que no caso do Paraná, como já se verificou, não chegou a ser implantado, de acordo com as fontes pesquisadas. O capítulo III, nos artigos do número 2 ao 20, tratava das atribuições das diferentes Juntas, seus cargos e comissões. O capítulo seguinte organizava as reuniões da LEC, estabelecendo que as Juntas se reuniriam ao menos uma vez por mês e, os Conselhos, sempre que fossem convocados. Todas as reuniões seriam iniciadas e encerradas com orações, registrando-se as presenças dos participantes e lavrando-se uma ata sucinta com as resoluções tomadas. Não se tem, entretanto, nenhuma informação sobre a existência de livros de atas ou de presença da Junta Estadual no Paraná.

O capítulo VII tratava da atuação eleitoral da LEC. Mais uma vez reforçava que suas ações se dariam “fora e acima dos partidos políticos”, sem beneficiar em particular nenhum deles ou qualquer candidato em especial. Orientava com insistência que todos os seus membros deveriam ingressar em quaisquer partidos políticos, desde que não afrontassem os princípios cristãos. Deveriam, entretanto, sob pena de exclusão imediata, todos os dirigentes da Liga Eleitoral Católica renunciar a seus cargos antes de se candidatarem a mandatos políticos eletivos.

A terceira parte do documento, em que se indicam sugestões para instalação da LEC nas dioceses, é dividida em oito pontos. O primeiro deles é um apelo para a instalação imediata das Juntas Estaduais e Regionais e, tão logo fosse possível, a organização das Juntas Municipais e Locais. O comentário que se segue dizia da conveniência da LEC não atuar apenas nas vésperas das eleições e que cada bispo deveria envidar todos os esforços para “descobrir leigos de confiança” para a missão. Ressaltavam que “(...) com a antecedência de 2 anos em relação às próximas eleições estaduais, e de 3 anos em relação às próximas eleições federais”, seria possível articular os diversos níveis da LEC e dar uma grande passo para a formação cívica dos cristãos, “(...) mas e sobretudo, quando chegarem as eleições, teremos leigos em condições de livrar as batinas da confusão dos pleitos eleitorais.” Nota-se aí uma grande preocupação em agir de maneira diferente do que era tradicionalmente feito no

Brasil, onde acordos eram estabelecidos para valer apenas às vésperas das eleições.

Este comentário concluía que a instalação das Juntas Estaduais ou Regionais, a ser feita por decreto episcopal, deveria ser comunicada imediatamente ao Dr. José Vieira Coelho, presidente da Junta Nacional, no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro.

O segundo ponto diz respeito à promoção, em caráter permanente, de trabalhos de formação da consciência política dos católicos mediante o uso dos meios de comunicação e de todos os outros recursos ao seu alcance, inclusive pregações nas missas. O comentário fala da remessa de sugestões por parte do Secretariado Nacional, que era exercido por Dom Hélder Câmara, para serem usadas durante o período da Quaresma (entre a Quarta-Feira de Cinzas e a Páscoa) “(...) tendentes a criar, em todo o Brasil, o clima de repulsa nacional contra o divórcio, cuja adoção em nosso país importaria em grande descrédito para todos nós. (...) Um dos assuntos vitais a encarar, quanto antes, é o problema da expansão comunista no Brasil.” Por que na Quaresma? Porque, tradicionalmente na Igreja Católica, este é um período de recolhimento, em que o católico deve ir às missas e se confessar, preparando-se para a Páscoa, estando, talvez, mais predisposto, na visão dos bispos, a receber as mensagens que lhes fortaleceriam a fé.

A terceira sugestão era no sentido de que se intensificasse o alistamento eleitoral, principalmente do eleitorado feminino e dos estudantes de ensino superior e secundário. Os comentários dos

bispos que seguiam esta sugestão davam conta de que não se devia pensar que as despesas com a inscrição de eleitores não compensassem, em vista de que, depois, muitos destes novos eleitores não acatariam as orientações da LEC e que “muito mais cômodo é tirar proveito apenas do alistamento pelos escritórios eleitorais dos diversos Partidos”. Este comentário sugere que as despesas com a inscrição de novos eleitores eram consideráveis, uma vez que não era cobertas pela Justiça Eleitoral, como atualmente determina a Lei Eleitoral, e que muitos bispos talvez imaginassem, em vista dos recursos das dioceses, que seria uma esterilização de dinheiro que poderia ser aproveitado de outra forma.

Segue o comentário afirmando que “(...) ao lado de eleitores sem caráter, encontramos, sobretudo no interior muita gente sincera, capaz de alistar-se e votar por puro espírito da fé.” Reconhecia-se, portanto, que muitos talvez não seguissem as indicações da hierarquia. Neste particular, é interessante a notícia da “Gazeta do Povo”,⁵⁷ dando conta de que muitos políticos não acatavam, depois de eleitos os compromissos assumidos em campanha, bem como da pouca disciplina dos eleitores em seguir as indicações da LEC:

Serão Apontados Pela Liga Eleitoral Católica Os Que Traíram Os Compromissos Assumidos

⁵⁷ Serão Apontados Pela Liga Eleitoral Católica Os Que Traíram Os Compromissos Assumidos. In: **Gazeta do Povo**, 5 de janeiro de 1954. 1ª pág.

Rio, 4 (Asapress) – Divulga-se que a carta enviada pelo sr. Henrique de Serpa Pinto ao bispo de Niterói, D. João da Mata, demitindo-se da presidência da Liga Eleitoral Católica do Estado do Rio, precipitou os acontecimentos em torno da LEC.

As autoridades religiosas, desde há muito tempo, vem estudando a reforma da organização com base na experiência dos últimos pleitos e ao que sabemos o assunto constitui um dos pontos principais dos debates do episcopado na conferência dos bispos recentemente realizada em Belém do Pará com a presença do atual presidente da Instituição Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota. O documento subscrito pelo sr. Serpa Pinto aludiu ao problema que mais se agita na LEC, que é o desrespeito do Parlamentar eleito aos compromissos assumidos no tempo da sua candidatura. E na reforma de estrutura por que passará aquele órgão de agora até as futuras eleições, além de se tratar do problema da disciplina dos fiéis em relação às diretrizes traçadas pela hierarquia o assunto será tratado diretamente. No exame dos candidatos para o pleito deste ano e 955 a Igreja apontará decididamente aqueles que traíram a palavra empenhada, procurando fazer que os católicos mais coesos atendam melhor sua orientação no que diz respeito às indicações das legendas e dos candidatos em particular.

Por outro lado, seguia o comentário, perder-se-ia a “... extraordinária força moral que representa junto aos Partidos e candidatos a notícia de que a LEC está em pleno alistamento eleitoral.” Os bispos bem sabiam do poder de pressão que tinha a arregimentação de eleitores da LEC para obter as garantias que buscavam do poder público. A ameaça de nominar os “traidores” prendia-se à mesma lógica: expor à opinião pública aqueles que não eram capazes de manter sua palavra.

Com isto, a Liga Eleitoral Católica propunha-se a estabelecer uma maneira mais ética de se fazer política no Brasil que, à exceção dos partidos comunista e socialista, via prevalecer o fisiologismo.

A quarta sugestão era a de criar-se uma Assessoria Técnica para fornecer projetos de lei aos deputados e vereadores para que estes tivessem menos espaço de manobra no atendimento às reivindicações da Igreja. Dava conta de uma estrutura, neste sentido, já em funcionamento na Junta Nacional para articulação com deputados e senadores com a finalidade de colaborar no projeto de Lei Eleitoral e ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atuando na sequência em projetos voltados à Reforma Agrária e à criação de um Código da Família.

A sugestão seguinte, a quinta, indicava a criação de um fichário político, com registros quanto à atuação, atitudes e declarações dos partidos e seus representantes, para uso no período imediatamente anterior às eleições. O comentário dos bispos dava conta de que estes dossiês seriam de imediata elaboração por parte da Junta Nacional e que seria desejável a mesma prestação nas capitais, em relação aos políticos locais. De fato, alguns trechos deste e de outros documentos sobre a LEC referem-se a publicações especializadas da Junta Nacional neste sentido, documentos que não foram, infelizmente, preservados.

A sexta sugestão era que se mantivesse um contato próximo com as direções dos partidos políticos e das câmaras legislativas para evitar o aparecimento de movimentos contrários aos princípios

defendidos pela LEC ou, ao menos, evitar sua propagação. Para tanto, os comentários, apesar de considerarem utópica esta forma de atuação, acreditavam poder contar com os elementos das Assessorias Técnicas para tal tarefa.

A penúltima sugestão era de se manter um serviço permanente de cobrança dos compromissos assumidos pelos políticos, através, mais uma vez, da Assessoria Técnica. O comentário merece ser transcrito na íntegra:

A publicação oficial da LEC “Partidos e deputados em face ao divórcio” é um primeiro passo nesse terreno e relativo a uma questão que para nós é de vida ou de morte. Se os traidores do compromisso referente à repulsa do divórcio tiverem nas urnas o castigo merecido, haverá, no futuro, maior fidelidade à palavra dada.

A última sugestão era a de se insistir para que os católicos ingressassem nos partidos políticos. O comentário da Comissão Permanente da CNBB, que seguia a esta foi:

Claro que se tratará de cada um escolher o partido da própria preferência (desde que esteja em causa um partido compatível com a consciência cristã). Assim agindo, estaremos moralizando a vida política do país e assegurando a presença de fermento cristão na vida íntima de cada partido.

Há, no caso, preconceitos a vencer da parte de homens e sobretudo senhoras que tomaram de asco pelo partidarismo político. Urge esclarecer que a situação política só tenderá a agravar-se, caso continuem ausentes os honestos e capazes.

Parece dispensável recordar que aludimos ao ingresso, nos partidos, de leigos e não de sacerdotes. (grifo do próprio texto)

Quase às vésperas das eleições de outubro de 1954, a CNBB lançou um manifesto, publicado em Curitiba, no dia 28 de setembro, no jornal “Gazeta do Povo”, na página 3, próximo às notícias políticas.

Sua introdução descrevia a preocupação dos bispos brasileiros, reunidos em Aparecida do Norte, em 11 de setembro daquele ano, com a situação que o país enfrentava com a proximidade do pleito. Eles pretendiam impedir que “forças perversas” – ocultas ou manifestas – confundissem e explorassem a consciência dos católicos, a maioria do eleitorado, para que se “apoderassem da Pátria”. O alerta era fundamentalmente feito contra alguns parlamentares, não nomeados, que promoviam campanha pela instituição do divórcio.

Nota-se aqui a articulação conservadora promovida pela Igreja na defesa do que considerava não apenas moralmente melhor, mas também politicamente melhor para a sociedade brasileira, constituída em sua maioria de católicos. Ao não diferenciar a esfera moral-íntima da pública-política, a Igreja defendia a indissolubilidade do casamento como um fundamento político de estabilidade da base primeira da sociedade.

Os bispos reputavam como uma campanha orquestrada que incluía o desregramento das modas, a obscenidade das revistas, filmes e programas televisionados, das “agências de perversão moral, as casas de tolerância.” Para eles, tratava-se de uma campanha antipatriótica.

Chamavam, então, a atenção para as próximas eleições, para que se deixassem de lado interesses sentimentais, partidários ou psicológicos, em favor dos direitos de Deus, da Família e da Pátria. Sempre, nos pronunciamentos e documentos oriundos da Igreja brasileira, Deus e Pátria eram colocados, indissociavelmente, como

os deveres primeiros dos católicos. Esta associação dava ao voto uma dupla importância: estar contra a Igreja era estar contra Deus e contra a Pátria. Por ser secreto – portanto fora do controle direto dos “pastores”, daqueles que melhor poderiam orientar o “rebanho” – o voto dos eleitores em geral e dos católicos em particular, poderia ser considerado uma demonstração de “sobrenatural firmeza” ou de “abjeta traição”.

(...) Impende declarar que se tornaria réu de gravíssimo pecado contra Deus e de inqualificável perfídia contra a Pátria e a Família quem viesse a aderir a Partido político ou a sufragar candidatos notoriamente partidários da heresia divorcista, que é ao mesmo tempo execrável câncer social.⁵⁸

Aproveitam, ainda, para conclamar todos os cidadãos de boa índole, numa campanha contra o absentéismo, que se transformava em um menor número de votos para os candidatos cristãos. Neste ponto, os bispos endossavam a maneira de trabalhar da Liga Eleitoral Católica: poderia ser qualquer candidato, de qualquer partido, desde que se comprometessem com os princípios defendidos pela LEC, desde 1933.

Todo cidadão honrado deve comparecer às urnas para fazer de seu voto uma expressão corajosa de sua Fé e testemunhar seu repúdio aos corruptores da Família que na verdade se identificam com os vendilhões da Pátria. Pois, quem mercadeja a honra, a santidade e a indissolubilidade dos lares está, por isso mesmo, prostituindo o nome e o patrimônio

espiritual da nação. Urge, portanto, que os eleitores católicos se pronunciem através do voto senão depois de meticolosas e imparciais indagações sobre as qualidades de cultura e de caráter, assim como sobre as atividades públicas anteriormente exercidas por todos e cada um dos candidatos e sua posição em face dos postulados defendidos pela Liga Eleitoral Católica. Após tudo isso, o eleitor católico dará o seu voto aos candidatos que no foro da consciência lhe parecem, pelo conjunto das qualidades averiguadas, mais dignos e aptos para os diversos mistéres públicos.⁵⁹

O documento termina pedindo as bênçãos de Nossa Senhora Aparecida para que este “apostólico e paternal apêlo” se fizesse repercutir na consciência de todos os brasileiros dignos. Como a LEC em seus Estatutos, a Igreja costumava apelar para a consciência dos católicos, pois é no interior de cada homem que deve se fazer ouvir a voz de Deus, de forma que sua reflexão oriente sua ação. Como já foi visto no capítulo sobre Opinião Pública, esta consciência, longe de ser apenas algo de foro íntimo, é a expressão de uma coletividade cristã, que a Igreja acreditava controlar de alguma maneira, separando seus fiéis para que sequer entrassem na disputa com as demais entidades do mundo secular.

⁵⁸ Manifesto CNBB. In: **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 de setembro de 1954. p.3. Anexo 1.

⁵⁹ Idem.

4

A IGREJA NO PARANÁ

Criada em 27 de abril de 1892, pela bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, por Leão XIII, a diocese de Curitiba abrangia os territórios do Paraná e Santa Catarina, sufragânea da Sé Metropolitana do Rio de Janeiro. Compreendia uma população estimada de 700.000 habitantes, espalhada numa área de 295.458km², e contava com um clero suficiente para apenas 45 das 78 paróquias e curatos criados.

Em 19 de março de 1908 foi desmembrada a diocese de Florianópolis, levando consigo a jurisdição sobre parte do estado de Santa Catarina. Desde então, as divisões territoriais no Paraná, para fins de organização da Igreja, foram as seguintes:⁶⁰

- em 10 de maio de 1926 Pio XI criou as dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho e a prelazia de Foz do Iguaçu, elevando Curitiba à arquidiocese na coordenação da Província Eclesiástica do Paraná. Em 1933 foi criada a prelazia de Palmas;
- em 1956 Pio XII separou as dioceses de Londrina e Maringá de Jacarezinho e Palmas foi elevada à diocese em 1958;
- em 1959 João XXIII, com a extinção da prelazia de Foz do Iguaçu, criou as dioceses de Campo Mourão e Toledo, sendo a diocese de Paranaguá criada em 1962, desmembrada de Curitiba;
- Paulo VI criou as seguintes divisões territoriais: Apucarana, em 1964, desmembrada de Londrina; Guarapuava, em 1965, com território desmembrado de Ponta Grossa, Campo Mourão e Toledo; Paranavaí, separada de Maringá, em 1968; Londrina, transformada em arquidiocese em 1970;

⁶⁰ Centenário da Diocese de Curitiba, Mensagem de Dom Pedro Fedalto. In: ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Anuário estatístico 1992-1996**. Curitiba: Vicentina. 1997. pp.566-568.

Umuarama, separada de Campo Mourão e Cornélio Procópio, de Jacarezinho, em 1975; União da Vitória, com território desmembrado de Guarapuava, Curitiba e Ponta Grossa, em 1976 e Cascavel e Foz do Iguaçu, separadas de Toledo em 1978;

- João Paulo II transformou Maringá e Cascavel em arquidioceses, em 1979.

Em 1954, a Arquidiocese de Curitiba contava com 48 paróquias, 56 igrejas e 450 capelas, com uma área total de 31.298km² e uma população de 650.000 habitantes, sendo considerados 550.000 católicos.⁶¹ Ela teve dois bispos e cinco arcebispos desde sua criação:

Dom José de Camargo Barros, de Itú, SP, bispo de 1894 a 1904;

Dom Duarte Leopoldo e Silva, de Taubaté, SP, bispo de 1904 a 1907;

Dom João Francisco Braga, de Pelotas, RS, bispo de 1908 a 1933 e arcebispo até 1935;

Dom Attico Eusébio da Rocha, de Inhambupe, BA, arcebispo de 1936 a 1950;

Dom Manuel da Silveira D'Elboux, de Itú, SP, arcebispo entre 1950 e 1970;

Dom Pedro Fedalto, de Campo Largo, PR, arcebispo entre 1970 e 2004. Emérito desde então.

Dom Moacyr José Vitti, de Piracicaba, SP, arcebispo desde 2004.

⁶¹ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. Boletim Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Curitiba, 1954. p.86.

Neste estado, como de resto em todo o Brasil, a grande maioria da população era formada por católicos. Na tabela a seguir, pode ser vista a evolução de população paranaense e número de católicos, segundo os Censos Estatísticos do IBGE.

Tabela 1 - Evolução de população total e número de católicos, por ano de recenseamento no Paraná.

Ano	População total	Católicos	%
1872	126.722	125.909	99,36
1890	249.491	243.588	97,63
1900	327.136	291.365	89,67
1920	685.711	-	-
1940	1.236.276	1.156.484	93,55
1950	2.115.547	1.943.229	91,85
1960	4.263.721	3.889.135	91,22

FONTE: Recenseamentos Gerais de 1950 e 1960, do IBGE

Pode-se notar que a população do Paraná cresceu 71,12% entre o censo de 1940 e o de 1950 e 101,54% no período seguinte. Os católicos, por sua vez, aumentaram em 68,03% no primeiro período e 100,14% entre o censo de 1950 e 1960.

Se a diferença entre o crescimento da população geral e o dos católicos ficou na ordem de 3% na década de 1940, esta diferença na seguinte cairia para 1,4%, mostrando um fortalecimento nas práticas religiosas dos católicos, cuja Igreja conseguiu reverter uma tendência de queda.

Outro parâmetro numérico desta situação diz respeito à quantidade de comunhões distribuídas pelas igrejas católicas em Curitiba. Nos últimos anos em que Dom Attico foi arcebispo da cidade e no primeiro ano de Dom Manuel D'Elboux, o número de católicos que comungavam era descendente. Tomando o ano de 1948 como base, tem-se uma redução de 1,68% em 1949, de 5,89% em 1950 e de 8,70% em 1951.

Tabela 2 - Número de comunhões na Arquidiocese de Curitiba, nas igrejas da cidade de Curitiba, por ano.

Ano	Nº de comunhões
1948	727.465
1949	715.235
1950	673.118
1951	664.168
1952	836.743
1953	970.503
1954	970.029
1955	1.010.414
1956	968.407
1957	1.016.548

Fonte: Boletins Eclesiásticos da Arquidiocese de Curitiba, 1948 a 1957

Dom Manuel iniciou, então, uma grande movimentação em sua arquidiocese, fazendo com que a participação nas comunhões subisse em 15,02% em 1952; 33,41% em 1953, mantendo-se praticamente

estável no ano seguinte; elevando-se em 38,90% em 1955; em 33,12% em 1956 e em 39,74% no último ano levantado por esta pesquisa. O anexo 4 mostra a preocupação de Dom Manuel D'Elboux em conhecer cada vez mais a região sob sua administração, num levantamento de todas as suas características no ano de 1954.

Porém, mesmo nos anos de menor participação, o número dos habitantes que se dizia católico nunca foi inferior a 89% da população paranaense. Com tal importância na formação espiritual da população, é de se perguntar se de fato a Igreja Católica exerceu influência na condução política da vida da nação brasileira. Como já foi visto nos capítulos anteriores, tal influência deve ser relativizada.⁶²

Estado considerado tradicional e conservador, o Paraná contou muitas vezes com a presença da hierarquia católica nos momentos sociais, cívicos e eleitorais da sua vida pública. Muitos governadores e políticos tinham um estreito relacionamento com o bispado e o clero católico, como por exemplo, Caetano Munhoz da Rocha, que exerceu o governo no período de 1920 a 1924, sendo reeleito para mais quatro anos, até 1928. Por ser extremamente religioso, o governador tinha autorização especial de Roma para ter o Santíssimo Sacramento em sua casa, numa capela especialmente construída para tal. Apesar de o país viver uma época de separação radical entre a Igreja e o Estado,

⁶² É evidente que estes números fornecem apenas um indício do aumento de católicos e do aumento relativo de sua participação mais constante nas práticas religiosas. Para se poder afirmar com precisão se estes números correspondem a um aumento efetivo de católicos seria necessário um levantamento das projeções de crescimento populacional na Arquidiocese de Curitiba durante a década de 1950, o que já fugiria dos objetivos deste trabalho. Tais tabelas servem apenas como uma ilustração da retomada da animação religiosa promovida por Dom Manuel D'Elboux, durante o período em que esteve à frente da igreja em Curitiba.

Munhoz da Rocha contribuiu decididamente com a Igreja ao subvencionar diversas obras da diocese de Curitiba e da Igreja em geral.

*Um dos episódios mais rumorosos deu-se no seu segundo período de governo. Católico fervoroso, ao se criarem dois Bispados no Paraná, autorizou que as despesas da implantação fossem às expensas do seu governo. Grupo de intelectuais de que faziam parte Dario Vellozo, Flávio Luz, Lins e Vasconcellos, Julio Cesar Hauer e Luiz Lenz Araújo César, protestou através de telegrama enviado ao presidente da República, sob o argumento de que esta medida violava a Constituição por subvencionar com recursos do Estado a uma entidade religiosa. Foram processados e condenados a 1 (um) ano de prisão. Recorreram ao remédio heróico do habeas corpus, que lhes foi concedido pelo Tribunal de Justiça, em 1926, anulando a decisão de 1ª instância.*⁶³

Dom João Francisco Braga, primeiro arcebispo de Curitiba, foi o responsável pelo comprometimento do governador com a criação das novas dioceses de Ponta Grossa e Jacarezinho. Foi ele também que atuou no ataque ao modernismo e anticlericalismo, trazendo para o Paraná diversas ordens religiosas europeias, estimulando o estabelecimento de escolas católicas e a criação de associações religiosas, como a Congregação Mariana e a Ação Católica, com seus movimentos de juventude, e os Círculos Operários Católicos. Em seu governo foi criado, ainda em 1929, o Círculo de Estudos Bandeirantes que, a exemplo do Centro Dom Vital no Rio de Janeiro, era uma

⁶³ CARNEIRO, David, e VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná.** 1889 - 1994. Curitiba: Banestado, 1994. p.169.

associação de intelectuais de inspiração católica, verdadeira elite pensante dentro da Igreja do Paraná.

Dom Attico, assumindo a Arquidiocese em 1936, foi quem aproximou a Igreja Católica após a decretação do Estado Novo do interventor Manoel Ribas, seu amigo do tempo em que era bispo de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.⁶⁴ Dom Attico conseguiu, por exemplo, autorização do governo estadual para o ensino religioso nas escolas normais, intermediárias estaduais e em grupos escolares. Ele foi também o responsável pela modernização administrativa da Igreja de Curitiba, estabelecendo paróquias e construindo novos templos.

Dom Manuel D'Elboux exerceu seu apostolado nesta arquidiocese entre dezembro de 1950 e fevereiro de 1970, quando faleceu. Em outubro daquele ano, deu-se a eleição de Bento Munhoz da Rocha Netto, filho do antigo governador Caetano Munhoz da Rocha, que, por ser de família de grande devoção, também apoiou as ações do novo bispo de Curitiba. Ele incluiria, em 1954, a pedido do arcebispo, o ensino religioso no currículo de todos os cursos mantidos na rede estadual.⁶⁵

⁶⁴ COSTA, Odah R. Guimarães. **60 anos da caminhada da Arquidiocese de Curitiba.** 1926-1986. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1986. p.26.

⁶⁵ COSTA, p.29.

4.1 - Organização da Arquidiocese de Curitiba com Dom Manuel D'Elboux

A Arquidiocese de Curitiba refletia a posição oficial da Igreja no tocante à forma de encarar os perigos que ela via para seu rebanho na sociedade laica das décadas de 1940 e 50.

Ainda com Dom Attico, em 22 de agosto de 1949, publicava decreto do papa Pio XII, recomendando que fosse “fiél e integralmente observado” na arquidiocese. Tal decreto era composto de quatro artigos. O primeiro vetava que os católicos se inscrevessem em qualquer Partido Comunista ou lhe prestassem apoio. O segundo proibia editar, propagar, colaborar ou ler livros, revistas, jornais e folhetos que divulgassem a doutrina ou a ação de comunistas. No terceiro, vetava a participação nos sacramentos àqueles católicos que não respeitassem os dois primeiros artigos e, por fim, declarava excomungados os que professassem a doutrina materialista e anticristã.

Dom Manuel D'Elboux, sucessor de Dom Attico, após sua morte em 11 de abril de 1950, aprofundou as preocupações com os perigos enfrentados pela Igreja. Em julho de 1953, em consonância com as diretrizes da CNBB, decretava o restabelecimento da Liga Eleitoral Católica.

Nas considerações preliminares do decreto, endereçadas a todos os padres, reitores de igreja e casas religiosas sob sua jurisdição, Dom Manuel evocava “a necessidade de alhear, sempre mais, os sacerdotes das lutas partidárias”, deixando claro, por oposição, que isto de fato acontecia no interior da sua arquidiocese. Reconhecia, também, pela experiência anterior da LEC, que os “simples fiéis” eram capazes de intervir na vida política, pela escolha de seus

representantes na administração pública. Era um recado claro para reforçar a afirmativa anterior. O artigo a seguir exemplifica como esta questão era candente em todas as dioceses do país.⁶⁶

*DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE NACIONAL DO PDC
EM TORNO DO MOMENTOSO ASSUNTO.*

Rio, 24 (Asapress) Instado pela imprensa o deputado federal e Presidente do Partido Democrata Cristão, Monsenhor Arruda Câmara, declarou o seguinte sobre a deliberação do “Concílio Plenário Brasileiro” de negar licença aos sacerdotes de se candidatarem a cargos públicos: - Ainda não tomei conhecimento das resoluções do “Primeiro Sínodo da Arquidiocese”. No momento, estou me preparando para celebrar.” Por sua vez, o Padre Ponciano Santos, do Partido da Representação Popular na Câmara dos Deputados, afirmou: “A deliberação vem atingir apenas àqueles que exercem, diretamente, o sacerdócio.” O texto do compromisso assumido pelos bispos no Concílio é, no entanto, explícito, não permitindo especificações.

NÃO TEM ÂMBITO NACIONAL

Rio, 24 (Telep.) – O bispo auxiliar do Rio de Janeiro, Herbert (sic Helder) Câmara, voltando a falar à reportagem esclareceu que o aviso que tornou público de ante-ontem para ontem, proibindo os sacerdotes católicos participarem das próximas eleições ou de qualquer outra atividade política, tem apenas jurisdição sobre a Diocese da qual é um dos mentores e não sobre todo o Brasil, como foi noticiado em alguns jornais.

⁶⁶ Proibição aos sacerdotes referente às próximas lutas eleitorais. In: **Gazeta do Povo**, 25 de março de 1954. 1ª pág.

Em fevereiro de 1954, Dom Manuel orientava seus sacerdotes a iniciar uma campanha contra o espiritismo na arquidiocese, mais uma vez refletindo posições da CNBB:

Circular nº 1 – 8/02/1954.

III – Campanha contra o espiritismo

Procurem os Revmos. Srs. Vigários e Reitores de Igrejas, iniciar decidida campanha de esclarecimento aos católicos quanto aos êrros do espiritismo. Sirvam-se dos opúsculos do revmo. Pe. Frei Boaventura que foram compilados, justamente para êste fim, a pedido de Exma. Comissão Nacional dos Srs. Bispos. A campanha deve ser feita, de maneira suave e persuasiva, com a apresentação de sólida doutrina da Igreja, evitando-se ataques pessoais, linguagem áspera ou atitudes que possam provocar comentários menos favoráveis o sacerdócio católico. Seria de desejar que as pregações fossem feitas durante o tempo quaresmal.⁶⁷

A Igreja Católica em Curitiba, à época de Dom Manuel D’Elboux, era tão ciosa de sua posição na sociedade que, em 1954, promoveu um amplo levantamento dos números da arquidiocese. Foi listado, inclusive, o que chamavam de “movimento anticatólico” nas paróquias da diocese. Os resultados da pesquisa foram publicados em várias páginas no Boletim Eclesiástico daquele ano. Estes dados podem ser observados na íntegra nos anexos 4 e 5.

⁶⁷ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese Metropolitana de Curitiba** - Ano XVIII - 1954, nº 31, p.1.

Pela diferença de termos empregados para descrever as diversas situações das paróquias é de se acreditar que cada pároco providenciou (se não o fez pessoalmente) o levantamento da região a seu encargo, respondendo itens de um questionário. Mais tarde as respostas foram agrupadas para o relatório.

As perguntas versavam, de acordo com as respostas encontradas, sobre a existência de protestantes, espíritas, maçons e comunistas, buscando-se conhecer quais os diferentes tipos de confissões existentes em cada paróquia, seus endereços e obras desenvolvidas.

Sobre cada um destes itens, eram detalhadas as seguintes informações:

I - Locais de culto/prática;

II - Tipo de propaganda empregada;

III - Adeptos (número de ministros, praticantes ou simpatizantes).

Muitas vezes, as informações eram suficientemente vagas para demonstrar um não comprometimento de quem respondia o questionário. Pode-se encontrar algo como em Araucária, sobre maçonaria e comunismo: “Não consta que haja na paróquia.” Ou em Campo Largo, sobre o comunismo: “São poucos os indivíduos marxistas, mas fanatizados.” Nos anexos encontram-se as transcrições destes documentos.

De qualquer forma, mostrava o desejo do arcebispo em conhecer mais proximamente a situação dos fiéis sob sua administração. D. Manuel, em realidade desde 1951, quando efetivamente

assumiu a Arquidiocese de Curitiba, providenciou uma melhoria significativa nas informações prestadas no Boletim Eclesiástico, o anuário da Cúria.

Esta preocupação de orientar seus fiéis vai estender-se aos anos seguintes. Na Circular nº 10, de 24 de setembro de 1955, Dom Manuel D'Elboux chamava a atenção dos católicos da Arquidiocese para a proximidade e a importância das eleições para a presidência da República e do governo do estado do Paraná.

*O Brasil católico precisa do voto católico. Seria falta de patriotismo e de verdadeiro espírito cristão a atitude de abstencionismo em hora tão grave da vida nacional. Sem trair à consciência, devem os católicos escolher os candidatos mais dignos e merecedores da confiança da Igreja. (...) Valorizemos, pois o nosso voto, colocando-o a serviço de Deus e da Pátria. Só assim votaremos bem e ficará tranquila a nossa consciência. A ação do voto é ação sagrada. Que não haja profanação. Católicos de Curitiba e da Arquidiocese, a postos! O Arcebispo vos conclama para as eleições de 3 de Outubro. Compareçamos, respeitosamente, às urnas com os olhos voltados para os grandes interesses da Pátria e da Igreja.*⁶⁸

⁶⁸ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. Circular nº 10. **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese Metropolitana de Curitiba** - Ano XIX - 1955, nº 32. p.18.

4.2 - A ofensiva religiosa dos católicos da Arquidiocese

*Ahi está o pinheiro. Ergue-se rachítico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se nos avizinham. Estende-se largamente pela faixa catarinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande, altivo e nobre como o paranaense, é o nosso pinheiro. Grande e nobre como o paranaense (...) O pinheiro erecto e dominador symboliza o Paraná. Resume o nosso destino. Reflecte a nossa mentalidade.*⁶⁹

Bento Munhoz da Rocha Netto, eleito em 1950 governador do estado, para um mandato que se estendeu de 31 de janeiro de 1951 a 3 de abril de 1955, tomou a seu encargo a modernização do Paraná. Intelectual e católico fervoroso, com uma brilhante passagem pela Câmara dos Deputados, Bento se propôs a realizar grandes obras, da qual a maior seria a construção do Centro Cívico na capital. Durante seu mandato seria celebrado o centenário da emancipação política do Paraná, que deixara de ser a 5ª Comarca de São Paulo em 19 de dezembro de 1853.

Foram programados diversos eventos para tal comemoração, entre eles, o Primeiro Congresso Eucarístico Provincial do Paraná. A Arquidiocese de Curitiba reuniria os bispos das dioceses sufragâneas de Ponta Grossa, Jacarezinho e das Prelazias de Palmas e Foz do

⁶⁹ ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A significação do Paraná. In: A Ordem. Rio de Janeiro, 5 (6): 10-18, abr. 1930, p.11. Apud AMADIGI, Fausto R. **Legislação florestal no Paraná**: a “preocupação ecológica” de Romário Martins. Curitiba: UFPR, 1999. Monografia de conclusão de curso de História.

Iguaçu, além de outros convidados de todo o país, como o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, e seu bispo auxiliar Dom Hélder Câmara, para celebrar um grandioso movimento eucarístico.

*Entre as comemorações com que se festejaria o centenário do Paraná, o nome de Deus Nosso Senhor não poderia ficar no esquecimento. (...) O benemérito Governo do Estado, conscio de que o verdadeiro progresso e bem estar dos Estados não pode prescindir das forças espirituais, em colaboração com a Igreja, alvitrou que a realização de um Grande Congresso Eucarístico faria parte integrante dos festejos do Centenário.*⁷⁰

Para tal evento foi construído na Praça Rui Barbosa, no centro de Curitiba, numa área de 25mil m², um grande altar com 200 genuflexórios para autoridades; mais abaixo havia acomodações para 2.400 pessoas sentadas, enquanto que o povo, postado mais atrás, assistiria às solenidades e missas somando mais de algumas dezenas de milhares de fiéis.

A começar da oportunidade em que foi celebrado – a ocasião do centenário de emancipação do Estado, momento de exaltação cívica regional – passando pelo símbolo escolhido para o evento (ver figura 5) e pelas grandes manifestações acompanhadas pelo Governador do Estado, do Presidente da Assembleia Legislativa, Dr. Laertes de Macedo Munhoz e do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. José Munhoz de Melo (primos entre si) todo este acontecimento remeteu à grande proximidade entre a Igreja e o Estado, no Paraná.

⁷⁰ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná. Curitiba: 1953. p.9.

O próprio Cardeal Dom Jaime Câmara, ao agradecer a recepção que os prelados tiveram na Assembleia Legislativa, na noite de 28 de novembro, quase ao encerramento do Congresso, diria, segundo os jornais “Gazeta do Povo” e “O Estado do Paraná”:

*Agradece o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara a fraternal acolhida na Assembléia Legislativa ao Episcopado Brasileiro, frisando que a separação da Igreja da organização do Estado não tem sido no Brasil um divórcio entre os poderes espiritual e temporal, antes têm eles seguido em harmonia, de que é exemplo a brilhante e calorosa recepção que o Legislativo Paranaense estava proporcionando aos altos prelados. (...)*⁷¹

Este comentário dava, de certa forma, a dimensão do esforço de Dom Sebastião Leme entre as décadas de 1920 e 40 que conseguiu reverter os efeitos da separação Igreja/Estado proposta pela Proclamação da República, que tanta celeuma e preocupação havia causado aos bispos brasileiros na virada entre os séculos XIX e XX.

É oportuno lembrar as palavras de Euclides Marchi, já citadas anteriormente neste trabalho, referindo-se aos primeiros anos da era Vargas: “As relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, mas sem dúvida assumiram caráter oficiosas. Aos poucos a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens do

⁷¹ O episcopado brasileiro recepcionado... **Gazeta do Povo**. Curitiba, 29 de novembro de 1953. p.1. e **O Estado do Paraná**, Curitiba: 29 de novembro de 1953. Apud Arquidiocese de Curitiba. Op. cit. pp.110-113.

governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República.”⁷²

A seguir, pode-se ver a logomarca do 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná, que representa uma boa síntese desta postura de interpenetração das coisas sagradas da Igreja e o profano do Estado. É interessante notar a identificação do cálice da comunhão e o pinheiro do Paraná, símbolo do Estado e do Governo. O sol que ilumina o pinheiro (e, por extensão, o Estado do Paraná) é o Corpo Eucarístico, representado pela hóstia sagrada, ou seja, a luz da Igreja ilumina a estrutura do Estado, suas tradições (o pinheiro) e o seu porvir (o sol nascente).



Figura 5 - Escudo do 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná, em novembro de 1953.

⁷² MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba: Associação Paranaense de História – APAH, Ano 10, n. 18 e 19, junho e dezembro de 1989. p.233.

Discorrendo sobre o símbolo do Congresso, a publicação da Cúria Metropolitana assim afirmava:

O escudo do 1º Congresso Eucarístico do Paraná é uma magnífica e inspirada criação do prof. Dr. Orlando Silveira Pereira, catedrático da Faculdade de Engenharia da nossa Universidade e Congregado do sodalício mariano da Paróquia do Senhor Bom Jesus.

Observe-se a originalidade da concepção, em que o autor entrelaçou, no símbolo paranista do pinheiro, o duplo sentido das preocupações que empolgam a gente de nossa terra, neste ano de centenário de nossa emancipação político-administrativo: servir ao Paraná, sob a égide dos princípios religiosos.⁷³

Ainda sobre este símbolo diria Dom Hélder Câmara em sua homilia na missa de encerramento do Congresso:

Não arranqueis de vossas casas êste emblema inspirado do Congresso do Paraná. Que a lembrança abençoada há de transformar em vaso sagrado que sustêm a Eucaristia, o Pinheiro que é o próprio símbolo do Paraná!⁷⁴

O evento mobilizou consideravelmente a população da arquidiocese, além das autoridades civis e religiosas. No Boletim da Cúria Metropolitana de 1953 está registrada a recomendação, já no dia 13 de fevereiro daquele ano, para que se procedesse a uma Campanha do Ouro, Prata e Pedras Preciosas, cuja coleta, nas paróquias da arquidiocese, através dos vigários, serviria para que se mandasse confeccionar

⁷³ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. Op. cit. p.9.

⁷⁴ Idem. p.104.

a Custódia do Santíssimo Sacramento a ser utilizada no Congresso.⁷⁵ O pedido foi repetido em 11 de março, destacando-se a urgência, uma vez que um ourives de São Paulo já teria iniciado seu trabalho.⁷⁶

Por fim, na página 32 do mesmo Boletim, davam-se notícias do ostensório já pronto, depois de utilizado no Congresso:

Verdadeira obra prima de ourivesaria nacional, é sem dúvida, um dos mais justos motivos de orgulho dos católicos do Paraná. Foi fruto da generosa contribuição do povo paranaense. O trabalho foi executado em São Paulo, na “Prataria Alves Pinto”, casa especializada no ramo. Tem 7.188 gramas de prata e ouro, com 28 rubis, luneta guarnecida de brilhantes e diamantes. Estão esculpidas a Imagem de N. S. do Rocío, o brasão de armas de Sua Excia. O Sr. Arcebispo de Curitiba e o escudo do Congresso. Mede 1m e 10 centímetros (1,10). Encontra-se atualmente, na Igreja da Ordem, Centro de Adoração Perpétua.

Os quase 7,2kg de prata, ouro e pedras preciosas foram doação dos fiéis em suas paróquias, que passaram aos padres suas joias e do senhor Seabra, dono das *Minas Plumbum S.A.*, que também doou certa quantidade de prata para o ornamento, segundo notícia da “Gazeta do Povo”, compilada pela publicação da Arquidiocese. Estes fatos demonstram o grau de participação popular na mobilização feita nas paróquias.

Esta mobilização foi sendo intensificada em outubro de 1953, quando por decreto episcopal, Dom Manuel D’Elboux ordenou que

⁷⁵ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Boletim da Cúria Metropolitana de Curitiba.** Curitiba: 1953. p.9.

⁷⁶ Idem. p.11.

fossem feitos encontros preparatórios em todas as paróquias sob sua jurisdição:

Ao avizinhar-se o grande Certame, sua Excelência Reverendíssima, o Arcebispo Metropolitano, ordenou que em todas as paróquias se fizessem pequenos congressos. Formam eles a vibrante clarinada a despertar as almas e a mover os corações para uma preparação imediata ao mesmo Congresso.

Em outubro de 1953 procedeu-se então ao grande movimento nas paróquias de toda a Arquidiocese.

Sob a orientação dos Párocos e Vigários tiveram efeito os Pequenos Congressos Paroquiais, constando de pregações, numerosas Comunhões, Horas Santas e outras práticas de piedade eucarística.

Em algumas paróquias êstes Pequenos Congressos foram realçados com a realização de uma sessão magna onde oradores do laicato católico da paróquia discursavam sobre temas relativos à Sagrada Eucaristia.⁷⁷

Este foi o maior dos eventos católicos realizados por Dom Manuel D'Elboux, que promoveria, ainda, visitas da imagem de Nossa Senhora do Rocio – considerada a padroeira do Estado – não só em Curitiba, mas em giro constante pelas principais cidades do Paraná. Tais visitas eram precedidas de preparações nas igrejas, procissões e doações dos católicos para esta ou aquela obra da Igreja.

⁷⁷ ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. 1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná. Curitiba: 1953. p.18.



Foto 1 - Visita da imagem de Nossa Senhora do Rocio, na nova sede do Governo do Paraná, o Palácio Iguaçu. Discursando ao microfone, Dr. Orlando de Oliveira Mello, presidente da Liga Eleitoral Católica, em 29 de março de 1955, aniversário da cidade de Curitiba. A seu lado, Dom Manuel D'Elboux, e o governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Um pouco mais atrás, o prefeito Ney Braga. Era comum, na época de Dom Manuel, que a imagem da santa padroeira do Estado, vinda de Paranaguá, visitasse em algumas ocasiões repartições públicas, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça. Acervo: Ney Braga.

A década de 1950 foi época de grandes movimentações dos católicos, principalmente na capital, numa grande animação promovida pelo Arcebispo. Dom Manuel estimulou a participação de leigos através da formação dos grupos ligados à Ação Católica e às diversas associações religiosas leigas, como o “Apostolado da Oração”, os “Círculos Operários Católicos”, as “Conferências Vicentinas”, as “Congregações Marianas”, a “Cruzada Eucarística Infantil”, as “Damas da Caridade”, a “Legião de Maria”, a “Obra das Vocações Sacerdotais” e a “Pia União da Filhas de Maria”, entre outras.

Trouxe novas Congregações Religiosas, abriu colégios católicos, masculinos e femininos, formou a Universidade Católica, fortaleceu a publicação de jornais semanários, estimulou a utilização do rádio para divulgação de missas e programas católicos, aumentou o número de paróquias, capelas e reitorias religiosas.

Por outro lado, seu relacionamento com os diversos grupos políticos e sua influência junto aos poderes estaduais trouxe-lhe o patrocínio do Governo do Estado para várias de suas obras. Pode-se citar, por exemplo, o Decreto 12.704, de 24 de maio de 1954, que estabelecia o ensino religioso nas escolas oficiais do Estado do Paraná, abrangendo os níveis primário, secundário, normal e profissionalizante, que seria regulamentado mais tarde pela Portaria nº 200, de 28 de fevereiro de 1955. Ambos os documentos aparecem na íntegra no Boletim da Cúria Metropolitana de Curitiba, no ano de 1955.

Promoveu também a formação de novos sacerdotes e a vinda de outros da Europa. Organizou o Cabido Metropolitano, espécie de conselho eclesiástico, formando uma geração de padres que viria a assumir funções importantes na Igreja, como Pedro Fedalto, arcebispo de Curitiba, desde a morte de Dom Manuel, em 1970; Albano Cavallin, bispo auxiliar em Curitiba e depois arcebispo de Londrina e Agostinho Marochi, nomeado bispo de Presidente Prudente, SP. Os três foram ordenados sacerdotes, ao lado de

João Augusto Sobrinho e João Gorski Neto, por Dom Manuel D'Elboux, em 8 de dezembro de 1953.⁷⁸



Foto 2 - Inauguração da telefônica de Curitiba. À direita de Ney Braga, o ex-deputado federal Mário Braga Ramos, seu primo. À sua esquerda, Dom Manuel D'Elboux, arcebispo de Curitiba. O religioso era presença quase obrigatória nas solenidades oficiais. Acervo: Ney Braga.

⁷⁸ Galas para o catolicismo paranaense. In: **Gazeta do Povo**. Curitiba: 8 de dezembro de 1953. 3ª seção. p.4.



Foto 3 - A cúpula da igreja muito próxima do governador. No primeiro plano, Dom Manuel D'Elboux ao lado de Ney Braga, já como governador do Paraná, em 20/12/1964. Ao lado de Ney, sua esposa Nice e uma de suas filhas. Mais à esquerda, Dom Jerônimo Mazzaroto e, à esquerda deste, o padre Peyton, americano que veio ao Brasil difundir, em várias capitais do país, a Cruzada do Rosário em Família, manifestações eminentemente anticomunistas. Acervo: Ney Braga.

5

A POLÍTICA NO PARANÁ

Quando do fim da Segunda Grande Guerra, em 1945, o Brasil se encontrava em vias de se tornar uma sociedade mais moderna. Era necessária, após a derrota do fascismo e do nazismo, a adoção de um novo tipo de governo diferente do que Vargas, autoritariamente, havia promovido desde 1937. Impunha-se uma sociedade menos ligada a práticas não-democráticas, agora que o país se voltava de forma mais direta à hegemonia norte-americana.

Desaparecendo de forma brusca a censura nos meios de comunicação, o país entrava em uma rápida transformação no que diz respeito às estruturas de poder. Partidos como a União Democrática Nacional - UDN, representante da burguesia financeira urbana, com ligações com o capital estrangeiro, o Partido Social Democrático - PSD, que aglutinava as antigas oligarquias rurais, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, lançado pelo próprio Vargas para representar o nacionalismo econômico e as camadas trabalhadoras urbanas, juntamente a outros partidos menores, implantavam a pluralidade política depois de anos do governo sem partidos do Estado Novo.

No Paraná, Bento Munhoz da Rocha Netto, do Partido Republicano - PR, substituíu a Moysés Lupion, do PSD, no Governo do Estado em 1951, após ter sido derrotado por este em 1946. Bento formaria seu secretariado com base na coligação de partidos que ajudaram a elegê-lo, PR, UDN, PTB e PSP (Partido Social Progressista).

Tendo a formação de engenheiro civil, graduado pela UFPR, quando governador Bento Munhoz da Rocha Netto empreendeu uma renovação na capital, construindo um Centro Cívico para concentrar

os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como diversos prédios para abrigar outros órgãos estaduais, como a Biblioteca Pública, um novo grande teatro, o Guaíra, praças e monumentos.

Como professor universitário, intelectual e pensador, Bento propôs-se a dignificar a vida pública no Estado. Católico convicto, como seu pai, Caetano Munhoz da Rocha e sua família, Bento encarnava o político com ligações junto à Igreja, da qual aceitava seus princípios, dispondo-se ainda a empreender a modernização da sociedade nos moldes do bem-estar social. Para tanto, construiu centros de saúde, escolas, postos de puericultura, investiu na construção da infraestrutura rodoviária e na expansão da oferta de energia elétrica. Buscou, ainda, disciplinar a concessão de terras devolutas do Estado, para diminuir a tensão no campo, que faria, mais adiante, ainda no seu governo, que eclodissem revoltas de pequenos agricultores no sudoeste do Paraná.

5.1 - A Prefeitura Municipal de Curitiba entre 1952 e 1954

O prefeito da capital, por preceito constitucional de 1945, era cargo nomeado pelo governador de cada estado e pelo presidente da República no caso do Distrito Federal. Por uma emenda à constituição vigente, tal cargo foi tornado elegível, fato que teve repercussão na Constituição do Estado do Paraná. A Emenda Constitucional nº 1, de 30 de dezembro de 1952, alterava o artigo 127 da Constituição, tornando possível a eleição do prefeito de Curitiba, ressalvado que todas as modificações propostas só entrariam em vigor apenas em 1º de janeiro de 1954.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná tomou no início de 1953, então, a iniciativa de marcar a data de 18 de outubro daquele ano para o pleito. Desta forma, o novo prefeito tomaria posse em 1º de janeiro de 1954. Essa iniciativa diminuía o período do que, nos círculos jurídicos, se chama de *vacatio legis*, ou seja, de uma lei com data de validade a vigorar no futuro, sem produzir efeitos imediatos.

Entendeu, porém, o Tribunal Superior Eleitoral que o TRE paranaense não poderia marcar as eleições antes da vigência da nova lei. Em resposta ao Recurso nº 45/1953,⁷⁹ resolvia, em 17 de agosto de 1953, exigir que tal eleição fosse marcada para após a data de

⁷⁹ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro: Novembro de 1953. pp.129-131.

1º de janeiro de 1954. De fato, em 16 de janeiro, o TRE-PR na 6ª Sessão Ordinária passava a deliberar sobre as eleições para prefeito de Curitiba.⁸⁰ Nesta reunião, debateu-se a conveniência de fazê-la nas datas de 16 de maio ou de 3 de outubro de 1954, esta última quando se realizaria a escolha de senadores, deputados federais e estaduais.

Contra a primeira proposta levantou-se o custo que representariam duas eleições em períodos diferentes no mesmo ano, enquanto que contra a coincidência com os demais escrutínios levantava-se a possibilidade de fraudes e anulações de urnas, em virtude de que apenas na capital haveria eleição para a prefeitura. Postas em votação, foi vencedora a proposta de 3 de outubro, por três votos contra dois, tendo-se absterido o presidente em exercício, Desembargador Eduardo Xavier da Veiga. Tal decisão seria, ainda, contestada por recurso do Partido Trabalhista Nacional, PTN, ao qual o TRE, fazendo repúdio a declarações e ataques de um jornalista e um deputado estadual, negou validade, mandando-o arquivar.⁸¹

Marcadas as eleições para outubro, intensificaram-se as articulações para se fazer eleger o novo chefe do executivo municipal. Estava em jogo sair em uma posição forte para as eleições para o Governo do Estado, em 1955.

⁸⁰ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Ata da sexta sessão ordinária. Curitiba: 16 de janeiro de 1954.

Para a frustrada eleição de 1953 haviam sido lançadas as candidaturas de Wallace Thadeu de Mello e Silva, Roberto Barroso, João Cid Portugal, Amâncio Moro e Manoel Aranha, que se mantiveram em 1954. Foram ainda candidatos: Alô Guimarães, que se elegeu senador pelo Partido Social Democrático, PSD, na chapa de Moysés Lupion, cedendo vaga para o jornalista Pinheiro Junior, editor do jornal “Gazeta do Povo”; Paulo Camargo, que se candidatou, vitoriosamente, à Assembleia Legislativa pelo Partido Republicano e Jofre Cabral Silva, que também desistiu de ser candidato à Prefeitura.⁸²

Ao governador Bento Munhoz da Rocha Netto interessava, naturalmente, fazer o prefeito da capital, o que lhe facilitaria uma candidatura ao Senado nas próximas eleições. José Luís Guerra Rego era o prefeito nomeado por Bento. Com a aproximação do prazo de 180 dias para desincompatibilização, o prefeito pediu sua exoneração com vistas a sua indicação como candidato do Partido Republicano, comandado pelo Governador Munhoz da Rocha, que tinha, no entanto, outras preferências.

Guerra Rego protagonizou, assim, um acontecimento algo inusitado. Ao deixar a Prefeitura, dirigiu-se à Câmara Municipal para passar ao seu presidente o encargo de substituí-lo. Roberto Barroso

⁸¹ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Livro de atas**. Ata da sétima sessão ordinária. Curitiba: 19 de janeiro de 1954.

⁸² **Gazeta do Povo**. Curitiba, 22 de janeiro de 1953. p.3. Notas Políticas.

Filho não pôde aceitar, pois assim fazendo inviabilizaria a candidatura de seu pai, o jornalista Roberto Barroso, dono do jornal “O Dia”. Toaldo Túlio, vice-presidente da Câmara, foi nomeado Prefeito de Curitiba pelo presidente, sendo-lhe dada posse na tarde de 31 de março, no Paço Municipal, instalado na Praça Generoso Marques.

Sabedor do fato, o governador Bento Munhoz da Rocha nomeou Ernani Santiago de Oliveira prefeito da capital, como lhe facultava a Constituição anteriormente a 1º de janeiro. Iniciava-se uma batalha jurídica e, durante alguns dias, a cidade teve dois prefeitos. A Presidência da Câmara entrou com pedido de mandado de segurança para garantir a manutenção de Toaldo Túlio, argumentando que pela Emenda Constitucional a partir de janeiro de 1954, não caberia nomeação do chefe do executivo municipal por parte do governador. Este, por outro lado, entendia que se o Presidente da Câmara não assumisse o cargo, não caberia a mais ninguém, senão a ele, nomear o prefeito até a eleição de 3 de outubro.

Por fim, Toaldo Túlio deixou o gabinete do prefeito para Santiago de Oliveira, por solicitação do chefe de polícia Ney Aminthas de Barros Braga, passando a despachar na Presidência da Câmara, até que o recurso fosse rejeitado pelo TRE, por entender que a prerrogativa ainda pertencia ao governador até que as eleições marcadas para outubro se sucedessem.

Ao fim e ao cabo, a articulação de Bento Munhoz da Rocha seria vitoriosa. Para fazer de seu cunhado o novo prefeito, Bento retirou o apoio do Partido Republicano a Guerra Rego, promoveu

uma coligação com o Partido Social Progressista - PSP e conseguiu o apoio do vereador Myltho Anselmo da Silva, potencial candidato pelo PTB, que junto com seu grupo político havia excluído Wallace Thadeu de Mello e Silva do partido, alegando uma aliança deste com o PST, antes da convenção partidária do PTB.

Por outro lado, a UDN mantinha a candidatura de Manoel Aranha, sócio e primo de Antonio Braga, pai de Ney, para dividir os votos da oposição, que se não foi mais eficaz, deveu-se ao grande descrédito da agremiação em seguida ao suicídio de Vargas.

A candidatura de Estevan Ribeiro de Souza Neto tirou votos preciosos de Wallace Thadeu de Mello e Silva, dando a vitória ao candidato oficial. Tal estratégia não desmereceu o empenho de Ney Braga, à medida que sendo um candidato sem grande expressão própria anterior ao pleito – fora o cargo de Chefe de Polícia, nomeado por Bento, onde desempenhou grande atividade nos conflitos de terra no sudoeste do estado – foi eleito contra Mello e Silva, o mais forte candidato, que seria muito mais difícil de ser derrotado se tivesse saído com o apoio do PTB. Ney elegeu-se ainda contra o candidato Pinheiro Junior, do PSD, partido forte em nível nacional que, capitaneado por Moysés Lupion no Paraná – ex-governador que se elegeria novamente para o Palácio do Governo, em 1955 – fez eleger dois senadores e uma bancada de 4 deputados federais e 11 estaduais.

A tabela abaixo fornece uma melhor visualização dos partidos e seus candidatos.

Tabela 3 - Número de deputados e suplentes, por partido, nas eleições de 1954.

Partido	Deputados Fed. Eleitos	Suplentes Dep. Federal	Deputados Est. Eleitos	Suplentes Dep. Estadual
PDC	-	-	1	34
PL	*	*	*	*
PR	2	6	7	45
PSD	4	11	10	47
PSP	1	6	7	52
PST/PTN	*	*	*	*
PTB	4	12	11	49
UDN	3	3	8	52
TOTAIS	14	38	44	279

* Partidos sem indicação de números por não haverem atingido o coeficiente eleitoral. Fonte: TRE-PR

Alfredo Pinheiro Junior, no dia 21, logo após ao resultado final das eleições, em que conseguiu perto de 17% dos votos válidos, manifestou-se assim em um longo artigo da “Gazeta do Povo”, jornal do qual era editor, dando conta das razões:

(...) Mas as nossas desvantagens não paravam aí. Combatíamos, com justo e compreensível empenho o Govêrno, decidido a eleger o seu candidato e mais a Liga Eleitoral Católica, cujo questionário, por ser impróprio a um candidato ao executivo municipal, não respondemos, e, por fim, todo o clero da cidade e das colônias, que via em nós, na circunstância de não sermos católicos, um grave risco ao futuro da cidade. Esta oposição, a do clero, pela maneira por que foi feita e pela qualidade dos que a fizeram – padres estrangeiros em sua grande maioria – será motivo para comentário posterior que dirigiremos, à guiza (sic) de sugestão, aos futuros representantes do Paraná na Câmara Federal, que irão concluir a tarefa de elaborar um novo Código Eleitoral.

*Neste passo pretendo tão somente, e cumprindo promessa que fiz a alguns eleitores, desmentir uma das muitas inverdades assoalhadas pelos meus opositores: a de que eu, quando deputado estadual, votara contra a entronização da imagem de Cristo na Assembléia Legislativa. Não é exato, e desminto a intriga, restabelecendo a verdade, apenas porque esse voto, se verdadeiro, atribuiria a mim um dos sentimentos que julgo indigno do homem: a intolerância. Votei favoravelmente àquela iniciativa, embora afirmando a nenhuma significação que têm para mim as imagens. Aos católicos, todavia, com assento naquele parlamento, cabia o direito, no meu entender, de significar, da forma a mais ampla, a sua fé religiosa. (...)*⁸³

Apesar da amargura de ter sido derrotado, nota-se no comentário de Pinheiro Junior, uma clara indicação de que a Igreja haveria interferido nas chances que ele teria para se eleger prefeito de Curitiba. Não descartando o apoio direto do governador Bento Munhoz da Rocha Netto e todos os esforços da administração municipal de Ernani Santiago de Oliveira, o candidato do PSD creditava à Liga Eleitoral Católica e aos padres, estrangeiros em sua maioria, o fato dos católicos terem lhe recusado seus votos por entendê-lo um “grave risco para o futuro da cidade.” Ele dava conta, ainda, de um dos argumentos que teriam sido espalhados por estes padres, uma inverdade sobre sua atuação quando deputado, que lhe reputava um

⁸³ PINHEIRO JUNIOR, Alfredo. Depois do Pleito. In: **Gazeta do Povo**, Curitiba: 21 de outubro de 1954. p.3.

voto contrário à entronização de um crucifixo na Assembleia Legislativa.

Mesmo que a população não aceitasse tal orientação de seus vigários, só o fato de que um candidato derrotado imputasse tamanha importância a ele demonstrava a força que teria a Igreja Católica, ou pelo menos assim imaginariam seus opositores. Como foi visto no caso da campanha contra o espiritismo, promovida na Quaresma de 1954, a orientação da arquidiocese de que fossem divulgados os argumentos de interesse da Igreja nos sermões e pregações das missas, mostrava que a instituição trabalhava através de seus representantes com todas as oportunidades que se apresentavam para reforçar sua posição frente aos fiéis.

No caso de Pinheiro Junior nota-se, ao aceitar seu depoimento sobre as causas de sua derrota, que os sacerdotes acabaram por torná-lo alvo de uma campanha de “demonização do adversário”, nos moldes dos conceitos apresentados por Girardet, em seu livro “Mitos e mitologia política”, no capítulo *O mito da conspiração*.⁸⁴ Assim agindo, garantiriam que seus seguidores mantivessem-se mais estritamente dentro dos padrões que deles se esperavam, comparecendo à votação e votando nos candidatos referendados pela Liga Eleitoral Católica.

⁸⁴ GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologia política**. São Paulo: Cia das Letras. 1987. p.25.

5.2 - Resultados da LEC em Curitiba e no Paraná

Todo cidadão honrado deve comparecer às urnas para fazer de seu voto uma expressão corajosa de sua Fé e testemunhar seu repúdio aos corruptores da Família que na verdade se identificam com os vendilhões da Pátria.

Manifesto CNBB - 1954 (anexo 1)

Dom Manuel, em consonância com as orientações da CNBB, recém-criada em outubro de 1952, instalou por decreto episcopal a LEC, em 15 de julho de 1953. Para a direção foram designados: Orlando de Oliveira Mello, presidente; José Luiz Demeterco, tesoureiro e João Lacerda Braga, secretário.⁸⁵ Todos eram membros da Congregação Mariana.

Tal comissão atuou em palestras, reuniões e encontros em paróquias, associações religiosas e movimentos de leigos. Sua atuação era suprapartidária no apoio dos candidatos que demonstrassem publicamente seu apoio às teses defendidas pela Igreja Católica.

Os trabalhos da Liga não visam apenas o pleito eleitoral. É de seu programa pugnar pela formação cívico-religiosa e moral do povo brasileiro. Conforme seus estatutos, são finalidades da LEC:

⁸⁵ **Gazeta do Povo**, 17 de julho de 1953, p.3. O artigo, por ocasião de visita da Diretoria da LEC ao jornal, traz a íntegra do Decreto de D. Manuel D'Elboux, que reestrutura a Liga no Paraná.

- a) a formação da consciência política dos católicos, independente de filiações partidárias e sua orientação doutrinária-eleitoral;*
- b) pugnar pelas reivindicações cívicas decorrentes dos princípios cristãos, mediante o exercício de um apostolado permanente.*⁸⁶

Para entender-se o pensamento que norteava os dirigentes da Liga Eleitoral Católica é interessante conhecer algumas de suas manifestações pela imprensa da época. Uma delas aparece no artigo do presidente da Junta Estadual da LEC na “Coluna Religiões e Cultos” do jornal "O Estado do Paraná".⁸⁷ Orlando Mello contava sobre Tellocioni, restaurador do quadro “A Santa Ceia”, de Leonardo da Vinci, que nada cobrou pelos sete anos que durou seu trabalho, considerando a restauração “uma obra de fé e carinho”.

Ele comparava a situação política do país ao famoso quadro de da Vinci: “a palavra de Cristo parece fraca, não porque ela não seja forte, mas porque os ouvidos estão, especificamente para ela, cada vez mais surdos.” Para restaurá-la na sociedade era preciso a obra de muitos, mesmo com sacrifício, imbuídos do amor pelo bem comum.

⁸⁶ **Boletim da Federação das Congregações Marianas de Curitiba.** Ano XII, outubro de 1953, nº 10. p.1.

⁸⁷ MELLO, Orlando de Oliveira. A Ceia do Senhor. In: **O Estado do Paraná.** Curitiba: 10 de junho de 1954. Coluna Religiões e Cultos – Catolicismo.

A Ceia do Senhor

(...) Os que desejam candidatar-se a cargos eletivos ou que já se candidataram, meditem seriamente na questão social e não olvidem a urgência de uma grande, enorme restauração que há de partir daqueles que são capazes de colocar o interesse da totalidade acima de seus apetites pessoais. Escolhamos nós, eleitores, os homens que, pela própria apresentação, pelo passado, pela cultura e capacidade, estejam a altura da obra que se lhes encomenda: implantar de fato, no Brasil, o império da paz de Cristo e a abundância generalizada e indistinta da Mesa do Senhor, expressão Máxima da bondade de Deus.

Procuremos entre aqueles que vivem séria e austeramente, entre os homens que realmente trabalham os que vamos eleger para representar os interesses da coletividade. Não esqueçamos, entretanto, para realçada missão é mister apontar caracteres ímpolutos, vontades férreas, sentimentos nobres. Um eleitorado que consulta a consciência na hora dura de escolher candidatos é capaz de levar aos postos diretivos da Nação aqueles que se capacitam de que a Ceia do Senhor somente existirá no plano social, quando os políticos vocacionais triunfares e fizerem de sua vida pública “uma obra de fé e carinho.”

Outro componente da estratégia católica era a divulgação, através da imprensa de grande circulação, de editais em que se convocavam os candidatos a cargos eletivos a se manifestarem contra o divórcio, o aborto e demais princípios já defendidos anteriormente nas Constituições de 1934 e 1946. Aqueles que assim o fizessem, receberiam o apoio de novos editais com seus nomes e a demonstração de que eram considerados bons candidatos católicos, para que fossem votados pelos demais católicos. Para tanto, a LEC publicou a seguinte carta aberta aos candidatos:⁸⁸

⁸⁸ Reivindicações Mínimas da LEC. In: **O Estado do Paraná**. 16 de setembro de 1954. p.7.

A Liga Eleitoral Católica enviou aos candidatos a postos eletivos um impresso contendo as reivindicações mínimas dos católicos brasileiros, solicitando-lhes o obséquio de devolvê-lo no menor prazo possível, uma vez que é seu objetivo publicar os nomes daqueles que estão em sintonia com a orientação religiosa da maioria do país.

Para esclarecimento do eleitorado paranaense a Junta Estadual da LEC no Paraná estampa abaixo o inteiro teor do importante documento:

Prezado senhor:

A Liga Eleitoral Católica, através de sua Junta Estadual do Paraná, vem apresentar a V.S. os postulados que constituem as reivindicações mínimas dos católicos brasileiros:

- 1. Constituição promulgada em nome de Deus.*
- 2. Instituição do Estado democrático, segundo os princípios evangélicos de liberdade e justiça.*
- 3. Reconhecimento dos direitos e deveres fundamentais da pessoa humana.*
- 4. Defesa da família, fundada no casamento indissolúvel, com reconhecimento de efeitos civis aos casamentos religiosos e assistência às famílias numerosas.*
- 5. Rejeição de todo o monopólio educativo e liberdade de ensino religioso facultativo nos estabelecimentos oficiais de ensino.*
- 6. Legislação do trabalho amparada nos mais amplos preceitos de justiça social e nos princípios da ordem social cristã para os trabalhadores urbanos e rurais, inclusive a participação dos empregados nos lucros das empresas.*
- 7. Preservação da propriedade individual limitada pelo bem comum, como base da autonomia pessoal e familiar.*
- 8. Pluralidade sindical, sem monopólio estatal ou restrições de ordem religiosa.*
- 9. Pluralidade partidária, com exclusão das organizações anti-democráticas.*

10. *Assistência religiosa facultativa às forças armadas e aos hospitais, prisões e instituições públicas e o reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência às forças armadas como equivalente ao serviço militar.*
11. *Amparo e proteção à natalidade, com revogação de qualquer dispositivo legal que possa de algum modo prejudicar o direito do nascituro à vida.*
12. *Repressão aos jogos de azar.*
13. *Repressão da imoralidade em cartazes, jornais, revistas, livros, cinemas, espetáculos, rádio, televisão e outros meios de publicidade.*
14. *Reforma da lei eleitoral, de modo a permitir ao eleitor participação direta na escolha dos futuros candidatos e liberdade de seleção por ocasião das eleições.*
15. *Rejeição de qualquer aliança ou acórdos entre partidos políticos atentatórios aos princípios cristãos e democráticos.*
16. *Combate a tôda e qualquer legislação que contrarie explícita ou implicitamente, os princípios fundamentais do direito natural e da doutrina Cristã.*

Caso V.S. esteja de acôrdo em defender os postulados acima, no desempenho dos cargos públicos que vier a ocupar, solicitamos a fineza de nos devolver a presente, com sua assinatura.

De qualquer forma apreciaríamos receber a sua resposta e, no caso de dúvida quanto à interpretação dos postulados, teremos o máximo prazer em lhe prestar os esclarecimentos que se fizerem mistér.

A LEC vem, mais uma vez, apelar aos candidatos que ainda não responderam ao que lhes foi pedido para que enviem o mencionado documento à rua 24 de Maio, 118. Outrossim, aclara que dentro de poucos dias passará a dar publicidade a uma lista que contém os nomes dos candidatos que esposaram as reivindicações mínimas da LEC. Como é seu principal desejo de não omitir quem quer que esteja de acôrdo com sua orientação, reitera o que já várias vezes formulou pela imprensa. Desde logo está certa de que, compreendendo as elevadas razões que assim a levam a proceder, todos os candidatos católicos atenderão ao seu insistente e renovado apêlo.

O envio das proposições da LEC aos candidatos às eleições gerou alguma polêmica, mostrando que nem todos concordavam com aquela prática. O jornal "Gazeta do Povo" não publicou o edital da LEC – os jornais "O Dia" e "O Estado do Paraná" o fizeram na íntegra – nem seu editor, o jornalista Pinheiro Junior, o subscreveu, para receber o apoio da LEC. Aparentemente, é dele este artigo.⁸⁹

O QUESTIONÁRIO DA LEC

A Liga Eleitoral Católica, preparando o pleito de 3 de outubro, distribuiu aos candidatos um questionário, em que são abordados diversos problemas. As perguntas foram mandadas a todos os concorrentes, sem distinção aos cargos que disputam. É isso, ligado a natureza de bom número das questões, que nos sugere a impressão de que a "enquete" não tem atualidade.

Pergunta-se, por exemplo, ao candidato a deputado estadual se é favorável à introdução do nome de Deus no preâmbulo da Constituição Federal. Ora, de início, não competiria a um deputado estadual pronunciar-se sobre o assunto, mesmo porque seu pronunciamento não teria qualquer consequência. O mais importante, porém, é que se trata de matéria vencida, desde que já existe, no exórdio da Carta Magna, a referência do que os representantes do povo brasileiro se reuniram "em nome de Deus".

Depois, querem os autores do inquérito saber a opinião, por exemplo, dos candidatos à Prefeitura Municipal, sobre a instituição do divórcio

⁸⁹ O Questionário da LEC. In: **Gazeta do Povo**, 23 de setembro de 1954. p.3.

no país. É fácil compreender a pouca interferência que teria no debate e na solução do problema o Prefeito de Curitiba. Suas atribuições são bem outras, os encargos que assume são bem diversos, os interesses que deverá tratar bem diferentes. A pergunta teria, assim, a simples finalidade de determinar uma definição dos candidatos, perdendo qualquer sentido objetivo, que deve ser a principal preocupação das pesquisas desse tipo.

Quer-nos parecer que, bem aferidas as responsabilidades dos que organizam a “enquete” com o desejo de orientar os eleitores católicos, a respeito da posição pessoal dos vários candidatos, diante de problemas vitais para a coletividade, seria mais desejável e mais útil que o questionário contemplasse assuntos mais palpitantes e, principalmente, mais ligado às atribuições de cada um dos cargos eletivos em disputa. Ganhariam com isso os realizadores da pesquisa, os candidatos que a respondessem e o povo, que aceita e deseja esta orientação.

A Liga Eleitoral Católica utilizou também da participação em programas de rádio, como a “Hora da Ave Maria”, sempre às 18 horas, quando, depois das orações, falavam dos princípios defendidos pela Liga. A Igreja manteve também publicações em diversas associações religiosas, paróquias e outros movimentos católicos, para a divulgação aos seus filiados de notícias de interesse cristão. Tal proposta veio a se consolidar na publicação do jornal mensal “A Voz do Paraná”, pela Cúria Metropolitana, a partir de 1956 e que foi editado até a década de 1980.

A Junta Estadual da Liga Eleitoral Católica no Paraná, para melhor atingir seus objetivos às vésperas das eleições de 1954, marcou uma grande concentração cívica na Praça Tiradentes, no centro de Curitiba, no sábado, dia 25 de setembro daquele ano, para às

20h15min. Para tal, fez ampla divulgação nos jornais e emissoras de rádio da capital. O evento, em função de fortes chuvas no horário acabou não acontecendo, tendo os oradores gravado seus pronunciamentos para transmissão posterior pelas rádios, nos espaços da programação cedidos à LEC.⁹⁰

Muitos programas radiofônicos foram exibidos nas rádios Marumbi e Guairacá, no horário da Ave Maria, pela Liga Eleitoral Católica, desde a nomeação da Junta Estadual da Arquidiocese de Curitiba, por Dom Manuel D'Elboux, em meados de 1953. Os programas eram realizados por iniciativa dos membros da Junta e neles se tratavam os problemas que a Liga via como os mais importantes e urgentes, aos quais os católicos deveriam dar resposta nas urnas.

Alguns roteiros foram guardados por João Lacerda Braga, secretário da LEC, aqueles que ele próprio havia se encarregado de preparar e transmitir. Entre eles estava um programado para o comício da LEC.

Neste discurso ficam demonstradas algumas das teses defendidas pelos dirigentes da LEC. Destacam-se algumas, podendo a íntegra do discurso ser encontrada no anexo 7. Em primeiro lugar, o chamamento aos católicos pressupunha uma situação de gravidade, em que perigos rondavam as instituições, onde a atuação dos católicos apoiando as diretrizes emanadas era de fundamental importância. "Vivemos numa hora séria. Vivemos numa hora de confusão."

Era prática comum ligar a atuação da LEC com as tradições cristãs da formação do país. Daí a referência constante ao espírito

⁹⁰ **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 de setembro de 1954, p.6.

atribuído ao descobrimento, ao papel da religião nas navegações em busca de almas para a verdadeira fé, bem como aos personagens eclesiásticos (Anchieta, Nóbrega e Vieira).

Ao apresentar os objetivos da LEC e sua atuação, João Braga dizia: "A LEC não é um partido político, nem há partidos católicos, pois como muito bem disse o Papa Bento XV: 'A Igreja não pode servir a partidos políticos.' Existem, sim, partidos que seguem a orientação católica. Como a Igreja, a LEC está fora e acima dos partidos políticos." Com isso, Braga destacava o caráter suprapartidário da Liga, ao mesmo tempo em que desautorizava que qualquer partido (talvez o PDC, em particular) usasse o nome da Igreja como referência, em detrimento dos demais.



Figura 6 - Logomarca do Partido Democrata Cristão, PDC, que aparecia junto às propagandas de campanha de João Cid Portugal, candidato à prefeitura em 1954. É de se notar a clara tentativa de identificação do partido com a Igreja Católica, através de um de seus mais antigos símbolos, a cruz de onde sai a letra P e se incluía, mais abaixo, as letras D e C, da democracia cristã. Essa ligação era, no entanto, refutada pela hierarquia da Igreja no Brasil. Imagem retirada do livro de memórias de João Cid de Macedo Portugal.

Seguia ele dizendo do conceito de política e aí se pode notar como a classe média, a qual ele pertencia, ou ao cidadão médio, imbuído de princípios religiosos, percebia a atividade política. Destacava a seguir como seria a política se seguisse os princípios cristãos pregados pela Liga.

Não há talvez conceito mais deturpado do que o da política. Daí o horror, o asco, com que tantos a estigmatizam. Sim, se política fôsse o que tantos tão erroneamente a entendem não haveria palavras para verberá-la. Política não é subir para depois roubar, sem vergonha e sem pudor os cofres públicos. Política não é encosto para incapazes; cabide de empregos e arma para favorecer parentes, amigos e partidários. Não é fonte de ostentação, de orgulho e gabolices. Não é elevar-se no poder com o voto do povo para depois esquecê-lo e desprezá-lo. Esta política, prezados ouvintes, é realmente política suja. Mas a verdadeira política é nobre, digamos melhor, é santa. É a que visa o bem comum, o bem do país, o bem do povo. O verdadeiro político é o que trabalha com todo o esforço e toda a energia para servir seus concidadãos. Fundamenta-se no mandamento predileto de Cristo: "Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei."

Insistia bastante, em seu discurso, na necessidade do católico não se abster de seu dever de voto, nem anulá-lo, nem votar em branco. Cada voto seria importante para a defesa do que a LEC considerava mais justo e melhor para o país e para a fé.

Então não amas tua pátria, não queres que ela seja governada com acêrto. Não amas tua religião? Queres que seus inimigos subam ao poder para persegui-la e desprezá-la? Um voto? Um voto já decidiui muitas eleições. Em 1879 na Bélgica os adversários da Igreja votaram uma lei pérfida sôbre educação devido apenas um voto: - pois o projeto passou por um voto de um senador que por sua vez fôra eleito pela diferença de um voto. Não sabeis que com teu voto consciente dado a bons candidatos estarás prestigiando um homem de bem? (...) Mesmo que sejam apenas dois os adversários, mesmo que os dois não prestem, um será melhor dos que o outro. E quando há dezenas, senão centenas de candidatos, não escolher um é absurdo inqualificável.

Votar não é só um direito é acima de tudo uma obrigação e deante (sic) do dever só há uma alternativa: - CUMPRÍ-LO.

Nesta hora grave de nossa história ninguém deve, ninguém pode deixar de votar. Guerra ao comodismo. Guerra à abstenção. Com os olhos voltados para o Brasil e a Cruz de Cristo depositemos nosso voto na urna.

João Braga enumerava a seguir os motivos considerados não-éticos para votar. Neste ponto, fica claro o esforço dos membros da LEC voltado à conscientização da sociedade para a melhoria do processo eleitoral, fazendo com que se evitassem votos por motivos outros do que a boa escolha dos representantes do povo. Não se deveria votar por pedido, nem por amizade, mas por uma análise criteriosa das qualidades do candidato, de sua vida particular, de sua postura na família e na educação dos filhos, de seu compromisso com a fé católica. Deveriam ser também eliminados da escolha os pouco instruídos: "Devemos, prezados ouvintes, votar nos capazes. Como pode legislar um analfabeto? Para entender dos matizes às

vezes difíceis da lei, para governar com tantos problemas complexos, não é qualquer um que pode fazer. Precisamos escolher os que melhor possam desempenhar o cargo para o qual o estamos elevando."

Por fim, a Liga Eleitoral Católica encarava seu trabalho como uma verdadeira cruzada, dentro do espírito da Neocristandade, contra os infieis, contra os que queriam deturpar a vida da sociedade levando-a para longe dos ensinamentos cristãos. João Braga afirmava no encerramento de seu discurso:

PREZADOS OUVINTES: Com o grito, Deus o quer, puzeram-se (sic) em marcha os primeiros cruzados, em busca da libertação da Terra santa, procurando implantar a cruz de Cristo na Palestina.

Deus o quer seja o nosso brado de hoje: precisamos colocar cada vez mais a cruz de Cristo em todos os lugares, mesmo na política. É necessário que os sagrados princípios do evangelho brilhem cada vez mais na nossa Terra.

Ainda na preparação do comício, o jornal "O Estado do Paraná" publicou, no dia 22 de setembro, uma entrevista com outro dirigente, o presidente da LEC, Orlando de Oliveira Mello.⁹¹ Nota-se, também aí, como o presidente pensava sua instituição, como encarava o trabalho da Liga e como imaginava sua recepção pelos católicos. Feita em oito perguntas, algumas de conteúdo contundente, suas respostas dão conta desta dimensão.

⁹¹ A íntegra da entrevista publicada pode ser lida no anexo 6.

Dr. Orlando Mello, médico, via que o objetivo da concentração da LEC era despertar a consciência dos eleitores católicos para suas responsabilidades na escolha de seus legisladores e governantes. Este objetivo refletia as diretrizes estatutárias da LEC, mostrando uma total identificação do discurso da Junta Estadual, com seus pares na Junta Nacional.

Indagado se o povo atenderia aos apelos da Liga, Orlando Mello, respondeu incisivamente:

Certamente que sim. Não estamos trabalhando para nós, nem tampouco nos subordinamos a qualquer injunção partidária ou personalista. Nosso labor é de apostolado e, afinal, como fim último, não trabalhamos senão para que haja uma sociedade onde as leis divinas sejam respeitadas e cumpridas.

O povo está mesmo cansado de seguir atrás das promessas mesquinhas, dos discursos laudatórios ou demagógicos. Nesta concentração em que se trata justamente de indicar-lhe como êle pode ser mais forte (pela união), mais valente (pela tomada de consciência de sua responsabilidade), mais seguro (pela atuação de acôrdo com suas convicções mais profundas), não se pode admitir que não tenha dêle o mais integral apoio.

Os dirigentes da Liga, de acordo com a resposta, não admitiam a possibilidade que as orientações políticas que davam aos católicos não seriam aceitas, dada a “pureza de intenções” com que trabalhavam, conforme eles próprios diziam.

Na prática, se os candidatos apoiados pela LEC para a Prefeitura Municipal de Curitiba tiveram perto de 39% dos votos e representavam mais de 90% do eleitorado, pode parecer que tivesse

havido alguma decepção com os resultados, apesar da vitória dos candidatos apoiados pela LEC. Não se poderia esperar que todos os católicos aceitassem a orientação do órgão especializado da Igreja para questões eleitorais, ou que a totalidade dos católicos fosse tão praticante quanto o que seria de desejar por parte da hierarquia. Numa eleição tão disputada e com tantos postulantes, o resultado foi por si só expressivo.

A pergunta seguinte versava sobre a posição do clero perante a concentração. A resposta truncada, provavelmente por transcrição do jornalista, ficou difícil de entender. O fato, porém, de existir uma indagação sobre a participação/anuência dos sacerdotes ao evento, demonstra por um lado uma preocupação quanto à chancela do movimento e, por outro, poderia sugerir uma tendência anticlerical do repórter.

A quarta pergunta procurava saber se a LEC indicaria candidatos ao povo. Dr. Orlando, mais uma vez, usou o discurso afinado da Liga. Ela não imporiam nomes, sugerindo, no entanto, uma gama de candidatos, de praticamente todos os partidos que disputavam o pleito, que atenderiam as peculiaridades de cada eleitor católico. Pedia apenas que se atentasse para uma análise das qualidades públicas e dos predicados morais dos candidatos.

Mais adiante, o repórter questionava se uma indicação tão vaga traria os resultados esperados pela LEC. A resposta, um tanto exasperada pela repetição que não se tratava de uma atitude vaga, insistia que deveriam ser observados os interesses maiores

(certamente da Pátria e da Igreja, como no manifesto dos bispos da CNBB, de 28/09/1954) e não se limitassem as intenções de voto a parentesco, amizade, simpatia, falsa gratidão ou, mesmo, interesse pessoal ou venda de votos.

Na sexta pergunta, o presidente da LEC no Paraná listava outras associações religiosas que participariam da concentração cívica: as Congregações Marianas, as Filhas de Maria, a JUC e outras, reforçando o convite para que todas as demais associações e colégios religiosos se fizessem presentes.

Indagado se os católicos teriam obrigação de votar segundo as indicações da LEC, Orlando Mello respondia que:

Essa obrigação não é propriamente com a LEC, mas com as imposições de suas próprias convicções religiosas. Apenas, sendo a LEC um órgão especializado no exame dessas questões, seria de desejar que aqueles que não têm em mãos todos os elementos para bem escolher, recorressem aos nomes daqueles candidatos que assumiram expressamente compromissos com a LIGA.

Em outras palavras, a obrigação não era com a LEC, mas com suas convicções religiosas, portanto, uma obrigação com a própria Igreja, sendo desejável que os católicos referendassem os candidatos que se comprometessem publicamente com a LEC, que por ser um órgão especializado da Igreja, estaria apto a orientar os eleitores.

Concluindo a entrevista, dr. Orlando de Oliveira Mello reafirmaria a intenção da LEC de não trabalhar apenas nas vésperas de eleições, mas de acompanhar o desempenho dos eleitos que com

ela se comprometessem. O fecho da matéria reforçava o convite para a concentração, enfatizando ser do “... interesse de todos os bons brasileiros lutar decididamente pelo alertamento da consciência cívica e cristã do eleitorado.” Assim dizendo, o presidente da Junta do Paraná destacava que o trabalho da Liga Eleitoral Católica interessava não somente aos católicos, mas ao conjunto da sociedade brasileira, uma vez que a Igreja objetivava o melhoramento moral das pessoas e suas instituições.

João Cid de Macedo Portugal, em seu livro de memórias,⁹² descreve o processo eleitoral de 1954. João Cid havia sido candidato do recém-organizado Partido Democrata Cristão, PDC, à Prefeitura de Curitiba. Ele relata alguns pontos interessantes sobre aquelas eleições. Dizia que seu partido tinha a simpatia do eleitorado, contando com um bom apoio por parte do clero, tendo possibilidade de fazer uma boa campanha, se as eleições fossem realizadas em 1953, como estavam marcadas inicialmente. Com seu adiamento para outubro de 1954, mudou a correlação de forças, inviabilizando sua candidatura.

Sendo promotor, João Cid Portugal foi convidado pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto a compor uma lista tríplice, com garantia de sua indicação, para uma vaga de desembargador do Ministério Público. Para isto, deveria renunciar à sua intenção de ser candidato, aliando o PDC ao PR e PSP. Ao não aceitar, ele seguiria candidato até o pleito, alcançando uma votação de 4.567

⁹² PORTUGAL, João Cid de Macedo. **Memórias e reflexões**. Curitiba: Lud, 1995.

votos. Haveria, ainda, alguns percalços, como uma tentativa de impugnação de seu nome por ação de um dos fundadores do PDC em Curitiba que, por sinal, era oficial de gabinete do governador.

João Cid reputou sua derrota a alguns fatores. O primeiro deles à multiplicidade de bons candidatos com força política própria, que teria levado a uma pulverização de votos favorecendo o candidato do Governo, que pôs sua máquina administrativa em favor de Ney Braga. Este forte apoio, tanto do Governo do Estado, quanto da administração municipal, teria se refletido na atuação dos padres que o apoiavam, que passaram a recomendar o nome do candidato do PR/PSP.

(...) e não fosse a virada do Clero para o lado da candidatura do Ney Braga do PR, o pleito podia ter tomado outro rumo. (...) E diga-se que o meu nome perdeu pontos por falta de dinheiro. Por exemplo, um núcleo forte como Santa Felicidade, que deixou de me dar apoio porque prometi o asfalto, se eleito fosse, enquanto Ney Braga iniciou o asfalto durante a campanha, através do Prefeito Ernani Santiago de Oliveira. Disse ao Padre construir o cinema, se eleito, enquanto o cinema lhe foi dado desde logo, pelo adversário.

Em Uberaba o Padre me garantiu que o bairro todo até a UDN estava ao meu lado e as suas porteiras estavam fechadas para o outro candidato. Certo dia disse-me o Padre depois de bons copos de vinho “sou um pecador, porque enquanto o senhor do PDC está no meu coração, o candidato do governo está no meu ‘bolso’, pois a capela que o senhor me prometeu, quando eleito, já está sendo construída.”

Assim me abandonaram as paróquias de Campo Comprido e outras tantas, uma a uma em troca de favores do governo. Ao que se deduz que

*o apoio do PSD a mim teria sido decisivo, porque a debandada do Clero, em favor do mais forte não teria acontecido.*⁹³

Depreende-se a influência que tiveram os sacerdotes no pleito. É certo que não se pode aceitar apenas a palavra, talvez ressentida mesmo depois de tanto tempo, de um candidato derrotado que buscaria justificar retroativamente seu desempenho nas urnas. Mas um rápido exame do orçamento do Estado de 1954 revela números que reforçam esta tese do dr. Portugal. O jornalista e candidato do PSD Pinheiro Junior já havia denunciado em artigo da “Gazeta do Povo”, em 19 de novembro de 1953, esta prática que pretendia influenciar os votos das igrejas e dos participantes dos times de futebol não só da capital.

Escrevendo sobre a proposta de orçamento votado pela Assembleia Legislativa para o ano de 1954 enquanto ainda detinha mandato legislativo, Pinheiro Junior destacou o cuidado dos deputados estaduais em:

(...) agradar aos presumíveis ou reais grandes eleitores. Distribuíram, porisso, cinco milhões de cruzeiros a igrejas e clubes de futebol, no pressuposto de que assim conquistariam à igreja ou, mais precisamente, ao vigário da paróquia e à mocidade das associações esportivas. O padre é tido pelo político com razão ou sem ela, como um dos mais eficientes cabos eleitorais. Nas colônias estrangeiras, principalmente, a sua opinião é acatada e o conselho rigorosamente seguido. (...) há de se surpreender com a responsabilidade que o Estado assumiu na

⁹³ Idem, pp.138-139.

*construção de igrejas em dezenas de municípios e também na manutenção de alguns clubes esportivos até aqui ignorados.*⁹⁴

Verificando a lei nº 1.414, de 16 de novembro de 1953, com a proposta de orçamento do Governo do Paraná para 1954, de fato podem ser encontrados registros na verba 707, Subvenções e Auxílios Diversos, da Secretaria de Educação e Cultura, que confirmam esta notícia e que podem ser resumidos na tabela a seguir.

Tabela 4 - Tipos de entidades subsidiadas pelo orçamento da Secretaria de Educação e Cultura, Governo do Paraná, em 1954.

Tipo de entidade	Quantidade
Clubes de futebol	91
Outros clubes esportivos	47
Igrejas e associações católicas	69
Entidades de outras religiões	5
Estabelecimentos de ensino católicos	50
Outros estabelecimentos de ensino	11
Associações profissionais	20
Entidades culturais	26
Outros / diversos	9
Total	328

Fonte: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA. **Orçamento do Estado do Paraná para o exercício de 1954**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1953. p.129 a 141.

⁹⁴ PINHEIRO JUNIOR, Alfredo. Dinheiro, eleições e candidatos. In: **Gazeta do Povo**. 19 de novembro de 1953. p.3.

Desta forma, fica patente que não apenas a Igreja-instituição teria influenciado os eleitores na eleição de outubro de 1954, mas também o Governo influenciou decisivamente os sacerdotes para que estes convencessem seus paroquianos a aceitar o candidato do próprio governo, cuja candidatura não tinha nenhum óbice em ser aceita por parte dos católicos, de acordo com as diretrizes da LEC. Também não foi à toa que um dos partidos que teve o maior número de candidatos referendados pela LEC foi justamente o do governador, o Republicano. As relações eram muito estreitas nesta época entre a Igreja e o Estado, entre o governador e o arcebispo.

Assim é que a Igreja teria participado da eleição do major Ney Braga, em outubro de 1954. Não houve, na verdade, um apoio explícito ao candidato em detrimento dos demais candidatos, mas uma série de fatos permitiu uma maior aproximação de Ney à Igreja para fazê-lo merecer os votos católicos.

Ney Braga havia sido o chefe de polícia de Bento Munhoz da Rocha Netto e também seu cunhado, pois era viúvo de seu primeiro matrimônio com Maria José, irmã do governador. Ney era de família tradicional da cidade paranaense da Lapa e seus pais eram também católicos fervorosos. Um de seus irmãos, João Lacerda Braga, sobre o qual já se falou neste trabalho, havia sido seminarista quase chegando à ordenação e mantendo, após seu afastamento, tal ligação com os movimentos da Igreja, que levaram Dom Manuel a indicá-lo como secretário da LEC. Outro irmão, Guilherme Lacerda Braga

Sobrinho, sempre foi igualmente envolvido em questões da Igreja local, chegando, muito mais adiante em 1980, a fazer parte da comissão que organizou a visita do papa João Paulo II a Curitiba. As atuações de Ney Braga frente à Chefatura de Polícia e anteriormente junto à caserna fizeram dele um nome viável para a prefeitura de Curitiba. Contava também, como já foi visto, com o apoio do governador Munhoz da Rocha.

Como já disse, fui oficial de educação física, diretor de atletismo do Clube Atlético Paranaense e conhecia o pessoal ligado ao esporte. Durante a Chefatura, tive mais contato com esse pessoal. (...) mas nunca havia pensado em ser candidato. Um dia, recebi uma visita de três vereadores aqui em casa. Eram o Myltho Anselmo, o “Carioca” (Menezes Caldas) e o Stival, de Santa Felicidade. Vieram me convidar para ser candidato à Prefeitura. Creio que foi o Ernani Santiago de Oliveira, prefeito nomeado pelo Bento, quem soprou no ouvido deles meu nome. Cada um era de um partido. Naquele tempo, não precisava ter partido para ser candidato. Eu não era filiado a nenhum. Pensei muito, conversei com a Nice e com o Bento, que me apoiaram. A eleição de Curitiba estava marcada para 3 de outubro de 1953 – quando eu era chefe de polícia. Mas com a proximidade das comemorações do centenário do Paraná, a Assembléia Legislativa achou melhor transferi-la para 1954. Foi uma emenda constitucional defendida pelo governador Bento Munhoz. (...)⁹⁵

⁹⁵ BRAGA, Ney. **Tradição e mudança na vida política**. Curitiba: Ed. do autor, 1996. pp.49-50.

Em seu livro de memórias, Ney Braga escreveu que baseou sua campanha para a prefeitura no contato pessoal com diversos setores da população curitibana. Sua organização eleitoral compunha-se em pequenos núcleos de cabos eleitorais ligados pessoalmente a ele ou a sua família. Esta maneira poderia ser encarada como simpática aos membros da Igreja, uma vez que se apoiava nas famílias e na defesa dos valores cristãos, de um pequeno grupo em que a amizade, a gratidão e o relacionamento pessoal eram valorizados. Prova disso foi o apoio da família Mazzarotto, entre tantas de Santa Felicidade, bairro de colonização italiana e profundamente católico.⁹⁶

Esta família já havia dado à Igreja o bispo de Ponta Grossa, Dom Antonio Mazzarotto e, mais tarde, seu irmão seria sagrado bispo auxiliar de Curitiba, Dom Jerônimo. Nesta ocasião, em 1957, somavam ainda mais dois padres (outro irmão dos bispos e um sobrinho), um seminarista, três irmãs freiras e uma sobrinha, também irmã de caridade. Dona Amália, matriarca da família, receberia a *Comenda Pro Ecclesia et Pontifice*, em 1955, por sua veneração religiosa e dedicação à Igreja.

A Liga Eleitoral Católica apoiou candidatos vitoriosos naquela eleição. Elegeram o prefeito de Curitiba, um dos dois senadores; 10 deputados federais (eram 14 vagas), de 14 indicados entre 52 candidatos em geral; 15 deputados estaduais (eram 44 vagas), de 103 indicados entre 323 candidatos. A tabela a seguir dá uma melhor visualização destes dados, especificamente sobre a LEC.

⁹⁶ BRAGA, p.61.

Tabela 5 - Candidatos da Liga Eleitoral Católica às eleições de 1954, por partido político.

Partido	Candidatos Dep. Federal	Candidatos Dep. Estadual
PDC	-	10 ¹
PL	-	4
PR	6	23 ²
PSD	5	20 ³
PSP	1	13
PST/PTN	-	1
PTB	3	8
UDN	5	24
TOTAL	20	103

Fonte: jornal **O Dia**, 02 de outubro de 1954. p. 8.

¹ - Um deles indicado como do PDC, pertencia ao PTB, pela relação do anexo 3, do TRE-PR.

² - Um deles indicado como do PR, pertencia ao PTB.

³ - Um deles indicado como do PSD, pertencia ao PSP.

A relação dos candidatos às eleições de outubro de 1954 apoiados pela LEC, quando confrontada com a relação dos deputados e suplentes divulgada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, oferece alguns elementos para análise da situação político-partidária.

De acordo com a tabela 6, que detalha um pouco mais a tabela 3, pode-se constatar que os partidos que mais ofereceram candidatos e que, portanto, teriam uma maior inserção na sociedade foram o PSD e o PTB. Acabaram seguidos pelo PR, que sendo o partido do governador, não chegou a atrair um grande número de interessados à Câmara Federal, apesar de fazê-lo à Assembleia Legislativa. O mesmo se passou com o PSP e a UDN. O PDC tinha uma pequena estrutura, que lhe permitiu apenas

lançar candidatos para o legislativo estadual, elegendo um só nome. O PL e a coligação entre o PST/PTN, liderada pelo jornalista Roberto Barroso do jornal "O Dia", tiveram pequena votação, não chegando a completar o coeficiente eleitoral mínimo, razão pela qual seus candidatos não tiveram divulgados seus votos pelo TRE-PR.

Tabela 6 - Candidatos a deputados federal e estadual às eleições de 1954, por partido político, destacando os eleitos, os suplentes e os que foram indicados pela Liga Eleitoral Católica.

Partido	Candidatos a Deputado Federal						Candidatos a Deputado Estadual					
	Total Cand.	Eleitos	LEC	Supl.	LEC	Total LEC	Total Cand.	Eleitos	LEC	Supl.	LEC	Total LEC
PDC	1	-	-	-	-	-	35	1	-	34	9	9
PL	*	-	-	-	-	-	*	-	-	-	4 ¹	4
PR	8	2	2	6	4	6	52	7	5	45	17	22
PSD	15	4	2	11	3	5	57	10	2	47	17	19
PSP	7	1	1	6	-	1	59	7	1	52	13	14
PST/PTN	*	-	-	-	-	-	*	-	-	-	1 ²	1
PTB	16	4	2	12	1	3	60	11	2	49	8	10
UDN	6	3	3	3	2	5	60	8	5	52	19	24
TOTAL	52	14	10	38	10	20	323	44	15	279	88	103

Fontes: jornal "O Dia", de 02/10/1954 (Anexo 2) e Relação de Candidatos do TRE-PR (Anexo 3).

* O PL e o PST/PTN não conseguiram o coeficiente eleitoral mínimo, não tendo seus resultados divulgados pelo TRE-PR.

¹ O PDC não ofereceu candidatos para a Câmara Federal nesta eleição.

² Esses candidatos são nominados apenas pela relação de apoiados pela LEC.

Pode-se perceber também que os partidos aliados tiveram a maior porcentagem de candidatos apoiados pela LEC. O PR teve mais de 47% de seus candidatos subscrevendo as teses da Liga. A UDN teve 44% e o PSP, 23%.

No PDC, dentre os 35 candidatos que se apresentaram, nove tiveram seus nomes divulgados pelo edital da LEC. O interessante é que o único que se elegeu deputado estadual não estava entre eles. Isso mostra, por um lado, que o Partido Democrata Cristão não tinha o respaldo da Igreja no Paraná – e, no Brasil, a situação era menos confortável ainda – que seus congêneres na Europa. Por outro, mostra que proporcionalmente poucos de seus candidatos (26%) se preocuparam em obter apoio dos católicos através da Liga Eleitoral.

O PSD, partido tradicionalmente ligado às oligarquias, tinha um terço de seus candidatos apoiados pela LEC, enquanto o PTB, com suas raízes mais populares, no sindicalismo de Vargas, contava com apenas 17% de candidatos apoiados pelos católicos. Esses números fazem pensar que a estrutura de apoio ao governo procurou mais que os outros partidos o endosso da LEC aos seus candidatos.

Com toda esta estratégia de articulação, Bento Munhoz da Rocha Netto logrou fazer uma grande base nos legislativos federal e estadual. Ao somarem-se os eleitos pelo PR, PSP e UDN, tem-se uma proporção de 79% dos deputados federais como aliados do governo, enquanto que na Assembleia estadual este montante chega a 50%, sem se considerar o PTB que entrou dividido na disputa, com considerável parte de sua bancada ao lado da situação governista.

O desempenho dos candidatos apoiados pela LEC para o executivo de Curitiba foi igualmente importante. Ney Braga (PSP/PR), João Cid Portugal (PDC) e Manoel Aranha (UDN) fizeram um total de 23.995 votos, num universo de 64.210 votantes, ou seja, quase 38% dos votos para prefeito municipal. Com a votação individual de

18.327 votos, Ney Braga elegeu-se com 29% dos votos válidos do eleitorado curitibano.

A LEC não foi tão eficiente, no entanto, no que diz respeito ao absenteísmo: naquela eleição, dos 33.030 votantes inscritos no Tribunal Eleitoral perto de 34% dos eleitores deixaram de comparecer às urnas. O TRE-PR registrava 97.240 eleitores habilitados ao voto em 4 de setembro de 1954.⁹⁷ Este fato pode ser creditado à chuva miúda e fria que se abateu sobre a capital do Paraná no domingo, 3 de outubro de 1954. Mas, de qualquer forma, um terço dos eleitores não atendeu ao chamamento da Liga Eleitoral Católica para que não se furtassem ao dever do voto.

Uma última observação se faz pertinente sobre os candidatos neste pleito. Na relação de candidatos apoiados pela LEC não pode ser encontrada nenhuma mulher, apesar dos inúmeros apelos para que estas assumissem seu papel na defesa dos interesses da Igreja.

Poucas mulheres, três apenas, candidataram-se ao cargo de deputado estadual em 1954. Foram elas: Eolina de Paula Xavier (PR - 201 votos); Maria Aparecida Taborda França (PSD - 563 votos) e Walkíria Moreira da Silva Naked (PTB - 76 votos). Ao que se depreende, o apoio que se esperava das mulheres católicas limitava-se ao voto que dariam a um homem que pudesse atender às solicitações da Liga Eleitoral Católica.

Não que se esperasse por parte da LEC um comportamento só muito mais tarde considerado progressista: o de mulheres participando

⁹⁷ Mapa Geral das Eleições realizadas em 3 de outubro de 1954. TRE-PR. Vide íntegra deste mapa no anexo 3.

da vida política, ou se manifestando em assuntos que dissessem respeito à órbita dos interesses masculinos. De toda a maneira, este fato reforça a compreensão de alguns traços do pensamento católico da época. Mas o simples apelo às Filhas de Maria para que divulgassem a Liga Eleitoral Católica, apoiando seus candidatos e as atividades de alistamento de eleitores no comitê da Liga, já era um passo importante no que diz respeito à inserção da mulher comum na esfera pública no Brasil da época.

Por outro lado, algumas figuras femininas participaram mais intensamente naquela campanha eleitoral. Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, esposa do governador Bento Munhoz da Rocha Netto era, na década de 50, colaboradora regular de “O Estado do Paraná”, jornal favorável ao governo do estado. Dona de casa e escritora, com uma atuação normalmente discreta e decidida no papel de primeira dama, deu uma ajuda considerável à candidatura de Ney Braga à Prefeitura, com um artigo publicado no dia 12 de setembro de 1954. Seu texto, leve e bem escrito, trouxe consigo uma polêmica que a fez suspender a coluna que mantinha no periódico.

No artigo intitulado “As Nossas Senhoras”, Dona Flora conversava com suas empregadas na cozinha de sua casa sobre qual das representações de Nossa Senhora seria a mais poderosa, que atendesse mais aos pedidos dos fiéis, quando inseriu o seguinte comentário:

Quase lhes contei que quando rezo na igreja mais próxima, digo assim: “Minha Nossa Senhora faça com que o Ney seja eleito Prefeito. Veja só, Boa Mãe, se já é dureza governar auxiliado por amigos, já pensou dos transtornos e pugilatos com um Prefeito que venha se instalando com o intuito pré-concebido de contrariar e combater o Governador. De mais

*a mais não é assim um tão imenso favor, pois a Senhora sabe, melhor que nós, o quanto o Ney é merecedor – criterioso, trabalhador, inteligente, bem educado, bem intencionado, bem equilibrado.*⁹⁸

Seu artigo provocou a reação de Berenice Martens (ou de alguém que tenha escrito em seu nome), no jornal “O Dia”, de franca oposição ao Governo, uma vez que pertencia ao candidato Roberto Barroso, do PTN, que o usava de forma aberta para fazer sua própria campanha, enquanto desfazia dos acontecimentos que pudessem ajudar o candidato oficial. Na edição de 18 de setembro seguinte,⁹⁹ a articulista dizia:

Não sou muito de interferir em assuntos caseiros, filosóficos, ou agiológicos, ou, ainda, em casos que digam respeito aos atos públicos e particulares de quem como a Senhora Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, deveria guardar mais um pouquinho de discrição, ao menos pelas funções que lhe são atribuídas, como primeira dama do Estado.

(...) não posso silenciar meu protesto contra a aberta propaganda oficial que representa o artigo da Exma. Snra. Munhoz da Rocha em benefício de um candidato doméstico.

(...) Tôdas nós, mulheres paranaenses, censuramos com veemência, a insinuação de Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha, que constitue pelo seu arrazoado verdadeira ofensa à Mãe DO CÉU, pois da excelsa SENHORA a colunista de “O Estado do Paraná” solicita proteção as suas estrelas políticas, às suas favoritices, como que necessitado de es-

⁹⁸ MUNHOZ DA ROCHA, Flora Camargo. As Nossas Senhoras. In: **O Estado do Paraná**. Curitiba: 12 de setembro de 1954. p.5.

tender-se e dilatar-se nesta côrte oligarca e desmandada; a apresentar a figura de seu concunhado – até aqui um ilustre desconhecido na coletividade curitibana – como digno da proteção oficial a ser elevada a curul preferível. E faz isso com calculada simplicidade e singeleza inimitável. (...)

E finalmente, como curitibana, espôsa e mãe de paranaenses, suplico-lhe Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha: não dê palpites inoportunos e nem vá cacetejar com as suas impertinências e caprichos a SENHORA DO CÉU (...).

Curitiba, 18 de setembro de 1954, a) Berenice Martens

Posteriormente, em seu livro de memórias, Dona Flora transcreve parte do artigo, com texto ligeiramente modificado, mostrando o apoio que o governador Bento e ela própria haviam emprestado à candidatura do cunhado para a Prefeitura de Curitiba, em 1954, sendo depois desapontados, quando Ney trabalhou contra a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Netto para o Senado, em 1962, ocasião em que Ney Braga detinha o governo do Paraná, fazendo campanha para a “dobradinha” Amaury/Adolfo.¹⁰⁰

Essa combinação de fatos – apoio material e político, do governo do estado e da prefeitura da capital; relacionamento familiar entre Bento Munhoz da Rocha Netto e Ney Braga; a proximidade de suas respectivas famílias com a Igreja Católica; uma eficiente

⁹⁹ MARTENS, Berenice. Carta aberta a Dona Flora Camargo Munhoz da Rocha. In: **O Dia**. Curitiba: 18 de setembro de 1954. p.8.

¹⁰⁰ MUNHOZ DA ROCHA, Flora Camargo. **Entre sem bater**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998. pp.104-105.

estratégia de apoio nas bases de diversos partidos políticos; a força de mobilização da Liga Eleitoral Católica e da Igreja em Curitiba – fez, ao que tudo indica, que a conscientização política originalmente objetivada pela LEC se transformasse em opinião eleitoral, no apoio explícito a um candidato que assegurasse a vitória dos princípios cristãos.

A Liga Eleitoral Católica chegava mais uma vez ao poder, ajudando a instalar na prefeitura da capital um político confiável aos olhos das pessoas que transitavam junto à hierarquia da Igreja: cabia administrá-lo.



Foto 4 - Posse de Ney Braga como prefeito de Curitiba, em 15 de novembro de 1954. Era o primeiro mandato eletivo de um político que ficaria no poder por mais de 40 anos no Paraná. Acervo: Ney Braga.

Conclusão

O período da história do Brasil entre a queda de Vargas, em 1945, e o golpe militar, em 1964, é consagrado na historiografia brasileira como “República Populista”. Ao adotar tal conceito, que busca recobrir todas as experiências políticas desta conjuntura, minimiza-se a importância dos quase vinte anos em que se buscou o aperfeiçoamento político-partidário, ainda que imperfeito e eivado de clientelismo, demagogia e oportunismo daqueles que, ligados aos partidos grandes e tradicionais, buscavam sua perpetuação no poder após a ditadura do Estado Novo. Apesar disso, a sociedade se organizou em torno dos sindicatos, associações e mesmo dos partidos políticos, estreitando os vínculos entre a sociedade civil e a sociedade política. Espera-se que estas páginas tenham mostrado um pouco da riqueza de que se revestiram as relações da população brasileira com suas instituições, em particular entre a Igreja Católica e o poder no governo do Paraná.

Apoiada na concepção de uma cristandade universal, que se remonta à Idade Média, a Igreja Católica acreditava no seu papel de condutora dos destinos espirituais das populações dos países em que ela se inseria. Acreditava-se igualmente responsável pela moral e a ética destas mesmas sociedades, pois a todo um conjunto de crenças espirituais corresponderia uma prática social. Sua atuação no campo social, no entanto, fundamentava-se na assistência que pudesse dar ou fizesse dar aos menos amparados pela Providência Divina.

A Igreja Católica da década de 1950 no Brasil era aquela em que grupos defendiam sua visão de mundo consoante com sua atuação enquanto pastores dos fiéis católicos. Os grupos dentro da hierarquia articulavam-se entre os *tradicionalistas*, os *modernizadores conservadores* e os *reformistas*. Pelo exposto nas páginas precedentes, é de se considerar a Igreja no Paraná como componente da ala dos *modernizadores conservadores*, uma vez que sua estratégia política aproximava-se daquelas empreendidas ainda na década de 1930 pelo Cardeal Leme, de influência junto aos governantes, políticos, intelectuais e às camadas médias urbanas.

Não se tratou, no entanto, de um isolamento das questões sociais, uma vez que ainda assim tal posição representava um avanço em relação à prática anterior. Era, de toda a forma, condizente com o modelo de modernização empreendido pela sociedade brasileira, tanto no nível federal, quanto no nível estadual. A prática de Ney Braga e do seu grupo político nos governos que se seguiram, revelaram a adoção de muitas posições defendidas pela cúpula da Igreja, traduzindo-se em políticas de governo voltadas ao atendimento dos problemas sociais das populações ao seu encargo. Desta forma, é possível se falar na influência da Igreja Católica na condução dos destinos da sociedade brasileira. Nas palavras de Ney Braga, em seu livro de memórias, *Tradição e mudança na vida política*, ao comentar sobre esta influência, que se intensificaria com o Concílio Vaticano II:

Na década de 60 nenhum político considerava bem arrematado um discurso sem alguma citação de Pacem in terris ou Mater et magister, as duas encíclicas do Papa João XXIII. Em consequência disso a participação do Estado deixou de ser exclusivamente voltada para o econômico. A proposta do PDC era transferir imediatamente os resultados do desenvolvimento para o campo social, com um conjunto de políticas voltadas para o bem-estar do homem dentro da democracia. (...) Era uma visão cristã da vida.

Os resultados das eleições para a Prefeitura de Curitiba, para a Assembleia Legislativa, Câmara e Senado Federal, bem como o grande número de abstenções em 1954, mostram, no entanto, que a hierarquia da Igreja supunha uma força maior do que a que se demonstrou. Por outro lado, as notícias de que ela denunciaria os políticos que, tendo se comprometido, não cumprissem com seus deveres para com os princípios da LEC, mostra que não havia uma tão grande preocupação com os possíveis apoios que a Igreja pudesse gerar. Não que se desprezasse esse apoio, mas talvez ele não tenha sido tão decisivo.

De qualquer forma, é importante notar que, com esta prática, a Igreja Católica se propôs a atacar dois grandes problemas sentidos na época: o absentéismo nas eleições e o voto fisiológico, por motivos menores. Mesmo que baseasse sua campanha na defesa de interesses de um setor da sociedade – o dos católicos, que ao ver da hierarquia, tratava-se da ampla maioria da população. Seu trabalho visava, segundo ela própria, uma conscientização maior do eleitorado, com a valorização do papel dos eleitores, chamando-os a

defender a lisura do processo, ao não permitir que candidatos considerados não adequados se elessem, prejudicando assim a qualidade dos membros dos poderes legislativo e executivo, frente ao trabalho que deveriam empreender pela melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, dentro dos preceitos cristãos.

Todo o exposto neste livro faz crer que a Igreja Católica considerava lutar com todas as suas armas pela moralização da política e pela defesa de seus interesses, que acreditava serem os mesmos da sociedade brasileira. Se, por um lado, buscou trabalhar para mobilizar decididamente a opinião pública dos católicos pela participação política nas eleições em favor dos candidatos apoiados por ela, por outro, através de sua hierarquia, conduziu negociações no encaminhamento das questões que considerava importantes para a manutenção e o crescimento do Reino de Deus, no que diz respeito ao estado do Paraná. Ao combater os movimentos anticatólicos, como o espiritismo, a maçonaria e o comunismo e o mal que, considerava, seria trazido pela adoção de políticas contra a família, caso fosse aprovado o divórcio, agiam de acordo com sua visão de mundo.

Como já foi salientado no início deste trabalho, a Igreja compreendia sua missão junto à sociedade de uma maneira que incluía seus aspectos políticos e morais, ambos igualmente importantes para a salvação dos fiéis. Não havia, de fato, uma oposição destas duas facetas: era de todo impossível separar a moral da política e para isto se pregava uma “política cristã”, na qual se equilibraria as necessidades coletivas e as do indivíduo. A aliança entre o poder temporal do

Estado e o poder espiritual da hierarquia da Igreja era fundamental para se alcançar os objetivos de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Dom Manuel da Silveira D’Elboux teve na LEC um instrumento de conscientização política dos católicos que, somando-se às demais estratégias de mobilização e animação dos fiéis, permitiu que a Igreja Católica em Curitiba e no Paraná vivesse, durante os vinte anos em que ele permaneceu à frente da Cúria, uma época de ouro, de grande expansão e consolidação do seu papel junto à sociedade paranaense, revertendo o esvaziamento verificado no fim da década de 1940 e o início da de 1950.

De certa forma, pode-se considerar que a Arquidiocese de Curitiba reproduzia tardiamente as estratégias adotadas pelo Cardeal Dom Sebastião Leme na década de 30, revivendo no Paraná, nos anos 50, os mesmos elementos que fizeram com que o presidente Getúlio Vargas atendesse às reivindicações da Igreja Católica.

Agindo assim, logrou a Igreja Católica atuar precocemente em alguns temas que só mais tarde fariam parte da agenda política do país. É o caso da participação feminina no apoio, alistamento e voto em candidatos referendados pelos católicos, mesmo que isso representasse uma posição secundária em relação aos homens, a quem caberia a condução dos princípios cristãos junto aos poderes executivo e legislativo em geral.

A proposta de se divulgar nomes de políticos que “traíssem” os compromissos assumidos – as promessas de campanha – também

trazia para a arena política o respeito por princípios éticos, até então pouco levados em consideração pelos candidatos, em sua maioria mais afetos a interesses fisiológicos. Da mesma maneira, a defesa de um debate político-eleitoral calcado no apoio a programas e princípios, e não apenas em pessoas, era uma inovação no cenário nacional, precedido apenas pelas práticas dos partidos mais ideológicos, como o comunista e o socialista.

Ao apelar para estes princípios, a Igreja buscava resgatar o processo político e eleitoral no Brasil, a fim de que uma nova safra de homens públicos pudesse trazer aos cidadãos brasileiros, católicos em sua maioria, o bem-estar social que o Estado devia promover para fazer uma sociedade mais justa e mais condizente com os preceitos cristãos de uma ordem social.

Bibliografia

ALVES, Márcio Moreira. **Igreja e política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARQUIDIOCESE DE CURITIBA. **Anuário estatístico 1992-1996**. Curitiba: Vicentina, 1997.

_____. **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**. Curitiba: s/ed., 1948 a 1957.

_____. **1º Congresso Eucarístico Provincial do Paraná**. Curitiba: 1953.

_____. Cúria Metropolitana de Curitiba, **Boletins Eclesiásticos**, Curitiba, 1948/1957.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

AZEVEDO, Thales de. **Igreja e Estado em tensão e crise**. São Paulo: Ática, 1978.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. pp. 185-211.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. III O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964) Livro II - Igreja, Educação e Cultura. pp. 273-380.

_____. **A Igreja no Brasil**. De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: EdUnb, 1997. 2 volumes.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. 5ª ed. pp. 137-151.

- BRAGA, João Lacerda. **Discurso para Comício da LEC**, 25/09/1954.
- _____. Prestigiemos a Liga Eleitoral Católica. In: **Boletim da Federação da Congregação Mariana de Curitiba**. Ano XII, nº 10, outubro de 1953.
- _____. Entrevista. In: CONGREGAÇÃO MARIANA de N.S. de Fátima e São Gabriel da Virgem Dolorosa. Matriz de Santa Terezinha. **A Voz Mariana**. Curitiba, Ano I, nº 10, agosto e setembro de 1953.
- BRAGA, Ney. **Tradição e mudança na vida política**. Curitiba: Ed. do autor, 1996.
- BRANDÃO, Berenice Cavalcanti. **O movimento católico leigo no Brasil**. Niterói: UFF, 1975. Dissertação de mestrado.
- BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARNEIRO, David e VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná**. 1889 - 1994. Curitiba: Banestado, 1994.
- CHACON, Vamireh. **História dos partidos políticos brasileiros**. Brasília: EdUnb, 1985. 2ª ed.
- CHÂTELET, François e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **As concepções políticas do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CNBB. **Reestruturação da LEC**. Rio de Janeiro, s/d. Mimeografado.
- CNBB / GRERE. **O ensino religioso**. São Paulo: Paulinas, 1987. Coleção Estudos da CNBB. v. 49.
- CONGREGAÇÃO MARIANA de N.S. de Fátima e São Gabriel da Virgem Dolorosa. Matriz de Santa Terezinha. **A Voz Mariana**. Curitiba, Ano I, nº 10, agosto e setembro de 1953.
- COSTA, Odah Regina Guimarães. **60 anos de caminhada da Arquidiocese de Curitiba**: 1926 - 1986. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1986.
- COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996. pp. 331-363.
- DIÁRIO DO PARANÁ, Jornal, Curitiba, 1954.

- DIAS, Romualdo. **Imagens da ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: EdUNESP, 1996.
- ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- FEDALTO, Pedro. **A Arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba: s/ed., 1958.
- FEDERAÇÃO MARIANA FEMININA. **Salve Maria**. Curitiba, ano IV, nº 33, set. de 1954.
- FEDERAÇÃO DA CONGREGAÇÃO MARIANA. **Boletim**. Curitiba. Ano XII, nº 10, outubro de 1953.
- FLEISCHER, David (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. Brasília: EdUnb, 1981.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 1930-1983. Rio de Janeiro: Forense-Universitária-FINEP, 1984.
- GAZETA DO POVO, Jornal, Curitiba, 1953/1954.
- GIRARDET, Raol. **Mitos e mitologia política**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. **A JUC**: os estudantes católicos e a política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HENZE, Hans Herbert M. **O Centro Dom Vital**: Igreja, sociedade civil e sociedade política no Brasil. (1939-1945). Niterói: UFF, 1995. Dissertação de mestrado.
- HORTA, Luiz Paulo (coord.). **Sagrado e profano**: XI retratos de um Brasil fim de século. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- IGLÉSIAS, Francisco. **História e Ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- IPARDES. Fundação Édison Vieira. **Sobre política paranaense**. Curitiba: IparDES, 1989.

- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 3ª ed.
- JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, J. e NORA, P. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- KUCINSKI. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- LEÃO XIII. **Quod Apostolici Muneris**. 28 de dezembro de 1878. Edição consultada: Vozes, 1951. Documentos Pontifícios nº 17.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **A Igreja católica no Brasil e o regime republicano**. São Paulo: Loyola/CEPEHIBE, 1990. Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil - nº 9.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. (1916-1985) São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARCHI, Euclides. **A Igreja e a questão social: o discurso e a praxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. São Paulo: USP, 1989. Tese de doutoramento.
- _____. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba: Associação Paranaense de História – APAH, Ano 10, números 18 e 19, junho e dezembro de 1989. pp. 213-233
- MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero aos nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1996. vol. III - A era do liberalismo.
- _____. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1997. vol. IV - A era contemporânea.
- MELLO, Orlando de Oliveira. A Ceia do Senhor. In: **O Estado do Paraná**. Curitiba: 10 de junho de 1954. Coluna Religiões e Cultos – Catolicismo.
- MUNHOZ DA ROCHA, Flora Camargo. **Entre sem bater**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.
- O DIA, Jornal, Curitiba, 1954.
- O ESTADO DO PARANÁ, Jornal, Curitiba, 1954.

- OFFE, Claus. A democracia partidária competitiva e o *Welfare State* keynesiano: fatores de estabilidade e organização. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PIERUCCI, Antonio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PIERUCCI, Antonio F.; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido P. F. Igreja católica: 1945 – 1970. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. III O Brasil Republicano. 4. Economia e Cultura (1930-1964) Livro II - Igreja, Educação e Cultura. pp. 345-380.
- PIO XI. **Encíclica Divini Redemptoris**. 9 de março de 1937. Edição consultada: Leituras Catholicas, Escolas Profissionais Salesianas, agosto de 1937. n° 567.
- PORTUGAL, João Cid de Macedo. **Memórias e reflexões**. Curitiba: Lud, 1995.
- QUEIROGA, Pe. Gervásio F. **CNBB comunhão e corresponsabilidade**. São Paulo: Paulinas, 1977.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. A significação do Paraná. In: A Ordem. Rio de Janeiro, 5 (6): 10-18, abr. 1930, p. 11. Apud AMADIGI, Fausto R. **Legislação florestal no Paraná: a “preocupação ecológica” de Romário Martins**. Curitiba: UFPR, 1999. Monografia de conclusão de curso de História.
- SACHS, V. et al. **Brasil & EUA. Religião e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- SALEM, Tânia. **Do Centro Dom Vital à PUC**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979. Monografia.
- SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes, 1979.
- TANGERINO, Márcio. **A política na Igreja do Brasil**. Campinas: Alínea, 1997.

- TODARO WILLIANS, Margareth. The politicization of the brazilian catholic church. The Catholic Electoral League. In: **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**. Miami, USA: University of Miami, August of 1974. v. 16, n. 3. pp. 301 - 325.
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Livro de Atas**. Curitiba, 1954.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro: Nov. de 1953.
- TRINDADE, Hégio. **Integralismo**. São Paulo: Difel, 1974.
- VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o PDC. In: **Cadernos CEDEC**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- VILLAÇA, Antonio C. **História da questão religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.
- WEST, Morris. **A eminência**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

Anexos

Anexo 1 - Manifesto CNBB (setembro de 1954)

Publicado no jornal "Gazeta do Povo", em 28 de setembro de 1954, p.3.

MANIFESTO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil reunida em Aparecida do Norte sob a maternal e fecunda proteção da excelsa Mãe e Padroeira, cujo primeiro Congresso Nacional vem ser celebrado com exuberantes frutos espirituais, endereça neste momento a todo o povo brasileiro êste Manifesto, que pretende refletir as gravíssimas apreensões como outrossim as luminosas esperanças de que se acha possuído o Episcopado nacional.

Não está nas cogitações da CNBB indigitar aos católicos e pessoas bem avisadas todos os problemas que, na presente hora, assoberbam as solitudes pastorais do Episcopado, exigindo de Pastores e fiéis atitudes enérgicas e desassombradas na defesa dos sacrossantos direitos de Deus e das inauferíveis riquezas sobrenaturais que o Salvador nos propicia pela sua Igreja. Não há negar que forças perversas, ora ocultas ora manifestas, consertam planos para confundir, ilaquear e explorar as consciências dos católicos que, mênção de Deus, constituem a maioria de nosso eleitorado, na ânsia incontida de se apoderarem da Pátria, reduzindo a escombros todo o seu patrimônio cristão. De modo singular e vesânico dirigem suas invectivas contra a conceituação e estruturação sacral da Família, radicada na unidade e indissolubilidade tanto natural quanto sobrenatural do Matrimônio. São inúmeros os agentes criminosos desta campanha inglória e anti-patriótica, desde os desregramentos das modas e a obscenidade das revistas, filmes e programas televisionados, até as agências de perversão moral mantidas pelas casas de tolerância e a sistemática campanha divorcista

levada a efeito, por mais estranho que pareça, por legisladores que deviam, antes de tudo, respeitar a lei eterna de Deus, a Carta Magna do país e à vontade do povo católico brasileiro.

Cumpre-nos acentuar – a CNBB o faz com apostólica veemência – a excepcional responsabilidade de que se revestem as próximas eleições. A nenhum católico deve passar despercebido o quanto de sobrenatural firmeza ou de abjeta traição implica a votação secreta nos regimes democráticos. Temos de nos aproximar das urnas plenamente convictos da posição e das responsabilidades que nos cabem dentro do Corpo Místico da Igreja e do organismo jurídico da nação. O voto nos coloca diante de irrefutáveis problemas que emergem dos ditames insopitáveis da consciência cristã projetando-se na órbita intangível da justiça, para eclodirem numa autêntica definição de amor ou de traição à própria verdade. Impende declarar que se tornaria réu de gravíssimo pecado contra Deus e de inqualificável perfídia contra a Pátria e a Família quem viesse a aderir a Partido político ou a sufragar candidatos notoriamente partidários da heresia divorcista, que é ao mesmo tempo execrável câncer social.

Todo cidadão honrado deve comparecer às urnas para fazer de seu voto uma expressão corajosa de sua Fé e testemunhar seu repúdio aos corruptores da Família que na verdade se identificam com os vendilhões da Pátria. Pois, quem mercadeja a honra, a santidade e a indissolubilidade dos lares está, por isso mesmo, prostituindo o nome e o patrimônio espiritual da nação. Urge, portanto, que os eleitores católicos se pronunciem através do voto senão depois de meticolosas e imparciais indagações sobre as qualidades de cultura e de caráter, assim como sobre as atividades públicas anteriormente exercidas por todos e cada um dos candidatos e sua posição em face dos postulados defendidos pela Liga Eleitoral Católica. Após tudo isso, o eleitor católico dará o seu voto aos candidatos que no foro da consciência lhe parecem, pelo conjunto das qualidades averiguadas, mais dignos e aptos para os diversos mistéres públicos.

Outras considerações e outros interesses embora dignos, porém de menor valia, como seja, os de âmbito puramente local, ou regional, os de caráter meramente

partidário e os de esfera sentimental e psicológica têm que ser postergados quando estão em jogo os sagrados direitos de Deus, da Família e da Pátria.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil invoca mais uma vez as bênçãos maternais de Nossa Senhora Aparecida sobre êste apostólico e paternal apêlo, afim de que o mesmo venha a repercutir na consciência de todos os brasileiros dignos e colime o seu objetivo a saber: conduza todos os nossos eleitores a procederem cristã e patrioticamente nas próximas eleições.

Aparecida, 11 de setembro de 1934 (*sic*).

Anexo 2 - Relação de candidatos da LEC no Paraná, em 1954

Publicada no jornal "O Dia", sábado, 2 de outubro de 1954, p.8. Foram acrescentados os números de votos dados pelo TRE-PR referentes aos resultados da eleição e à situação final.

CANDIDATOS INDICADOS PELA L.E.C. PARA 3 DE OUTUBRO

Cargo	Nº	Nome candidato	Partido	Nº Votos	Situação
PREFEITO	1	João Cid Portugal	PDC	4.567	
	2	Manoel Aranha	UDN	1.101	
	3	Ney Braga	PR e PSP	18.327	Eleito
			TOTAL	23.995	
SENADORES	1	Arthur Santos	UDN	-	
	2	João A. Rocha Loures	PL	-	
	3	Moysés Lupion	PSD	162.814	Eleito
DEPUTADOS FEDERAIS	1	Albino Silva	PR	3.102	
	2	Heraldo Vidal Correia	PR	5.258	
	3	Josino A. Rocha Loures	PR	12.392	Eleito
	4	Lauro G. Portugal Tavares (<i>Loures</i>)	PR	9.916	Eleito
	5	Menoti Caprilhone	PR	5.062	
	6	Peregrino Dias da Rosa Filho	PR	4.414	
	7	Antonio Chalbaud Biscaia	PSD	6.855	
	8	Arésio Xavier de Miranda	PSD	812	
	9	Benjamin de Andrade Mourão	PSD	12.768	Eleito
	10	Oswaldo Queiroz Guimarães	PSD	1.455	
	11	Pedro Firman Neto	PSD	14.622	Eleito
	12	Luiz Carlos Tourinho	PSP	32.322	Eleito
	13	Antonio Babi	PTB	13.960	Eleito
	14	Cid Campêlo	PTB	11.136	Eleito
	15	Manoel Ribas	PTB	4.208	
	16	Bronislau Ostoja Roguski	UDN	14.713	Eleito
	17	Hugo Cabral	UDN	19.037	Eleito
	18	Laertes de Macedo Munhoz	UDN	13.454	
	19	Mário Montanha Teixeira	UDN	5.925	
	20	Newton Carneiro	UDN	20.107	Eleito
		TOTAL			

Cargo	Nº	Nome candidato	Partido	Nº Votos	Situação
DEPUTADOS ESTADUAIS	1	Antonio Alves Neves	PDC	138	
	2	Artur de Sá Ribeiro	PDC	273	
	3	Eduardo Elias Tomé	PDC	14	
	4	Esmeraldo Leandro	PDC	414	
	5	João Mazaroto	PDC	588	
	6	José Alexandre de Souza Negrini	PDC	334	
	7	Lauro Zak	PDC	596	
	8	Luis Anibal Calderari	PDC	244	
	9	Lupércio Soares	PTB	1.548	
	10	Valentim Mileni (<i>Milani</i>)	PDC	433	
	11	Alcebiades Muniz	PL	Não disp.	
	12	Allyrio de Jesus Dipp	PL	Não disp.	
	13	José Guimarães França	PL	Não disp.	
	14	José Pinheiro de Proença	PL	Não disp.	
	15	Antonio Giacomasi	PR	1.014	
	16	Antonio Martins Franco	PR	10	
	17	Antonio Teolindo Trevisan	PR	1.733	
	18	Bartolomeu Cassou Junior	PR	791	
	19	Chafic Curi	PR	3.612	Eleito
	20	Edgar de Albuquerque Maranhão	PR	114	
	21	Eolina de Paula Xavier	PR	201	
	22	Fernando Baraúna Moreira	PR	486	
	23	Francisco Brito de Lacerda	PR	433	
	24	Jamidas Antunes Rodrigues	PR	310	
	25	Jeferson Santiago	PTB	1.917	
	26	João Ferreira Pimpão (<i>José</i>)	PR	990	

Cargo	Nº	Nome candidato	Partido	Nº Votos	Situação
DEPUTADOS ESTADUAIS	27	José Mendes de Araújo	PR	1.211	
	28	Manoel Vicente de Oliveira Melo	PR	727	
	29	Mário Braga Gomes	PR	714	
	30	Nemésio Heusi	PR	892	
	31	Nicanor de Vasconcelos Souza	PR	2.616	Eleito
	32	Nilton Batista Ribas (<i>Nilson</i>)	PR	3.550	Eleito
	33	Oscar Lopes Munhoz	PR	2.982	Eleito
	34	Paulo Camargo	PR	3.158	Eleito
	35	Sebastião Darcanchi	PR	1.029	
	36	Sylvino Alves da Rocha Loures	PR	1.300	
	37	Vespertino Ferreira Pimpão	PR	1.752	
	38	Abílio Holzmann	PSD	1.138	
	39	Ari da Costa Silva	<i>PSP</i>	222	
	40	Augusto Toaldo Túlio	PSD	1.487	
	41	Edgar Bezerra Valente (<i>Sponholz ?</i>)	PSD	1.811	
	42	Ernesto Moro Rodeski (<i>Redeschi</i>)	PSD	2.808	Eleito
	43	Gervásio Morales	PSD	1.881	
	44	Humberto Maluceli	PSD	2.565	
	45	Iraci Ribeiro Viana	PSD	2.073	
	46	João Batista Alberto Gnoato	PSD	1.243	
	47	João Oliveira Junior	PSD	761	
	48	José Eduardo Nennig (<i>Hennig</i>)	PSD	1.520	
	49	Júlio Junqueira	PSD	2.155	
	50	Lourival Portela Natel	PSD	715	
51	Mário Faraco	PSD	2.891	Eleito	
52	Máximo Pinheiro Lima	PSD	1.051		

Cargo	Nº	Nome candidato	Partido	Nº Votos	Situação
DEPUTADOS ESTADUAIS	53	Nelson Rosário	PSD	859	
	54	Nívon Weigert (<i>Nívon Waigart</i>)	PSD	1.264	
	55	Osear Pacheco (<i>Oseas</i>)	PSD	1.139	
	56	Otaviano Rolim de Moura	PSD	367	
	57	Virgílio Moreira	PSD	1.336	
	58	Alfredo Loureiro Junior	PSP	290	
	59	Arildo José de Albuquerque	PSP	823	
	60	Carlos Ribeiro da Silva Filho	PSP	1.181	
	61	Dario Betega	PSP	836	
	62	Elió Duarte Dias	PSP	1.196	
	63	Faustino Fávoro	PSP	1.101	
	64	Francisco Cortezi	PSP	141	
	65	Jahir Leal	PSP	1.250	
	66	João Chede	PSP	2.550	Eleito
	67	José E. Ericksen Pereira	PSP	915	
	68	Lincoln da Cunha Pereira	PSP	2.006	
	69	Luis Alberto Dalcanale	PSP	1.853	
	70	Sílvio Asineli	PSP	1.037	
	71	Lourival M. Miranda	PST e PTN	Não disp.	
	72	Ciro Ibira de Barros	PTB	1.675	
	73	Gustavo Kusa (<i>Kuss</i>)	PTB	1.253	
	74	José Hoffmann (<i>João</i>)	PTB	2.165	
	75	Libânio Estanislau Cardoso	PTB	2.632	Elcito
	76	Mário de Barros	PTB	3.828	Eleito
	77	Xenofontes de Freitas Lopes	PTB	768	
	78	Walter Guimarães da Costa	PTB	620	

Cargo	Nº	Nome candidato	Partido	Nº Votos	Situação
DEPUTADOS ESTADUAIS	79	Washington Costa (<i>Mansur?</i>)	PTB	565	
	80	Adolfo Soethe	UDN	615	
	81	Alvir Riesemberg	UDN	529	
	82	Amadeu Puppi	UDN	2.248	Eleito
	83	Anibal Cury	UDN	3.818	Eleito
	84	Antonio Lopes Junior	UDN	1.080	
	85	Antonio Xavier da Silveira	UDN	449	
	86	Dario Marquesini	UDN	2.031	Eleito
	87	Edgar Távora	UDN	1.491	
	88	Eduardo Xavier da Silva	UDN	1.435	
	89	Edwino Tempski	UDN	3.185	Eleito
	90	Elias Karam	UDN	1.768	
	91	Evaristo Chalhau de Biscaia	UDN	854	
	92	Fulgêncio Ferreira Neves	UDN	368	
	93	João Antonio Zena (<i>Zem</i>)	UDN	575	
	94	João Pereira de Macedo (<i>José</i>)	UDN	374	
	95	João Vargas de Oliveira	UDN	1.881	
	96	José Caetano Sobrinho	UDN	417	
	97	José Pedro de Novais Rosa	UDN	623	
	98	Júlio Farah	UDN	2.199	Eleito
99	Juvenal Loureiro Cardoso	UDN	478		
100	(<i>João</i>) Leopoldo Jacomel	UDN	494		
101	Otávio Sá Barreto	UDN	435		
102	Pedro Leoni	UDN	1.693		
103	Sebaldo Maild	UDN	1.476		

Obs. Nomes e partidos em itálico demonstram discrepâncias entre edital do jornal "O Dia" e relação do TRE-PR, quando se optou pela redação daquela repartição pública. O PL e o PST-PTN não chegaram a atingir o coeficiente eleitoral mínimo, pelo que o TRE-PR não divulgou a quantidade de votos de seus candidatos.

Anexo 3 - Mapa Geral e Relação do TRE-PR sobre candidatos eleitos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL¹⁰¹

**Mapa geral das ELEIÇÕES realizadas em 3 de outubro de 1954,
para PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA.**

Zonas	Secções	NOMES DOS CANDIDATOS								Votos em branco	Votos nulos	Votante
		Alfredo Pinheiro Junior P.S.D.	Amâncio Moro P.L.	Estevam Ribeiro de Souza Neto P.T.B.	João Cid Macedo Portugal P.D.C.	Manoel de Freitas Valle Aranha U.D.N.	Ney Aminthas de Barros Braga PSP/PR	Roberto Barroso P.T.N.	Wallace Thadeu de Mello e Silva P.S.T.			
1ª	61	2.811	1.243	1.356	1.474	322	4.787	267	2.250	366	192	15.068
2ª	68	2.628	2.114	1.928	947	211	4.106	328	2.324	766	125	15.477
3ª	57	2.178	826	2.056	803	218	3.857	270	3.079	441	428 ¹	14.156
4ª	72	3.453	1.030	2.667	1.343	350	5.577	442	3.923	561	163	19.509
To-tais	258	11.070	5.213	8.007	4.567	1.101	18.327	1.307	11.576	2.134	908	64.210

¹⁰¹ Transcrição do Mapa Geral da Eleição para Prefeito Municipal de Curitiba. Fonte: TRE-PR.

RESUMO ESTATÍSTICO

Soma dos votos aos candidatos acima	61.168
Votos em branco.....	<u>2.134</u>
Soma dos votos válidos	63.302
Votos nulos.....	<u>908</u>
Total de votantes.....	64.210
Abstenção verificada	<u>33.030</u>
Eleitorado das 4 zonas em 04.09.1954	97.240
1ª zona	22.211
2ª zona	24.080
3ª zona	23.181
4ª zona	<u>27.768</u>
Total.....	97.240

(Compilado pelos quadros fornecidos pelas Juntas Apuradoras respectivas)

Curitiba, (ilegível) julho de 1955

Organizado (ilegível)

Nota do autor: ¹ O grande número de votos nulos nesta zona eleitoral deve-se à anulação de uma urna, da 13ª seção, por votos em trânsito fora da conformidade com a Lei Eleitoral. Esta seção funcionava no Clube Curitibano, na rua Barão do Rio Branco, no centro de Curitiba.

Tribunal Regional Eleitoral - Relação dos candidatos às eleições de 3 de outubro de 1954.

Senadores, suplentes de senadores, deputados federais e deputados estaduais, por partido e número de votos alcançados.¹⁰²

Para SENADOR - (2 vagas)

- Moysés Lupion 162.814 votos (LEC)
- Alô Ticoulat Guimarães 135.404 (Partido Social Democrático)

Para SUPLENTE DE SENADOR

1. Alô Ticoulat Guimarães 26.884
2. Gaspar Duarte Velloso 21.658

(respectivamente suplentes dos candidatos eleitos a Senador - pelo Partido Social Democrático)

Para DEPUTADOS FEDERAIS - (14 vagas)

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1. Luiz Carlos Pereira Tourinho 32.322 (LEC)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1. Divonsir Borba Cortes 19.402
2. Antonio Baby 13.960 (LEC)
3. Heitor Pereira Filho 13.632
4. Cid Campelo 11.136 (LEC)

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1. Manoel de Oliveira Franco Sobrinho 27.163
2. Pedro Firman Neto 14.622 (LEC)
3. Benjamin de Andrade Mourão 12.768 (LEC)
4. Mario Gomes da Silva 11.018

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1. Newton Isac da Silva Carneiro 20.107 (LEC)
2. Hugo Cabral 19.037 (LEC)
3. Leszeck Bronislau Ostoja Roguski 14.713 (LEC)

¹⁰² Transcrição de documento do TRE-PR. Indicação dos candidatos pela LEC foi acrescentada por cruzamento de informação do anexo anterior.

PARTIDO REPUBLICANO

1.	Josino Alves da Rocha Loures	12.392 (LEC)
2.	Lauro Gentio Portugal Loures	9.916 (LEC)

PARA DEPUTADOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

(45 vagas)

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1.	Artur Gotuzzo de Souza	3.063
2.	Tadeu Sobocinky	2.673
3.	Benedito Moreira	2.559
4.	João Chede	2.550 (LEC)
5.	Eurico Batista Rosas	2.383
6.	Zaqueu de Mello	2.460
7.	João Ferreira Neves	2.348

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

1.	Rafael Kuliky	1.396
----	---------------	-------

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1.	Francisco Accioly Rodrigues da Costa Fº	4.980
2.	Hélio Setti	3.840
3.	João Ribeiro Junior	3.464
4.	Guataçara Borba Carneiro	3.413
5.	Waldemiro Pedroso	3.264
6.	Emilio Humberto Carazzai	3.107
7.	Mario Faraco	2.891 (LEC)
8.	Francisco Sady de Brito	2.867
9.	Antonio Lustosa de Oliveira	2.867
10.	Ernesto Moro Redeschi	2.808 (LEC)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1.	Antonio Anibelli	4.017
2.	Raul de Rezende Filho	3.892
3.	Mario Batista de Barros	3.828 (LEC)
4.	Jorge de Lima	3.797
5.	Miguel Buffara	3.643
6.	Domicio Scaramella	3.464
7.	José Teixeira da Silveira	3.310
8.	Pedro Liberti	3.093
9.	Pedro Mariucci	2.898
10.	Joaquim Neia de Oliveira	2.685
11.	Libanio Estanislau Cardoso	2.632 (LEC)

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1.	Anibal Khury	3.818 (LEC)
2.	Edwino Tempsky	3.185 (LEC)
3.	José dos Santos Rocha	2.925
4.	Ruy Ferraz de Carvalho	2.281
5.	Amadeu Puppi	2.248 (LEC)
6.	Julio Farah	2.199 (LEC)
7.	Dario Marchesini	2.031 (LEC)
8.	Francisco Cavalli da Costa	1.958

PARTIDO REPUBLICANO

1.	Chafic Cury	3.612 (LEC)
2.	Nilson Baptista Ribas	3.550 (LEC)
3.	Paulo Afonso Alves de Camargo	3.158 (LEC)
4.	Oscar Lopes Munhoz	2.982 (LEC)
5.	João Xavier Viana	2.694 (LEC)
6.	Amaury de Oliveira e Silva	2.690
7.	Nicanor de Vasconcelos Souza	2.616 (LEC)

SUPLENTE DE DEPUTADOS FEDERAIS

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1.	Felipe Chede	3.726
2.	Raul Rodrigues	1.741
3.	Chafic Jorge Elias	1.000
4.	João Nunes Ferreira	420
5.	Dalio Zippin	325
6.	Antonio Jorge Machado Lima	148

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1.	Humberto Molinaro	9.325
2.	Gastão Vieira de Alencar	8.051
3.	Rubens de Mello Braga	7.884
4.	Paulo Rocha Chueri	4.307
5.	Angelo Biacchi Sobrinho	4.304
6.	Manoel Ribas	4.208 (LEC)
7.	Alicio Ribeiro da Motta	3.138
8.	Carlos Alberto Manita	2.837
9.	Manoel Antonio da Cunha Neto	1.915
10.	Jorjós Mathias	1.242
11.	Ludovico Angelo Brandalise	1.071
12.	Alcides Caetano	7

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1.	Rafael Ferreira Rezende	7.228
2.	Antonio Chalbaud Biscaia	6.855 (LEC)
3.	Antonio Pereira Lira	6.051
4.	Anisio Luz	5.306
5.	Antonio dos Santos Filho	5.094
6.	Alvaro Brasiliense Fernandes	4.709
7.	Edmundo Mercer Junior	3.583
8.	Oswaldo Queiroz Guimarães	1.455 (LEC)
9.	Luis Woiski	1.351
10.	Aresio Xavier de Miranda	812 (LEC)
11.	Ladislau Romanowski	714

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1.	Laertes Munhoz	13.454 (LEC)
2.	Mario Montanha Teixeira	5.925 (LEC)
3.	Oscar Martins Gomes	2.512

PARTIDO REPUBLICANO

1.	Ruy Alves de Camargo	9.681
2.	Heraldo Vidal Correia	5.258 (LEC)
3.	Menoti Caprillhone	5.062 (LEC)
4.	Peregrino Dias Rosa Filho	4.414 (LEC)
5.	Albino Silva	3.102 (LEC)
6.	Miguel Matiskei	1.664

SUPLENTE DE DEPUTADOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1.	Luiz José dos Santos	2.261
2.	Lincoln da Cunha Pereira	2.006 (LEC)
3.	Luiz Alberto Dalcanale	1.853 (LEC)
4.	João Ramos	1.796
5.	Heitor Dutra da Silva	1.424
6.	Amilcar Araujo Saporitti	1.406
7.	Djalma Ferreirta Lopes	1.371
8.	Nabi Zacarias	1.356
9.	Atilio de Almeida Barbosa	1.334
10.	Raulino Costacurta	1.310
11.	Jahir Leal	1.250 (LEC)
12.	Elio Duarte Dias	1.196 (LEC)
13.	Cassio Bittencourt Macedo	1.195
14.	Carlos Ribeiro da Silva Filho	1.181 (LEC)
15.	Jaime Jorge	1.113
16.	Dagoberto Hasselmann	1.101

17.	Faustino Fávaro	1.101 (LEC)
18.	Marcos Augusto Enrietti	1.097
19.	Silvio Asinelli	1.037 (LEC)
20.	Domingos Gonçalves de Paula Filho	1.029
21.	Aparicio Severo Baptista	1.022
22.	José Erichsen Ferreira (<i>sic, Pereira</i>)	915 (LEC)
23.	Expedito Zanotti	838
24.	Dario Bettega	836 (LEC)
25.	Bernardo Pusch Junior	853
26.	Arildo José de Albuquerque	823 (LEC)
27.	Rivadavia Rosas da Cunha	768
28.	Octávio Marques de Siqueira	757
29.	Zeferino Pianowski	641
30.	Antenor da Silva Bupo	632
31.	Ademaro Santos	592
32.	Arlindo Ribas de Oliveira	632
33.	Boanerges Marquesi Sobrinho	458
34.	Antonio Odroczyk Filho	434
35.	Antonio Farto Arrebaça	402
36.	Antonio Mendes Fontoura	374
37.	Durval Pinto Cordeiro	344
38.	Francisco Catellano Neto	326
39.	Maximo Di Giorgio	510
40.	Francisco Borges Sampaio Filho	302
41.	Guilherme de Albuquerque Maranhão	294
42.	Alfredo Loureiro Junior	290 (LEC)
43.	Julio Petrich da Costa	289
44.	Antonio Couto Pereira	281
45.	Sully da Rosa Vilarinho	272
46.	Ary da Costa e Silva	237 (LEC)
47.	Nuno de Souza e Silva	222
48.	Jayme Gonçalves do Nascimento	207
49.	Aureliano Mattos de Moura	202
50.	Francisco Cortezzi	141 (LEC)
51.	Altevir Alves Ribeiro	140
52.	Simão Steinbruck Meolaiovsky	1

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

1.	Ambrósio Bini	1.235
2.	Ambrósio Choma	1.117
3.	Augusto Gomes	1.077
4.	Geraldo Barbosa do Carmo	694
5.	Ataliba Alvarenga	628
6.	Francisco Cesar Batalha	602
7.	Lauro Zak	596 (LEC)

8.	João Mazzarotto	588 (LEC)
9.	Benedito Loureiro	545
10.	Nilo Kassy	519
11.	Valentin Milani	433 (LEC)
12.	Esmeraldo Leandro	414 (LEC)
13.	João Rogrigues de Oliveira	406
14.	Waldemar de Abreu	385
15.	Estevão Mussak	379
16.	Resala Mario Jorge	364
17.	José Alexandre de Moura Negrini	334 (LEC)
18.	Fulvio Dutra Polenghi	313
19.	Arthur de Sá Ribeiro	273 (LEC)
20.	Ubiratan Pinto da Costa	264
21.	Luis Anibal Calderari	244 (LEC)
22.	Waldemiro Lima Mello	163
23.	Osiris Costa Pinto	149
24.	Antonio Alves Neves	138 (LEC)
25.	Ozorio Alves Lins	135
26.	Antidio Teixeira da Silva	131
27.	Luiz Guimarães Dias	122
28.	Angelo Alves de Oliveira	93
29.	Manoel Maximiano de Andrade	81
30.	Odair Godoy Penteado	68
31.	José Francisco Passafini	58
32.	Eugenio de Santa Maria	49
33.	João Gomes Neto	40
34.	Edouard Elias Thomé	14 (LEC)

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1.	Felipe Silveira de Bittencourt	2.685
2.	Alcindo Natal de Camargo	2.677
3.	Joaquim Cardoso da Silveira	2.606
4.	Humberto Malucelli	2.565 (LEC)
5.	Newton Agibert	2.160
6.	Julio Junqueira	2.115 (LEC)
7.	Iraci Ribeiro Viana	2.073 (LEC)
8.	Vidal Vanahoni	2.036
9.	Hermenegildo Gavazzoni	1.911
10.	Gervasio Morales	1.881 (LEC)
11.	Jacidio Correia	1.842
12.	Jorge Amin Maia	1.838
13.	Edgar Sponholz	1.811
14.	João Simões	1.550
15.	José Eduardo Hennig	1.520 (LEC)
16.	Augusto Toaldo Túlio	1.487 (LEC)

17.	Antonio Kuya	1.460
18.	Dirceu Coutinho Gomes	1.446
19.	Bogdano Nestor Kobilansky	1.368
20.	Virgílio Moreira	1.336 (LEC)
21.	Niwon Weigart	1.264 (LEC)
22.	João Batista Alberto Gnoato	1.243 (LEC)
23.	Décio Medeiros Pullin	1.230
24.	Ayrton João Cornelsen	1.217
25.	Oséas Pacheco	1.139 (LEC)
26.	Abilio Holzmann	1.138 (LEC)
27.	Antonio Manoel dos Santos	1.080
28.	Máximo Pinheiro Lima	1.051 (LEC)
29.	Antenor Pamphilo dos Santos	875
30.	Nelson Augusto Rosário	859
31.	Vespasiano Carneiro de Mello	790
32.	João de Oliveira Junior	761 (LEC)
33.	Lourival Portela Natel	715 (LEC)
34.	Raul Bruel Antonio	614
35.	Manoel Alves Quadrado	600
36.	Maria Aparecida Taborda França	563
37.	João Wolf	554
38.	Pio Taborda Veiga	515
39.	Hugo Vieira	451
40.	José Cleto	416
41.	Miguel Baduy	397
42.	Octaviano Rolim de Moura	367 (LEC)
43.	Julio Buskei	350
44.	Dirceu Lopes	307
45.	Eurides dos Santos Lima	256
46.	Adriano Gustavo Carlos Robine	252
47.	Karmiesz Bukowski	47

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1.	Julio Rocha Xavier	2.518
2.	José Machuca	2.259
3.	João Hoffmann	2.165 (LEC)
4.	João Cernichiaro	2.117
5.	Waldemar Daros	2.097
6.	Herculano Rubin Toledo	2.087
7.	Jefferson Santiago	1.917 (LEC)
8.	Francisco Silveira da Rocha	1.880
9.	Euclides Marcolla	1.876
10.	Mario Clapier Urbinati	1.754
11.	Ciro Ibira de Barros	1.675
12.	Lauro Nascimento	1.656

13.	Lupercio Amaral Soares	1.548 (LEC)
14.	Sebastião Vieira Lins	1.517
15.	Victorio José Roda	1.455
16.	Dagoberto Pusch	1.406
17.	Emmanoel Teixeira Coelho	1.381
18.	Anisio Eunápio da Conceição	1.347
19.	Kammel Sarquia Mellem	1.282
20.	Gustavo Kuss	1.253 (LEC)
21.	Gilberto Clovis Gineste	1.150
22.	Sebastião de Camargo Ribas	1.060
23.	Miguel Ribeiro de Camargo	1.037
24.	Synval Martins Araujo	986
25.	Elias Nacle	958
26.	Ronat Walter Sodré	944
27.	Armando Stamm	925
28.	Josué Jorge	912
29.	Xonofonte de Freitas Lopes	768 (LEC)
30.	Alcides Caetano	704
31.	Aristeu dos Santos Ribas	703
32.	Walter Guimarães da Costa	620 (LEC)
33.	Othelo W. Lopes	609
34.	Herculano Torres Cruz	602
35.	Pedro Parigot de Souza (<i>viria a ser governador do Estado, em 1971</i>)	
36.	Arlindo dos Santos	574
37.	Washington Mansur	565 (LEC)
38.	Arthur Moreira de Castilho	538
39.	Ubirajara Brandão	497
40.	Gamaliel Bueno Galvão	454
41.	Evaristo Marschal de Araujo	360
42.	Ignacio José de Carvalho	357
43.	Renê Camargo de Araujo	357
44.	José de Mello Braga Junior	316
45.	Ammon Cantinho Saraiva	258
46.	Herminio Alves Cabral	235
47.	Alcides Falcão de Barros Cassal	135
48.	Luiz Cleve Teixeira	95
49.	Walkiria Moreira da Silva Naked	76

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

1.	Daniel Portella	1.885
2.	João Vargas de Oliveira	1.881 (LEC)
3.	Arthur Scheidt	1.793
4.	Elias Karan	1.768 (LEC)
5.	Petrone Fernal	1.767
6.	Alcides Gonçalves da Rocha	1.735

7.	José Alberto Dietrich	1.698
8.	Pedro Passos Leoni	1.693 (LEC)
9.	Heitor Puig de Mello	1.620
10.	Edgar Tavora	1.491 (LEC)
11.	Sebaldo Maidl	1.476 (LEC)
12.	Eduardo Xavier da Silva	1.435 (LEC)
13.	Yves de Oliveira Ribeiro	1.405
14.	Napoleão Moreira da Silva	1.374
15.	Leoncio Moreira da Cunha	1.199
16.	Zacarias Emiliano Seleme	1.136
17.	Antonio Lopes Junior	1.080 (LEC)
18.	Rivadavia Vargas	1.051
19.	Eduardo Winter Filho	1.004
20.	José Buhrrer Junior	858
21.	Evaristo Chalbaud Biscaia	854 (LEC)
22.	José Soares de Azevedo	829
23.	Reinaldo Gonçalves	821
24.	Ruben Fleury da Rocha	740
25.	Mario Santos	731
26.	Orlando Giovanetti	648
27.	José Pedro de Novais Rosa	623 (LEC)
28.	Adolfo Soethe	615 (LEC)
29.	José Cadilho de Oliveira	587
30.	João Antonio Zem	575 (LEC)
31.	Flavio de Araujo Veiga	569
32.	Alvir Riesemberg	529 (LEC)
33.	Carlos Eduardo Gurgel do Amaral Valente	515
34.	João Leopoldo Jacomel	494 (LEC)
35.	Oswaldo Bittencourt	484
36.	Juvenal Loureiro Cardoso	478
37.	Aristides Fragoso da Costa	466
38.	Antonio Xavier da Silveira	449 (LEC)
39.	Saulo Ferreira	439
40.	Octavio de Sá Barreto	435 (LEC)
41.	Ding Bertholdi	418
42.	José Caetano Sobrinho	417 (LEC)
43.	José Pereira de Macedo	374
44.	José Milani	371
45.	Fulgêncio Ferreira das Neves	368 (LEC)
46.	Alvacyr Ferreira	276
47.	Levy Andrade	222
48.	Domingos Cunha Maciel	171
49.	José Augusto Gummy	119
50.	Oscar de Paula Soares	95
51.	Antonio Rosa Sobrinho	69
52.	Ary Couto	80

PARTIDO REPUBLICANO

1.	Agostinho José Rodrigues	2.356
2.	Silvino Lopes de Oliveira	2.334
3.	Luiz Americo Teti	2.133
4.	Angelo Planas	1.891
5.	Felinto Possidente Teixeira	1.887
6.	Vespertino Ferreira Pimpão	1.752 (LEC)
7.	Antonio Teolindo Trevisan	1.733 (LEC)
8.	Dorival de Arruda Moura	1.567
9.	Ary Scheidt	1.408
10.	Sylvino Alves da Rocha Loures	1.300 (LEC)
11.	Fredericindo Marés de Souza	1.226
12.	Francisco Peixoto de Lacerda Werneck	1.246
13.	José Mendes de Araujo	1.211 (LEC)
14.	Silas Piolli	1.140
15.	Hugo Pereira Correia	1.093
16.	Laudemiro Lucio da Rosa	1.080
17.	Sebastião Penteadó Darcanchy	1.029 (LEC)
18.	Ezequias Leme de Carvalho	1.027
19.	Antonio Giacomassi	1.014 (LEC)
20.	José Pimpão Ferreira	990 (LEC)
21.	Nilo Prince Paraná	982
22.	João Gaudêncio Furtado	945
23.	Antonio Bittencourt de Camargo	942
24.	Luiz Losso	934
25.	Nemésio Heusi	892 (LEC)
26.	Aroldo da Cruz	835
27.	Bartolomeu Cassou Junior	791 (LEC)
28.	Manoel Vicente de Oliveira Mello	727 (LEC)
29.	Mario Braga Ramos	714 (LEC)
30.	Arahy Milla Ferreira de Siqueira	661
31.	Laudemiro Lucio da Rosa	557
32.	Placido Caldas	511
33.	Antonio Constancio de Souza	498
34.	Fernando Barauna de Souza	486 (LEC)
35.	João Sampaio Dias	479
36.	Francisco Brito de Lacerda	433 (LEC)
37.	Luiz Alberto Langer	314
38.	Jamidas Antunes Rodrigues	310 (LEC)

39.	Edison Palhano	260
40.	Adherbal Pascoalino Dorigon	212
41.	Eolina de Paula Xavier	201 (<i>LEC</i>)
42.	Teonilo Leite	177
43.	Americo Vitorino	115
44.	Edgar de Albuquerque Maranhão	114 (<i>LEC</i>)
45.	Antonio Martins Franco	10 (<i>LEC</i>)

OBSERVAÇÕES:

– O PL e o PST-PTN não chegaram a atingir o coeficiente eleitoral mínimo, pelo que o TRE-PR não divulgou a quantidade de votos de seus candidatos. Deixou-se, por isso, de mencionar os respectivos candidatos.

– Data da proclamação dos eleitos pelo Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná - 4 de novembro de 1954. Diplomação dos candidatos eleitos e respectivos suplentes, constantes da relação acima - 23 de novembro de 1954.

ANEXO 4 - Informações sobre a Arquidiocese de Curitiba, 1954

Resultado do Questionário sobre a situação geral da Arquidiocese de Curitiba (Boletim Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Curitiba, 1954, p. 86 - 89)

QUESTIONÁRIO

I – SITUAÇÃO GERAL

1 – Arquidiocese:

- a) Extensão: 31.298 km²
- b) População: 650.000 habitantes
- c) Católicos: 550.000
- d) Paróquias: 48
- e) Igrejas: 56
- f) Capelas: 450

2 – Dados Estatísticos:

- a) Batismos: 22.578
- b) Crismas: 10.823
- c) Preceito Festivo: – domingos e dias santos – 35% mais ou menos
- d) Primeiras Comunhões: 8.893. Contando a mortalidade infantil até 12 anos e outras causas - a percentagem dos que fazem a primeira comunhão solene é de 60%
- e) Últimos Sacramentos: 2.353

3 – Situação Familiar:

- a) Matrimônios Religiosos: 3.890. Tomando como base o município de Curitiba a percentagem dos casamentos católicos é de 70%
- b) Matrimônios Civis: 5.400
- c) Desquites: 115
- d) Filhos Ilegítimos: Naturais 862; Civis 393

4 – Vida Moral na Arquidiocese:

a) Juventude: A Juventude está organizada nas CC. MM. (*Congregações Marianas*), com 5.000 congregados. Mas a grande parte deixa muito a desejar na sua formação religioso-moral. Todavia existem muitos colégios primários e secundários dirigidos por Congregações Religiosas de irmãs, de maristas e de sacerdotes. Há uma Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras, uma Escola Superior de Enfermagem e outra de formação de assistentes sociais J.U.C. na Universidade.

b) Fidelidade Religiosa e Prática dos Deveres Cristãos: A prática dos deveres religiosos entre a classe rural é de elevada percentagem – certamente de 60%. Entre as classes operárias, nas cidades e entre os intelectuais é muito diminuta, cêrca de 20 a 15%, respectivamente.

c) Há realmente perigos para a moralidade.

d) Alcoolismo: não há alcoolismo inveterado. Em pequena escala, todavia, há sempre o uso de álcool acima do moral.

II – SITUAÇÃO SOCIAL

III – MOVIMENTO ANTI-CATÓLICO

1 – Protestantismo:

a) Número de seitas: 15

b) Número de ministros: 83

c) Auxiliares: 114

d) Adeptos: 18.000

e) Locais de Culto: 62

f) Obras: Alguns ambulatórios junto aos templos; 1 hospital; 1 ginásio; 1 colégio; algumas escolas; algumas diaconisas visitam e tratam enfermos nas respectivas residências.

g) Meios de Sistemas de propaganda: Difusão de Bíblias e Impressos; Visitas a domicílios para angariar adeptos; programas radiofônicos.

2 – Espiritismo:

- a) Adeptos: 9.000 Simpatizantes: 40% da população.
- b) Locais: 29 (?)
- c) Obras: 2 creches; 1 albergue noturno; um instituto de cegos; 1 sanatório para mentecaptos; escola operária e de alfabetização.
- d) Meios de Propaganda: Livros; Radiodifusões; Visitas a enfermos e propostas de cura por meio de passes e remédios; oferecer consolação às famílias enlutadas; Mensagens do Além; Pseudo-Caridade.

3 – Maçonaria: Há 4 lojas. A Maçonaria age secretamente e mostra-se agressiva quando atacada. Difícil saber o número de adeptos. Sua influência parece fraca.

4 – Comunismo: O comunismo age na sombra em movimentos clandestinos, especialmente na Capital. Isso se nota quando há uma greve e pelos muros pichados à noite. O partido publica um semanário: “Folha do Povo”. Inútil tentar estatística, há inúmeros operários revoltados com o capitalismo materialista e iludidos esperam do comunismo sua libertação.

IV – CLERO SECULAR E RELIGIOSO

1 – Estatística:

- a) Sacerdotes Seculares: 29 com os 4 ausentes
- b) Sacerdotes Religiosos: 135
- c) Religiosos não Sacerdotes: 294
- d) Religiosas: 596
- e) Sacerdotes Brasileiros: 79
- f) Sacerdotes Estrangeiros: 85
- g) Sacerdotes entregues à cura de almas: 105
- h) Sacerdotes entregues ao ensino: 62
- i) Sacerdotes entregues à Cúria: 3
- j) Sacerdotes anciãos e doentes: 10
- k) Religiosos dedicados ao ensino: 146
- l) Religiosas dedicadas ao ensino: 496; aos hospitais e asilos: 160

2 – Condições espirituais, morais e culturais do clero: O Clero conserva um nível de boa média quanto às suas condições espirituais, morais e culturais.

3 – Estabelecimentos para formação do clero e dos religiosos:

- a) Seminário Menor Arquidiocesano: 115 alunos.
- b) Escolas Apostólicas: 2 com 144 apostólicos.
- c) Pré-Juvenatos: 2 com 48 alunos.
- d) Seminários Maiores Religiosos: 5 com 109 Estudantes.

A Obra das Vocações Sacerdotais existe na Arquidiocese, à frente da qual está um Sacerdote Secular.

4 – Eventuais iniciativas e experiências:

- a) Onde há vigários cooperadores, levam os sacerdotes vida comum na casa paroquial.
- b) Para defender e favorecer o espírito eclesialístico e boa conduta, há reuniões mensais do Clero e o Retiro anual.

V – AUXILIARES DO CLERO

1. Ação católica: Na Sede Arquiepiscopal já está fundada a Ação Católica dentro do plano nacional.

Há 60 inscritos na J.I.C. – 45 na J.E.C. – 30 na J.U.C. – 20 na J.O.C., L.I.C. 35.

2. Outros movimentos de apostolado. Em tôdas as paróquias encontram-se as Associações Religiosas, destacando-se a Congregação Mariana, a Pia União das Filhas de Maria e o Apostolado da Oração.

VI – CATECISMO – IMPRENSA – RÁDIO

1. Catecismo:

a) Paróquia: Em todas as Sedes Paroquiais, há aulas de catecismo, ministradas pelo vigário, irmãs e catequistas leigos.

A Autoridade Eclesialística reorganizou a Federação da Doutrina Cristã, com Sede nesta Capital, aprovando os estatutos.

b) Escolar: Nas Escolas e grupos, em geral, há meia hora semanal de catecismo como faculta a mesma lei federal. A 24 de maio último foi regulamentado pelo Exmo. Sr. Governador Dr. Bento Munhoz da Rocha Netto, o ensino religioso nas escolas oficiais do Estado. Ainda não houve possibilidade de organizar o ensino nestas escolas.

Professores de Religião e Catequistas: Nas Escolas e Grupos, quando as professoras são católicas, elas mesmas é que ministram as aulas de religião. Além disto, há 334 catequistas com 26.530 alunos, funcionando em igrejas paroquiais e capelas e 62 centros catequéticos.

Imprensa Católica: Está em via a fundação de um jornal católico. (*A Voz do Paraná, fundado em 1956*)

Rádio Católica: Não há. Várias rádios têm horas católicas, como seja a do *Angelus*. Aos domingos duas estações irradiam a missa.

VII – ESCOLAS CATÓLICAS

Funcionam cerca de 70 escolas católicas, sendo algumas de curso secundário e médio, com o total de 11.414 alunos.

Julgamento sôbre influência ou eventuais deficiências: A influência das escolas católicas não é sempre decisiva porque os ambientes familiar e social a ela se opõem.

VIII – ATIVIDADES SOCIAIS

1. Hospitais: 21 com 3.007 hospitalizados
2. Asilos: 6 com 708 asilados
3. Círculo Operário
4. Patronato do Pão de Santo Antônio; Escola de Serviço Social

ANEXO 5 - Movimento anti-católico na Arquidiocese de Curitiba, 1954

Material transcrito do Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba, 1954. p. 47 a 56.

MOVIMENTO ANTI-CATÓLICO

1.º – NA CAPITAL

CATEDRAL

A – Protestantismo:

I – LOCAIS:

1.º - Igrejas Luteranas. São duas: uma sita à Rua Trajano Reis, com escola e ginásio anexos, e outra à rua Inácio Lustosa.

2.º - Igreja Adventista. Localiza-se à Rua Ermelino de Leão, entre a Rua Cândido Lopes e Saldanha Marinho. A Comunidade mantém um curso primário e obras de assistência social.

3.º – Os Mormons ou Cristãos dos últimos tempos estão ubicados também na rua Ermelino de Leão, n.º 4.

4.º - Defronte à Igreja do Rosário, à entrada da Praça Garibaldi, há um templo da Igreja Presbiteriana Independente. Funciona, anexo, um ambulatório.

5.º - Assembleia de Deus ou Pentecostais, à avenida Cândido de Abreu.

II – PROPAGANDA

Os Mormons fazem propaganda visitando e convidando as pessoas de casa em casa.

Os Luteranos não fazem proselitismo.

III – ADEPTOS

O Protestantismo consta possuir três mil adeptos.

B – Espiritismo:

I – LOCAIS

O Albergue Noturno, obra de Assistência Social da Federação Espírita do Paraná, desde sua fundação a 11-4-1915 até 31-12-1954, atendeu a 241.129 pessoas.

No ano de 1954, foram atendidas e pernoitaram 19.525 pessoas, sendo 12.010 homens, 4.161 mulheres e 3.354 crianças.

O LAR INFANTIL ICLÉA abriga 30 meninas.

C – Maçonaria:

Há uma loja maçônica à Rua Inácio Lustosa, perto do Cemitério Municipal.

D – Comunismo:

Existe uma célula comunista na Rua 15 de Novembro.

CRISTO REI

A – Protestantismo. Citamos o Relatório de Cristo Rei: “Protestantismo têm seus representantes, mas em particular espalhados no meio do povo. Sistema de propaganda não existe, que não seja uma pequenina casa de madeira, onde certos espíritas se reúnem. Outro culto de protestantismo não há no Cristo Rei; e também não há escolas ou hospital”.

B – Espiritismo. Há uma sede com alguns espíritas. Não é, porém, sistematizado o espiritismo.

CORAÇÃO DE MARIA

A – Protestantismo:

1.º - Igreja Metodista. Acha-se à rua Westfalen.

2.º - Igreja Metodista. Rua 7 de Setembro.

3.º - Igreja Evangélica.

B – Espiritismo:

ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE “ABRIGO AO BERÇO” – PUPULEIRA – Fundada a 23-11-1947, teve a nova sede sua inauguração aos 31 de março de 1955, estando localizada à Rua Engenheiro Rebouças. Desde sua fundação até o dia 31 de dezembro de 1954, atendeu e internou 1.740 gestantes e distribuiu 27.707 peças a recém-nascidos.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DO RECÉM-NASCIDO – Fundada em abril de 1943. Desde sua fundação, foram atendidas 2.504 parturientes. No ano de 1954, atendeu 58 parturientes no lar e foram internadas 45. Distribuiu neste mesmo ano, 573 enxovais de 12 peças cada um.

DIVINO ESPÍRITO SANTO E N.^a SENHORA DAS GRAÇAS

A – Protestantismo:

Há evangélicos, luteranos, sabatistas, exército da salvação e adventistas. Visto não possuírem templos, os evangélicos se reúnem na Rua, no Taboão e aí, mediante projeções de quadros bíblicos, explicam às sextas-feiras, a sua doutrina. Também as demais seitas carecem de templos próprios.

Fazem propaganda difundindo folhetos, livros e bíblias.

B – Espiritismo:

I – Locais. São três os centros organizados e existem várias casas particulares.

II – Obras. Sanatório Bom Retiro – Durante o ano de 1954, foram internados 195 doentes. Em 31 de dezembro de 1954, estavam em tratamento 62 hospitalizados.

NOSSA SENHORA APARECIDA (BARIGUI)

A – Protestantismo. Há presbiterianos com uma igreja. Várias famílias pertencem a outras seitas.

B – Espiritismo. Alastra-se muito. As reuniões são feitas em casas particulares dos prosélitos.

C – Maçonaria. São raros os maçons, dispersos aqui e acolá.

D – Comunismo. É baixa a percentagem entre os operários.

NOSSA SENHORA DO CARMO (BOQUEIRÃO)

A – Protestantismo:

I – LOCAIS

1º - Menonitas – Templo razoavelmente bonito, na estrada do Xaxim, com capacidade para 250 pessoas. Possuem um pastor e uns 400 adeptos. Para o curso primário há uma escola e em via de andamento está uma escola secundária.

2º - Evangélicos – Têm uma capelinha, na Vila Fany, sem pastor. Aos ofícios de culto comparecem bem poucos.

II – PROPAGANDA – Não fazem proselitismo.

III – ADEPTOS – Os Menonitas têm 400 adeptos, enquanto é reduzido o número de evangélicos.

B – Espiritismo:

I – LOCAIS – Há um centro espírita, à frente do Quartel, com um médium. É muito frequentado, mas são quase todos da cidade.

NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (MERCÊS)

A – Protestantismo:

1º - Seitas: 5

2º - Ministros: 1

3º - Auxiliares: 10

4º - Adeptos: 432

5º - Locais: 2

6º - Propaganda – Visitas a domicílios.

B – Espiritismo:

Não há espiritismo verdadeiro.

C – Maçonaria – Não se manifesta.

NOSSA SENHORA DO ROCIO

A – Protestantismo: Há duas igrejas: uma evangélica e outra batista, com 50 a 100 membros.

B – Espiritismo: Existem 2 tendas. Os simpatizantes com o espiritismo calculam-se aproximadamente 20%. Fazem propaganda com hora irradiada.

C – Maçonaria e Comunismo: parece que não existem.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

A – Protestantismo:

1º - Há 5 seitas.

2º - Adeptos – 500.

3º - Propaganda – Faz-se por meio de visitas às famílias e ofertas de livros.

B – Espiritismo:

1º - Adeptos – 800.

2º - Propaganda – faz-se com distribuição de escritos, visitas, passes, filantropia.

3º - Influência – É notável a influência do espiritismo.

C – Maçonaria: há influências e atividades.

D – Comunismo: Além dos dois chefes comunistas, poucos são os que aderem ao comunismo na paróquia.

SÃO PAULO APÓSTOLO (UBERABA)

A – Protestantismo:

1º - Luteranos e Evangélicos: Sem locais de culto e ministros. A porcentagem dos adeptos é de 10% dos habitantes, na totalidade de origem alemã.

2º - Batistas: tem local, ministro e auxiliares vindos da cidade e uma escola. Poucos são os adeptos.

3º - Menonitas: Têm um pastor, vários auxiliares, um templo e um grande edifício de alvenaria para escola primária e profissional.

O protestantismo é difundido por meio de impressos e convites para as festas campestres e teatros.

B – Espiritismo: Há vários médiuns.

C – Maçonaria e Comunismo: Não existem organizados.

SANTA QUITÉRIA

A – Protestantismo:

Há uma igreja, vários adeptos. Propaganda é feita mediante distribuição de bíblias.

B – Espiritismo: Há 4 centros com muitos adeptos. Os simpatizantes aproximam-se dos 60% dos habitantes.

C – Maçonaria: Há uma loja com diversos adeptos.

D – Comunismo: Poucos são os que aderem ao comunismo.

SANTA TEREZINHA

A – Protestantismo: Cerca de 150 famílias pertencem a diversas seitas: luteranos, sabatistas, evangélicos e testemunhas de Jeová.

B – Espiritismo:

1º - Centros organizados: 3

2º - Casas particulares: 4

3º - Adeptos: a) convictos: 200; b) simpatizantes: 1.500.

4º - Propaganda: Receitas e remédios, passes aos doentes, cartas dirigidas às famílias por ocasião de luto, assinaturas de jornais...

5º - Obras – Uma escola de alfabetização e Instituto de Cegos.

C – Maçonaria: Alguns maçons, sem proselitismo.

2º - NO INTERIOR

ABRANCHES

A – Protestantismo: Alguns adeptos nos bairros novos. Celebram o culto em casas particulares.

B – Espiritismo: São raras as pessoas espíritas.

C – Comunismo: São poucos os que aderem à doutrina marxista.

ÁGUA BRANCA

Não há movimento protestante, espiritual, comunista e maçônico.

ANTONINA

A – Protestantismo:

1º - Presbiterianos, com um ministro, um auxiliar e 198 adeptos.

2º - Assembleia de Deus, com 1 ministro, 1 auxiliar e 150 adeptos.

3º - Filhos de Cristo, com 50 membros.

4º - Batistas, com 300 membros.

B – Espiritismo: São 133 adeptos, pertencentes a 5 centros.

C – Maçonaria: São numerosos os associados à maçonaria, que possui nessa cidade uma loja.

ARAUCÁRIA

A – Protestantismo: Com exceção de alguns que não fazem proselitismo, pode-se afirmar que não existem protestantes em Araucária.

B – Espiritismo: Há algumas casas, onde assistem às sessões os espíritas.

C – Maçonaria e Comunismo: Não consta que haja na paróquia.

BOCAIUVA DO SUL

Protestantismo: São 29 os membros que aderem ao protestantismo. Pertencem à Assembléia de Deus, com dois ministros e dois auxiliares.

CAMPO LARGO

A – Protestantismo:

1º - Batistas, na cidade, com 60 adeptos, 1 ministro e um local para o culto.

2º - Presbiterianos, no Itaqui, com 1 ministro, 5 auxiliares e 140 membros.

3º - Evangélicos, no Assungui, com 40 adeptos e uma propagandista.

A propaganda segue os já conhecidos métodos reformados: através de folhetos, revistas e bíblias.

B – Maçonaria: não existe em Campo Largo.

D – Comunismo: São poucos os indivíduos marxistas, mas fanatizados.

CATANDUVA

A – Protestantismo: Não se tem notícia de adepto algum.

B – Espiritismo: Apenas cinco famílias se dizem espíritas, famílias, aliás, que frequentam a Igreja e os Sacramentos. Há um Centro Espírita nos limites da paróquia com Areia Branca.

C – Maçonaria: Há alguns elementos.

LAPA

A – Protestantismo:

1º - Luteranos: Possuem igreja de alvenaria. Apenas 15 famílias aderem ao luteranismo. Não têm pastor há anos. Em dezembro houve 30 casos de conversão.

2º - Adventistas: Têm templo, pastor e culto aos sábados.

3º - Pentecostais: Têm na cidade, culto em casa particular com 5 famílias aderentes. Fundaram uma Capela, no lugar Barra, com pastor permanente, onde conquistaram 30 famílias. Fazem o culto 3 vezes por semana.

B – Espiritismo: Tem aumentado ultimamente. Na cidade, possui um centro, onde a média das frequências varia entre 50 e 70 pessoas. No interior pertencem ao espiritismo 20 famílias e na cidade, 30. Possuem dois terrenos para construção. Distribuem roupa aos pobres. Organizaram a associação do “Recém-Nascido”.

C – Maçonaria: Extinguiu-se.

MORRETES

A – Protestantismo:

1º - Batistas: 1 pastor, 30 membros, com sede de material na cidade.

2º - Pentecostais: O pastor tem sede no Rio Sagrado onde há funções semanalmente, com 63 assistentes e simpatizantes.

3º - Evangélicos: 1 núcleo com 63 adeptos na cidade. Estão construindo uma sede. Há outros núcleos em Vila Santo Antonio, Porto de Cima.

Na Estação de Saquarema, as Escolas Públicas têm professoras protestantes que desviam as crianças da fé.

B – Espiritismo: Possui a “Federação Jesus, Maria, José” na cidade, com 10 adeptos e 170 simpatizantes. Outros centros menores, na cidade e em América de Baixo, Vila Perto de Cima e no Anhaia, com cerca de 40 adeptos.

A propaganda faz-se com sessões 2 vezes por semana, catecismo para as crianças.

Os espíritas mantêm as seguintes obras sociais: Asilo da Velhice desamparada, construído com auxílios do Govêrno federal; 8 casas onde acolhem pobres; farmácia homeopática.

C – Maçonaria: O edifício ruiu. Os maçons, embora em vida vivam afastados da Igreja, aceitam o padre, na hora da morte, reconciliando-se com Deus.

MURICI

Paróquia integralmente católica, não conheceu ainda o protestantismo, espiritismo, maçonaria e comunismo.

ORLEANS

Protestantes e espíritas formam casos isolados, sem influência alguma. Não vigora também a maçonaria.

PALMEIRA

A – Protestantismo:

1º - Assembléia de Deus (Pentecostais) - São fanáticos. Têm dois ministros, 4 auxiliares e diversos lugares de culto com 1.200 membros.

2º - Luteranos: com 4 ministros, cerca de 827 membros e 5 locais para o culto.

3º - Batistas: 1 ministro, 1 auxiliar, 40 adeptos.

4º - Sabatistas: os ministros vêm de Ponta Grossa. Além do culto, em seu templo, reúnem-se em praça pública, onde entoam hinos e fazem propaganda.

B – Espiritismo:

Têm uma sede na cidade com 74 adeptos.

Mantêm uma creche LAR INFANTIL MARIINHA para crianças órfãs e pobres. Atualmente, há 10 sob seus cuidados.

C – Maçonaria: Apenas 3 pessoas de destaque. Sua influência é oculta, como tudo é oculto na maçonaria.

D – Comunismo: bastante propagado entre os pobres e trabalhadores, não havendo, entretanto, manifestos públicos.

PARANAGUÁ

A – Protestantismo:

1º - Batistas: com 1 ministro, 5 auxiliares e 341 membros; Construíram grande prédio junto à igreja.

Os meios de propaganda são: alto-falantes, visitas e distribuição de folhetos.

2º - Assembléia de Deus (Pentecostais): 1 ministro, 4 auxiliares e 200 membros.

3º - Sabatistas: 1 ministro, 4 auxiliares e 200 adeptos.

Tôdas elas têm templos nos seguintes lugares: Guaraqueçaba, Serra Negra, Itaquí, Tagaçaba e Eufragina.

B – Espiritismo: Existe um centro na cidade, intitulado “A Paz e Luz”. Há uns 300 adeptos.

Propaga-se com sessões.

Obras Sociais: Distribuem remédios homeopáticos; sustentam um Abrigo LAR INFANTIL HERCÍLIA DE VASCONCELOS – inaugurado em 12-10-1954, com capacidade para 80 crianças, abriga 13 meninas; construído com resultados de campanhas na cidade e talvez da Prefeitura e do Govêrno do Estado.

C – Maçonaria: Tem uma Loja. A grande parte dos homens da sociedade pertence à Maçonaria. Sua influência é grande. Batizam as crianças. São cerca de 200 os maçons.

D – Comunismo: Entre os estivadores propaga-se o comunismo, embora não se manifestem.

PIRAQUARA E TIMBU

A – Protestantismo:

1º - Batistas: com 1 auxiliar e 46 membros.

2º - Assembléia de Deus: com 1 auxiliar e 54 membros. Os ministros de ambas as seitas são de Curitiba.

B – Espiritismo: 50 adeptos com um centro.

C – Maçonaria: Não consta haver.

D – Comunismo: Apenas dois membros ativos e 8 simpatizantes.

PORTO AMAZONAS

A – Protestantismo:

1º - Exército da Salvação: 1 templo, 1 ministro e 1 escola para crianças pobres e órfãs. É bastante numerosa.

2º - Assembleia de Deus: 1 ministro e 57 membros.

3º - Presbiterianos: 1 ministro com 30 membros.

RIO NEGRO

A – Protestantismo:

1º - Luteranos: 1 templo, 2 capelas, 1 pastor e 600 membros.

2º - Batistas: 1 capelinha, 1 ministro, 5 auxiliares e 80 adeptos.

3º - Sabatistas: 1 encarregado, com 40 membros, funcionando em casa particular.

4º - Assembleia de Deus: 1 ministro e 118 membros.

5º - Presbiterianos: 1 ministro, com 38 membros.

6º - Evangélicos: 1 ministro, 464 membros.

B – Espiritismo: há 1 centro com diminuta frequência.

C – Maçonaria: 1 loja com 10 a 12 inscritos, sem grande influência.

D – Comunismo: Alguns simpatizantes entre os operários.

RONDINHA

Não há movimento algum anti-religioso.

SANTA CÂNDIDA

A – Protestantismo: Existem algumas famílias isoladas, sem pastor e sem propaganda.

B – Espiritismo: Há dois templos na Vila Tingui, onde há grande proselitismo.

C – Maçonaria: não existe.

D – Comunismo: age clandestinamente e tem adeptos entre os operários.

SANTA FELICIDADE

A – Protestantismo: uma pessoa apenas e uma família simpatizante.

B – Espiritismo: algumas famílias que frequentam os centros da Capital.

C – Maçonaria: nenhum elemento.

D – Comunismo: uma pessoa com idéias socialistas.

SÃO JOÃO DO TRIUNFO

A – Protestantismo: São poucos, sem ministros, locais e obras sociais.

B – Espiritismo: há vários centros.

C – Maçonaria: apenas uma ou outra pessoa.

D – Comunismo: alguns simpatizantes.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

A – Protestantismo:

1º - Assembléia de Deus: alguns ministros, 2 locais de culto e 90 adeptos.

2º - Outras seitas: há umas 30 famílias, sem ministros e locais de culto.

B – Espiritismo: Várias casas particulares onde fazem as sessões com espíritas fanáticos.

C – Maçonaria: Não há. Existe, sim, o Rotary.

D – Comunismo: Existem cerca de 30 comunistas.

SÃO MATEUS DO SUL

A – Protestantismo:

1º - Assembléia de Deus: 1 auxiliar e 131 membros, com um local para o culto.

2º - Outras seitas: número reduzido de adeptos.

B – Espiritismo: Está bem organizado. Na cidade possui sede e ocupa os lugares de destaque na administração pública. São cerca de 300 os membros.

C – Maçonaria e Comunismo: não existem.

TOMAZ COELHO

Há algumas famílias protestantes.

UMBARÁ

A – Protestantismo: Há um colégio adventista no distrito de Tatuquara com 80 alunos.

B – Espiritismo: Uma tenda com poucos espíritas.

ANEXO 6 - Entrevista com Orlando de Oliveira Mello¹⁰³

ALERTANDO A CONSCIÊNCIA CÍVICA DO ELEITORADO CATÓLICO

Rápida entrevista com o Presidente da Liga Eleitoral Católica

Uma organização que embora católica, não conta com a participação de sacerdotes

Concentração cívica de sábado próximo

Como já foi amplamente notificado pelos jornais e emissoras desta Capital, ao dia 25 do mês corrente, sábado, às 20,15 horas na Praça Tiradentes, será realizada uma grande concentração cívica popular, promovida pela Liga Eleitoral Católica. Nessa ocasião, vários oradores falarão ao povo de Curitiba e do Paraná, para alertar a consciência cívica do eleitorado, às vésperas de importante acontecimento nacional, como é o das eleições.

Para esclarecer os nossos leitores, procurou a nossa reportagem ouvir a palavra autorizada do seu Presidente Sr. Dr. Orlando de Oliveira Mello. As perguntas formuladas por nós, tiveram as seguintes respostas:

1) – Qual o objetivo da Concentração Cívica Popular, patrocinada pela LEC?

– O objetivo da concentração é congregar o povo católico de Curitiba em torno do problema da escolha dos legisladores e governantes, despertando a consciência da grande responsabilidade que envolve o dever de votar. A feição da sociedade depende enormemente do exercício das funções governativas, que contribuem direta ou indiretamente, para a melhoria ou deturpação das condições necessárias ao perfeito funcionamento do organismo social.

O papel da concentração é este: atualizar na comunidade católica curitibana, a preponderante atuação que pode exercer, agindo consciamente na renovação das nossa Casas Legislativas.

¹⁰³ Presidente da Liga Eleitoral Católica no Paraná, publicada no jornal "O Estado do Paraná", de 22 de setembro de 1954.

2) – Acha a V.S. que o povo atenderá ao apêlo dessa ordem?

– Certamente que sim. Não estamos trabalhando para nós, nem tampouco nos subordinamos a qualquer injunção partidária ou personalista. Nosso labor é de apostolado e, afinal, como fim último, não trabalhamos senão para que haja uma sociedade onde as leis divinas sejam respeitadas e cumpridas.

O povo está mesmo cansado de seguir atrás das promessas mesquinhas, dos discursos laudatórios ou demagógicos. Nesta concentração em que se trata justamente de indicar-lhe como êle pode ser mais forte (pela união), mais valente (pela tomada de consciência de sua responsabilidade), mais seguro (pela atuação de acôrdo com suas convicções mais profundas), não se pode admitir que não tenha dêle o mais integral apoio.

3) – Qual é a posição do clero perante esta concentração?

– A concentração é uma atividade da Liga Eleitoral Católica, que vem a ser uma organização à parte da Igreja, e que seria absurdo não contar com a participação de sacerdotes, mas exclusivamente de leigos, sendo especializada no apostolado da melhoria cristã de nossa organização social.

4) – Vão ser indicados candidatos ao sufrágio do povo?

– A LEC não impõe candidatos. Não só seria inadequadas quaisquer imposições que viessem atingir, por de leve que fosse, a liberdade de cada um, mas há um número razoável de candidatos dignos e merecedores dos votos dos católicos, com diversificação suficiente para atender a tôdas as peculiaridades de cada eleitor católico. O que desejamos acentuar é a ponderação na escolha dos candidatos a serem adotados na análise a mais segura possível, de suas qualidades públicas e cívicas e nos seus predicados morais.

5) E uma indicação vaga como esta traria, na opinião de V.S. resultado positivo?

– O fato de não se impor nomes não significa que a intenção seja vaga. Não são vagos e sim precisos e seguros, sadios e proveitosos, os princípios que determinam a escolha mais conveniente. O que há atualmente, é um esmaecimento destes princípios, para se escolher candidatos por motivos meramente de parentesco e da amizade, de simpatia, de falsa

gratidão, de respeito humano e até a cruel realidade de interesse pessoal ou venda pura e simples do voto. E disso não escapam os católicos, mas avisados de sua condição, responsabilidade e valores. Atualizar, dinamizar, fortalecer esses valores, certamente não é uma atividade vaga, mas fecunda e frutuosa.

6) As associações religiosas participarão desta concentração?

– Sim, bem como todo o povo católico de Curitiba. Participaram, conjuntamente com a LEC, em sua organização diversas Associações Religiosas, como sejam as Congregações Marianas, as Filhas de Maria, a Juventude Universitária Católica e outras. Contamos com a presença para a concentração, de tôdas as demais associações e Colégios Religiosos.

7) Tem o católico obrigação de votar segundo as indicações da LEC?

– Essa obrigação não é propriamente com a LEC, mas com as imposições de suas próprias convicções religiosas. Apenas, sendo a LEC um órgão especializado no exame dessas questões, seria de desejar que aquêles que não têm em mãos todos os elementos para bem escolher, recorressem aos nomes daquêles candidatos que assumiram expressamente compromissos com a LIGA.

8) Haverá, de futuro, outras concentrações?

– Sim. E haverá Conferências e Palestras de esclarecimento popular. A LIGA não pretende trabalhar só em vésperas de eleições. Vai, depois delas, verificar as atividades dos candidatos eleitos que com ela se comprometeram. Vai estudar sua maneira de conduzir-se no ministério público. Vai aparelhar-se cada vez mais para esclarecer o eleitorado católico.

Ao terminar a entrevista, o Dr. Orlando de Oliveira Mello dirigiu um apêlo a todos os católicos de Curitiba, para que compareçam, em grande número, à Concentração Cívica Popular, no próximo sábado, frisando que é do interêsse de todos os bons brasileiros lutar decididamente pelo alertamento da consciência cívica e cristã do eleitorado.

ANEXO 7 - Discurso de João Lacerda Braga

Este discurso, cuja íntegra encontra-se abaixo, foi preparado para o comício da Liga Eleitoral Católica de 25 de setembro de 1954. Como foi cancelado pela chuva, os oradores escalados para se apresentarem, inclusive os que vieram do Rio de Janeiro, gravaram seus discursos que foram transmitidos pela rádio Marumbi, de Curitiba, nos horários reservados para a LEC durante a semana que antecedeu a eleição.

PREZADOS OUVINTES: Antes de tudo cumpre-nos saudar o nobre povo de nossa Terra, que acorreu ao chamado da Liga Eleitoral Católica, nessa hora de definições, comprovando mais uma vez seu espírito de brasilidade, alicerçado nas tradições cristãs de nossa história.

Não foi sem razões profundas que resolvemos realizar nossa primeira grande concentração em Praça Pública nas escadarias da Catedral, monumento perene atestando os sentimentos cristãos de nossos antepassados, aqui, nesta Praça Tiradentes onde nasceu, sob as bênçãos do catolicismo, nossa cidade.

Religião e patriotismo eis o legado mais precioso que recebemos, e com que honra, de nossos maiores. As náus de Cabral, cortando mares nunca dantes navegados, procuravam terras para Portugal, mas acima de tudo almas para Cristo. Os Anchietas, os Nóbregas os Vieiras, os Caxias e os Nabucos, sob a luz do evangelho, escreveram as páginas mais belas de nossa história.

PREZADOS OUVINTES: A Liga Eleitoral Católica, abreviadamente LEC, é uma sociedade civil, de caráter cultural e cívico, tendo por finalidade "a formação da consciência política dos católicos, independente de filiações partidárias e de sua orientação doutrinária-eleitoral e pugnar pelas reivindicações cívicas decorrentes dos princípios cristãos."

Se nossas atividades devem ser contínuas, na hora dos pleitos maior é a nossa responsabilidade. Por isso estamos hoje nesta Praça alertando e orientando. Vivemos numa hora séria. Vivemos numa hora de confusão.

A LEC não é um partido político, nem há partidos católicos, pois como muito bem disse o Papa Bento XV: "A Igreja não pode servir a partidos políticos".

Existem sim partidos que seguem a orientação católica. Como a Igreja a LEC está fora e acima dos partidos políticos.

Não há talvez conceito mais deturpado do que o da política. Daí o horror, o asco, com que tantos a estigmatizam. Sim, se política fôsse o que tantos tão erroneamente a entendem não haveria palavras para verberá-la. Política não é subir para depois roubar, sem vergonha e sem pudor os cofres públicos. Política não é encosto para incapazes; cabide de empregos e arma para favorecer parentes, amigos e partidários. Não é fonte de ostentação, de orgulho e gabolices. Não é elevar-se no poder com o voto do povo para depois esquecê-lo e desprezá-lo. Esta política, prezados ouvintes, é realmente política suja. Mas a verdadeira política é nobre, digamos melhor é santa. É a que visa o bem comum, o bem do país, o bem do povo. O verdadeiro político é o que trabalha com todo o esforço e toda a energia para servir seus concidadãos. Fundamenta-se no mandamento predileto de Cristo: "Amai-vos uns aos outros, assim como eu vos amei."

PREZADOS OUVINTES: Compreendeis a enorme importância na vida de um país do govêrno. Pelas leis traça êste normas sôbre a vida financeira, econômica, sôbre a educação e a família. Deve visar o melhor bem estar do povo. E numa democracia quem elege os governantes? O povo, nós. Daí ser verdadeiro que o povo tem o govêrno que merece. Se forem eleitos os dignos, e capazes, tudo irá bem. Mas se subirem com nosso voto os desonestos e os incapazes, os ignorantes e os corruptos, tudo irá mal. Compreendeis então a força do voto? Dêle depende a felicidade do Brasil dentro dos princípios cristãos. Mas alguém poderá dizer: - não votarei, o meu voto não faz falta. Como? Se todos pensassem assim ninguém votaria, pois a soma dos votos de todos é o resultado do voto de cada cidadão. Então não amas tua pátria, não queres que ela seja governada com acêrto. Não amas tua religião? Queres que seus inimigos subam ao poder para persegui-la e desprezá-la? Um voto? Um voto já decidiui muitas eleições. Em 1879 na Bélgica os adversários da Igreja votaram uma lei pérfida sôbre educação devido apenas um voto: - pois o projeto passou por um voto de um senador que por sua vez fôra eleito pela diferença de um voto. Não sabeis que com teu voto consciente dado a bons candidatos estarás prestigiando um homem de bem?

Mas dirás - votarei em branco: ó contrasenso! Votar em branco é peor que não votar. É reconhecer o dever de ir às urnas e não cumpri-lo, desperdiçando o voto. Mesmo que sejam apenas dois os adversários, mesmo que os dois não

prestem, um será melhor dos que o outro. E quando há dezenas, senão centenas de candidatos, não escolher um é absurdo inqualificável.

Votar não é só um direito é acima de tudo uma obrigação e diante do dever só há uma alternativa: - CUMPRÍ-LO.

Nesta hora grave de nossa história ninguém deve, ninguém pode deixar de votar. Guerra ao comodismo. Guerra à abstenção. Com os olhos voltados para o Brasil e a Cruz de Cristo depositemos nosso voto na urna.

Votar é um dever, mas seria preferível deixar de votar que votar mal. Como votar? Não apenas porque alguém o quer (todos os candidatos querem seu voto), mas porque o merece.

Não devemos ir às urnas apenas por pedido. Se nos pedissem que matássemos haveríamos de assassinar? Pois bem é um sicário da pátria que (sic) vota mal.

Não votar apenas porque alguém é nosso conhecido, mesmo amigo. Daríamos a um amigo, apenas por ser amigo, a administração do negócio em nossa vida do qual depende nosso bem estar, o sustento de nossa família. E como entregaremos a administração muito mais difícil do Brasil a ignorantes, a incapazes, a desonestos?

Devemos votar olhando as qualidades do candidato. Antes de tudo a sua vida particular. Se é honesto, trabalhador, cumpridor dos seus deveres. Se é bom chefe de família, educando seus filhos no caminho do bem. Se é temente a Deus, pois pouco ou nada poderemos esperar dos que desprezam a Deus e seus mandamentos, senão a maldade e a irresponsabilidade. Se possui verdadeiramente os princípios cristãos. Sim, porque o maior bem que possuímos é a nossa fé e é por isto que a Liga Eleitoral remete aos srs. Candidatos os questionários em que estão as reivindicações mínimas dos católicos brasileiros, indicando ao eleitorado católico os que se comprometeram a defendê-las. Devemos votar naqueles que comungam conosco, que haurem do evangelho a seiva donde depois projetem sua vida pública.

Devemos, prezados ouvintes, votar nos capazes. Como pode legislar um analfabeto? Para entender dos matizes às vezes difíceis da lei, para governar com tantos problemas complexos, não é qualquer um que pode fazer. Precisamos escolher os que melhor possam desempenhar o cargo para o qual o estamos elevando.

PREZADOS OUVINTES: Com o grito, Deus o quer, puzeram-se (sic) em marcha os primeiros cruzados, em busca da libertação da Terra santa, procurando implantar a cruz de Cristo na Palestina.

Deus o quer seja o nosso brado de hoje: precisamos colocar cada vez mais a cruz de Cristo em todos os lugares, mesmo na política. É necessário que os sagrados princípios do evangelho brilhem cada vez mais na nossa Terra.

Deus quer o bem de nossa Pátria. Mas deu-nos a liberdade. Precisamos cooperar. Façamos tudo o que estiver em nossa parte para que o Brasil seja cada vez melhor e mais cristãmente governado. Votemos em candidatos imbuídos dos princípios cristãos, honesto e capazes.

Tudo pelo Brasil e pela implantação cada vez maior em nossa Pátria dos sagrados princípios do evangelho de Cristo, a solução perene de todos os problemas do homem e da sociedade.



Livros já publicados da Coleção

O Museu Paranaense e Romário Martins:

A busca de uma identidade para o Paraná, de Cíntia Braga Carneiro.

O Botucudo Tibagyano

Análise sobre os registros etnográficos de Telêmaco Borba, de Ana Crhistina Vanali

A Herança de um Tesouro

Arqueologia da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo (1589-1632), Fênix, Paraná, de Cláudia Inês Parrelada

Águas Batismais e Santos Óleos

Uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia, de Tatiana Takatuzi

